



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

FELIPE TRINDADE DE SOUZA

**O CANGAÇO COMO OFÍCIO: UMA ANÁLISE DA CULTURA
PROFISSIONAL E DA CARREIRA NO BANDO DE LAMPIÃO**

São Cristóvão
2020

FELIPE TRINDADE DE SOUZA

**O CANGAÇO COMO OFÍCIO: UMA ANÁLISE DA CULTURA
PROFISSIONAL E DA CARREIRA NO BANDO DE LAMPIÃO**

Dissertação elaborada sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fernanda Rios Petrarca e apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**São Cristóvão
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S729c Souza, Felipe Trindade de
O cangaço como ofício : uma análise da cultura profissional e da
carreira no bando de Lampião / Felipe Trindade de Souza ;
orientadora Fernanda Rios Petrarca. – São Cristóvão, SE, 2020.
105 f.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2020.

1. Sociologia. 2. Cangaceiros. 3. Ocupações. 4. Grupos
sociais. I. Petrarca, Fernanda Rios, orient. II. Título.

CDU 316.353.477

AGRADECIMENTOS

Listar o nome de pessoas e instituições para prestar uma pequena homenagem ao final de uma importante etapa da minha vida foi sempre algo difícil. Portanto, pretendo enfatizar aqui aqueles que contribuíram de alguma forma para a produção deste trabalho.

Primeiramente gostaria de agradecer à Capes, por me conceder uma bolsa, sem ela a realização desta pesquisa não seria possível.

Aos meus pais, Seu Edmilson e D. Maria de Fátima, pelo carinho e dedicação ao longo da minha vida.

À minha orientadora Fernanda Rios Petrarca, por ter me aceitado como seu orientando e ter me ensinado valiosos ensinamentos sobre a sociologia.

Ao professor Francisco José Alves, por ter sugerido o tema de pesquisa e disponibilizado uma vasta documentação para a análise.

Ao meu irmão José Edleuson, pelo incentivo e inspiração no mundo dos estudos.

Aos meus amigos Saulo, Jonatha e Lucas, que sempre que possível me deram sugestões para a dissertação e sempre me acompanharam na mesa do bar.

Aos meus camaradas de Laboratório de Estudos do Poder e da Política, Jair, Francielle, Jamile e Marília. Especialmente à minha amiga Pâmella Synthia, por ter lido e sugerido ideias a esta pesquisa desde que ela era só um projeto.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente “JD” e Angélica.

Aos professores do PPGS/UFS, por terem contribuído para o meu desenvolvimento intelectual. Em especial, ao professor Ivan, por ter oferecido material para pesquisa.

A todos os meus parentes e amigos que, como são muitos, não nomeio para não correr o risco de esquecer alguém.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Esta dissertação investiga como alguns homens do Nordeste brasileiro se tornaram cangaceiros, mantiveram-se num bando organizado e fizeram do cangaço uma ocupação. Para isso, tomamos o bando de Lampião como universo empírico. Logo, por meio desta pesquisa será possível compreender o conjunto de conhecimentos gerais do grupo e descrever como ocorria a transição de paisanos a cangaceiros por meio de uma carreira. Durante o levantamento das discussões acerca do campo de pesquisa, percebemos que os estudos já realizados não dão destaque à socialização e à cultura profissional no bando de Lampião. Esses elementos, porém, constituem um papel destacado na sociologia dos grupos profissionais e do desvio. Ressaltamos, assim, que no processo de entrada dos indivíduos em um grupo desviante, a socialização profissional configurou-se um meio de iniciação em uma cultura profissional e de construção de si. Ademais, o domínio desse complexo de conhecimentos e atitudes permitia ao cangaceiro executar as tarefas no seu dia a dia no bando e eventualmente ascender a postos de liderança. Por esta razão, além de diversos episódios contingenciais, como morte e prisão, cangaceiros que não conseguiam dominar esse repertório de saberes tendiam a não solucionar os problemas da ocupação e deixar o bando.

Palavras chave: Cangaço. Bando de Lampião. Cultura profissional. Carreira.

ABSTRACT

This dissertation investigates how some men from the Northeast of Brazil became cangaceiros, remained in an organized band and made cangaço an occupation. For this, we take Lampião's band as an empirical universe. Therefore, through this research it will be possible to understand the group of general knowledge of the group and describe how the transition from paisanos to cangaceiros occurred through a career. During the survey of discussions about the research field, we realized that the studies already carried out do not highlight socialization and the professional culture in the Lampião group. However, these elements constitute an outstanding role in the sociology of professional groups and deviation. Therefore we emphasize that in the process of entering individuals into a deviant group, professional socialization was configured as a means of initiation into a professional and self-building culture. In addition, the mastery of this complex of knowledge and attitudes allowed the cangaceiro to carry out the tasks in his day-to-day life in the band and eventually ascend to leadership positions. For this reason, in addition to several contingent episodes, such as death and imprisonment, cangaceiros who were unable to master this knowledge's repertoires tended not to solve the problems of the occupation and leave the band.

Keywords: cangaço; Lampião's band; professional culture; career.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – DO DETERMINISMO AO HISTORICISMO: A BIBLIOGRAFIA DO CANGAÇO EM QUATRO ABORDAGENS	12
1.1 O CANGACEIRO COMO PRODUTO DO MEIO E DA RAÇA.....	14
1.2 O CANGACEIRO COMO INSURGENTE AO CORONEL.....	20
1.3 A HONRA SERTANEJA COMO CATALISADOR DO CANGAÇO	24
1.4 OS HISTORICISTAS E A RECUSA DE UMA TEORIA GERAL DO CANGAÇO	29
1.5 A BIBLIOGRAFIA DO CANGAÇO E A TESE DA SINGULARIDADE BRASILEIRA	32
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
CAPÍTULO 2 – CULTURA PROFISSIONAL CANGACEIRA: UMA ANÁLISE DAS REGRAS E SABERES DO BANDO DE LAMPIÃO	36
2.1 REGULAMENTO	38
2.2 INSTRUÇÕES DE COMBATE, TÉCNICAS DE OBTENÇÃO DE ÁGUA E AS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO	47
2.3 FARMACOPEIA E PRIMEIROS SOCORROS	56
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
CAPÍTULO 3 – COMO SE FORJA UM CANGACEIRO: UMA ANÁLISE DA CARREIRA DO OFÍCIO CANGACEIRO	62
3.1 PRÉ-CONDIÇÕES: PSÍQUICAS E FÍSICAS	63
3.2 A ADMISSÃO NO GRUPO	69
3.3 O BATISMO DE FOGO	76
3.4 A SUBIDA DE PATENTE	80
3.5 O FINAL DA CARREIRA: MORTE, EXPULSÃO, ABANDONO OU PRISÃO	87
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
4 CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como problema de pesquisa investigar como alguns sertanejos do Nordeste brasileiro se tornaram cangaceiros, mantiveram-se em um grupo organizado e fizeram do cangaço um ofício. Para isso, evidenciamos o papel da socialização como um elemento fundamental na aquisição de uma cultura profissional entre os membros do grupo. Seus integrantes, por sua vez, precisavam dominar e desenvolver essa cultura no decorrer do exercício do seu ofício. Os que melhor a dominaram tenderam a permanecer e ascender na hierarquia do bando. Além disso, nossa abordagem demonstrou que o processo de conversão de sertanejo a cangaceiro ocorria por meio de etapas graduais, com cada fase possuindo sentidos específicos entre os membros do grupo.

Para a realização do trabalho, examinamos os integrantes do bando de Lampião como o universo empírico. Assim, limitamos a análise aos membros comandados por Lampião no período entre 1922 até a sua morte na Grota do Angicos, em Sergipe, em 1938. Pontuamos também que para o exame da cultura profissional do bando e do processo de conversão de sertanejo a cangaceiro utilizamos uma vasta documentação. Jornais, revistas, livros de memórias de cangaceiros, de membros das volantes¹ e de vítimas bando, testemunhos de memorialistas e depoimentos de partícipes do cangaço presentes na literatura especializada ou em documentários.

O bando de Lampião, porém, não foi o primeiro grupo de cangaceiros. Os primeiros registros da ação de grupos denominados de cangaceiros remetem ao século XIX. A atuação deles limitava-se a operações no interior das províncias do que posteriormente viria a ser nomeado de Nordeste. Destacando-se três regiões: Cariri, no Ceará, a zona oeste de Pernambuco e a zona da Vila do Teixeira, na Paraíba. Esses grupos eram organizados de maneira esporádica e se inseriam no contexto das lutas de parentelas². Nesses episódios, moradores, pequenos e médios proprietários de terras eram convocados pelo chefe da parentela para vingar uma afronta. Durante a ação, os cangaceiros tornavam-se nômades, deixando de ter casa e bens, só levando os objetos que conseguiam carregar. Terminado o “trabalho”, o grupo se

¹ Volantes eram as forças policiais móveis que combatiam os cangaceiros no interior dos estados nordestinos.

² Formação de um conjunto de indivíduos reunidos por meio de laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio ou casamentos). A maioria das parentelas era originada de um mesmo tronco, fosse legal ou bastarda (QUEIROZ, 1976, p. 179-180).

dispersava (QUEIROZ, 1977). Usualmente, evocavam a defesa da honra como prelúdio das disputas, porém, muitas vezes, os conflitos envolviam questões de mando político. Um exemplo disso foi a histórica disputa entre Pereiras e Carvalhos no interior de Pernambuco (BARROS, 2000, p. 20).

Obviamente, os conflitos entre parentelas nessa região já ocorriam muito antes do século XIX. Há evidências de que elas remontam ao século XVII. Como expõe Oliveira Viana (apud SOUZA, 1973, p. 97), nesse último período, havia um “estado de guerra permanente e generalizada”, num processo de pilhagem mútua de animais, de incêndios e destruições das fazendas, com aliciamento de escravos e fugitivos da polícia”. Entretanto, somente no século XIX é que essa forma de banditismo sertanejo recebeu o nome de cangaço e, conseqüentemente, cangaceiro para designar seu agente. O primeiro registro de ambas as palavras se encontra no romance histórico *O cabeleira*, de Franklin Távora, de 1876. Mas, provavelmente, as expressões já eram utilizadas entre os moradores das caatingas antes disso.

Lampião, que nasceu Virgulino Ferreira da Silva, pertencia a uma família de proprietários de terras, situada entre a elite latifundiária e a massa de trabalhadores sem-terra do sertão pernambucano. A razão para sua entrada no cangaço é baseada em narrativas confusas e por vezes contraditórias, porém, enquadra-se nessa longa tradição de resolução de conflitos entre parentelas pela violência. Conta-se que em 1916 sua família iniciou uma disputa com seus vizinhos, os Saturninos. As lutas teriam começado porque os Ferreiras acusaram moradores da terra dos Saturninos de roubo. Os conflitos entre as famílias levaram Virgulino e seus dois irmãos mais velhos, Antônio e Levino, a se comportarem como cangaceiros. Com a morte de seu pai, Virgulino e seus irmãos ingressaram no bando do célebre cangaceiro Sebastião Pereira, que lutava há anos contra os Carvalhos. Em 1922, Pereira largou o cangaço e passou a liderança dos remanescentes do seu bando a Lampião (CHANDLER, 1980). Sob o comando de Lampião, o bando paulatinamente se desvinculou das lutas de parentelas e se ocupou majoritariamente das pilhagens.

Esse direcionamento parecia atrair Lampião quando ainda estava subordinado a Sebastião Pereira. O oficial de volante Optato Gueiros (1956) revelou que se encontrou com o grupo de Pereira em 1921, em Vila Bela, Pernambuco. Na ocasião, um cangaceiro de nome Luiz Macário perguntou ao policial quanto ele ganhava, ao responder que recebia “noventa e cinco mil réis”, Lampião teria retrucado que era

“muito pouco”, por isso, era melhor ser cangaceiro (GUEIROS, 1956, p. 38). Posteriormente, quando já era líder de um bando e considerado o Rei do Cangaço; em entrevista a Otacílio Macêdo³, comparou seu modo de vida a uma “profissão”, encarando-a como um “negócio” que estava dando certo, porém, ressaltou que tinha uma vingança a ser realizada (JASMIN, 2016, p. 112).

Por conta dessa ruptura com os grupos cangaceiros ligados às lutas de parentelas, limitamos nossa análise ao bando de Lampião. Ademais, intentamos examinar sua atuação enquanto um ofício, inserindo esta pesquisa na sociologia dos grupos profissionais. E, como expõe Fernanda Petrarca (2015), o uso da expressão “grupos profissionais” amplia o campo de pesquisa. Permitindo tanto o estudo de profissões com alto controle do exercício da profissão e de elevado prestígio – como direito e medicina –; como também aquelas que dispõem de baixo ou nenhum controle sobre critérios de entrada e sem reconhecimento social – como pistoleiros e prostitutas. O termo profissão é uma categoria fechada, que indica o monopólio do exercício e toma o prestígio como componente de distinção do que é ou não profissão. Deste modo, o “truque” é buscar casos excluídos do conceito, ao invés da profissão definir o caso, o que excluiria diversas atividades. A prostituição, por exemplo, é uma atividade que não depende de diploma e/ou um órgão para regular seu exercício. É por meio da interação das prostitutas com os diversos tipos de cliente que as regras do exercício do ofício são ditadas. O conhecimento, assim, não é apreendido numa “escola profissional”, mas na socialização com os vários atores ao longo do tempo.

Evidentemente, não entendemos ofício aqui como uma profissão socialmente reconhecida. Por isso nos referimos a ofício, em razão de que ser cangaceiro exigia uma cultura profissional que outros sertanejos de sua época não possuíam. O cangaceiro sabia como agir com relação à população e possuía táticas de guerra específicas contra as volantes. Ainda, saberia responder algumas questões: onde obter asilo, munição, armamento e suprimentos básicos para a vida de banditismo nômade? Como esconder os vestígios de sua passagem por determinado lugar? Como obter água na caatinga? Como socorrer companheiros feridos e produzir determinados remédios? Ou seja, responder a essas questões demonstrava que ser

³ Essa entrevista foi concedida quando o cangaceiro e seu bando visitaram Juazeiro, no Ceará, em 1926. Na ocasião, ele foi convidado pelo deputado Floro Bartolomeu para lutar contra a Coluna Prestes.

um cangaceiro era um ofício porque requeria um conjunto de habilidades e conhecimentos específicos dos seus integrantes.

Neste sentido, defendemos que o conceito de carreira empregado por Howard Becker (2009) em *Outsiders* é útil para se apreender o movimento de conversão de sertanejos a cangaceiros do bando de Lampião. O conceito de carreira sugere que haja um conjunto de estágios e processos biográficos que criaram condições para que o aspirante a cangaceiro adentrasse num bando e convertesse os ensinamentos apreendidos durante o percurso numa cultura profissional para se manter em seu ofício e ascender na hierarquia do bando. Entretanto, é claro que nem todos os cangaceiros que entravam no bando conseguiam passar por todos os estágios. Mesmo possuindo os atributos pessoais para o ofício e dominando os elementos da cultura profissional, muitos deixaram a vida no cangaço por diversas razões, como morte, deserção, expulsão ou prisão. Esses fatores de ordem objetiva e/ou subjetiva são denominados por Howard Becker, em *Outsiders*, de contingências de carreira.

Além da descrição da carreira, atentamos para revelar os motivos de entrada e os sentidos que esses atores sociais davam às suas práticas. Demonstrando, deste modo, como se aprendia o ofício e onde se adquiriam as competências e as habilidades para se tornar um cangaceiro. E ainda esclarecendo como as estratégias eram mobilizadas pelos cangaceiros durante sua vida no cangaço.

Vale assinalar que a ideia de que o bando de Lampião fez do cangaço uma profissão não é algo novo na literatura do cangaço. Frederico Pernambucano de Mello (2004) foi, sem sombra de dúvidas, o que melhor tratou disso. Segundo ele, houve três tipos de cangaço, sendo o praticado pelo bando de Lampião o cangaço meio de vida⁴. Para o autor, essa modalidade era caracterizada pelo sentido existencial que os seus integrantes lhe davam. Lampião e seu bando foram o representante máximo desse tipo de cangaço. Claro que havia no grupo motivações de natureza variada, como a vingança. Mas, para Mello (2004), os que se entregaram sinceramente nesta empreitada não passaram muito tempo no cangaço. Quase nunca atingiam a chefia

⁴ As outras duas formas básicas de cangaço são tipificadas de vingança e refúgio. No primeiro, a vingança torna-se o objetivo de toda a ação do seu representante. Esse é o tipo de cangaço que deu imagem genérica ao fenômeno, alguns dos representantes mais ilustres foram Sinhô Pereira, Jesuíno Brilhante e Luís Padre. Já o cangaço refúgio aparece como uma forma de salvação para homens perseguidos. Uma espécie de asilo nômade das caatingas. Essa modalidade tem Labareda, o Ângelo Roque, como maior representante. Como veremos no último capítulo, ele entrou no bando de Lampião após assassinar um soldado de polícia que deflorou a sua irmã de catorze anos (MELLO, 2004).

do grupo e conseqüentemente a fama. O curto período de atuação devia-se ao fato de que realizada a vingança ou constatada a sua impossibilidade, buscava-se retornar a uma vida “normal”. No entanto, alguns indivíduos poderiam converter os seus anseios dentro do bando. Labareda, por exemplo, adentrou no grupo de Lampião em busca de refúgio e posteriormente entregou-se ao cangaço meio de vida. Esse processo de conversão de uma modalidade de cangaço a outra é denominado por Frederico (2004) de transtipicidade. Deste modo, a abordagem do autor distingue-se da nossa devido ao fato de que ele está mais interessado em demonstrar o sentido da ação que os cangaceiros conferiam à sua vida no cangaço.

Além disso, durante o exame do estado da arte, notamos que a maior parte dos estudos já realizados possuem considerações opostas às nossas. As análises estabelecem condições como raça, pobreza, secas e cultura da violência como elementos explicativos para a entrada dos paisanos em um grupo de cangaceiros. Assim, afastamos de planos estruturais e ressaltamos o papel dos cangaceiros na produção de significados e da organização de um modo de viver desviante.

Esta dissertação está, assim, dividida em três capítulos. No primeiro, centramos em um debate voltado à literatura do cangaço, tratando das diferentes formas de interpretação do bando de Lampião ao longo do tempo. Dividimos essas abordagens em quatro categorias: a determinista racial; a tese do cangaceiro como sublevado ao coronel; a “honra sertaneja” como estimuladora do cangaço; e, por fim, a rejeição dos historicistas a uma teoria total do cangaço.

No segundo capítulo investigamos a cultura profissional do bando, compreendendo-a como um conjunto de regras, códigos e conhecimentos necessários para o exercício das atividades e funções dos cangaceiros no grupo. Salientamos aqui o papel da socialização profissional na aprendizagem dessa cultura e na construção da identidade dos integrantes do bando em torno dessa atividade.

No último capítulo esclarecemos como ocorria a transformação de sertanejo a cangaceiro. Além disso, identificamos os recursos mobilizados e as estratégias de investimento que levaram alguns integrantes a ocupar posições de mando no grupo. Neste sentido, identificamos que a carreira dos cangaceiros se desenvolvia em cinco etapas, eram elas: as pré-condições, a admissão no grupo, o batismo de fogo, a subida de patente e o final da carreira. Finalmente, destacamos que para feitura dos dois últimos capítulos utilizamos diversos dados relativos à biografia dos cangaceiros.

Em vista de tudo que foi dito, consideramos que esta pesquisa contribuirá para os estudos relativos à sociologia do cangaço, dos grupos profissionais e também do desvio. Acreditamos, como ficará claro ao final do trabalho, que esta proposta trará um novo olhar sobre as atividades dos cangaceiros do bando de Lampião. Elucidando questões relativas ao *know-how* cangaceiro, as relações do bando com a sociedade sertaneja e até mesmo dos nexos com as elites políticas locais e com policiais “corruptos”.

CAPÍTULO 1 – DO DETERMINISMO AO HISTORICISMO: A BIBLIOGRAFIA DO CANGAÇO EM QUATRO ABORDAGENS

Este capítulo tem como objetivo examinar a bibliografia do cangaço, tratando das diferentes abordagens interpretativas, especialmente nas pesquisas que examinaram o bando de Lampião. Para isso, focamos apenas nas análises que se dedicaram a interpretar o cangaço, excluindo trabalhos que se concentram exclusivamente na narrativa dos fatos. Por esta razão, excluímos algumas crônicas, como as de Luiz Luna (1963), que por mais que se esforcem em explicar a razão pela qual os sertanejos entravam para o cangaço, suas análises não passam de duas ou três páginas. Além disso, devido ao vasto número de trabalhos que se enquadram nesses requisitos, nosso exame bibliográfico não buscou abarcar todas as pesquisas já realizadas, tal tarefa se tornaria impossível. Propomo-nos expor apenas os trabalhos de maior circulação.

No tratamento da bibliografia, procuramos identificar as influências teórico-metodológicas e os traços comuns entre as várias pesquisas. Ademais, nossa classificação possui uma finalidade didática e, claro, não pretende ser a única forma de ordenar os trabalhos do campo de pesquisa. Os trabalhos poderiam ser agrupados, a título de exemplo, estabelecendo o critério do diploma. Assim, por exemplo, dividir-se-ia os intérpretes do cangaço entre os formados em ciências humanas e sociais, os formados em ciências biológicas e os sem formação acadêmica. Contudo, não optamos por essa alternativa por considerar mais relevante a análise das linhagens de pensamento. Em vista disso, confessamos que nossa categorização pode ter implicado em submeter autores de afiliações teórico-metodológicas distintas a estar no mesmo “compartimento”. Para que não sejamos acusados de incoerência, ofereceremos evidências que convençam o leitor do contrário.

Ao longo do capítulo tentaremos evidenciar a importância de algumas instituições no desenvolvimento dos estudos relativos ao cangaço. Com isso, nosso esforço não pretende inserir a produção bibliográfica do cangaço dentro de classificações amplas sobre a sociologia brasileira, relacionando-as com “etapas” e/ou “períodos”⁵. Mas demonstrar como determinados contextos intelectuais auxiliaram na

⁵ Enno D. Liedke Filho classificou a sociologia brasileira em cinco períodos, dividindo-as em duas grandes etapas, em: *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. (LIEDKE FILHO, 2005).

produção de determinadas formas de interpretar o cangaço. Deste modo, a classificação proposta aqui visa discernir linhagens de pensamento, evidenciando como as respostas para explicar os comportamentos desviantes dos cangaceiros variaram em cada abordagem. Procuramos também identificar “imagens” que persistem no tempo e perpassaram as diferentes formas de abordar o cangaço. Um exemplo de “imagem” comum, como veremos, refere-se aos trabalhos que costumam taxar a experiência societal do sertão nordestino como um padrão distinto do imaginário da modernidade, considerando o sertão um lugar “atrasado”. Com isso, estabelecem uma posição assimétrica entre o sertão e o litoral brasileiro. Comparação essa que em última análise é uma analogia entre o sertão e o “centro” da modernidade.

Na categorização dessa bibliografia, estruturamos este capítulo da seguinte maneira. As interpretações do cangaço foram divididas em quatro grandes grupos: a determinista racial; a tese do cangaceiro como revoltado ao coronel; a “honra sertaneja” como incitadora do cangaço; e, finalmente, a recusa dos historicistas por uma teoria total do cangaço. A determinista racial foi a primeira tentativa de explicação do cangaço; ela entendia que os indivíduos não eram livres e estavam submetidos a leis biológicas naturais, compreendendo o homem como resultado das características físicas de sua raça. Em seguida temos a tese de que havia dois grupos em conflito no sertão nordestino; de um lado os cangaceiros e seus aliados, de outro o coronel e todos os que se opunham aos cangaceiros. Já a terceira abordagem enfatiza o papel decisivo do sistema de valores da sociedade sertaneja na estrutura da personalidade dos cangaceiros, isto é, honra, valentia e coragem como valores que guiavam as ações dos cangaceiros. No quarto grupo, temos um conjunto de trabalhos que intitulos de historicistas e que defendem a noção de que os comportamentos desviantes dos cangaceiros devem ser apreendidos por meio da análise factual e empírica, recusando qualquer interpretação teórica geral. Por fim, confrontamos as quatro abordagens do cangaço com a tese da singularidade brasileira, avaliando as implicações na análise da realidade social.

Antes de iniciarmos a análise da bibliografia do cangaço, gostaríamos de pontuar que este primeiro capítulo se diferencia da abordagem de Carneiro (2010), que julgamos insuficiente. Sua análise classifica a bibliografia do cangaço em três “eixos”, contudo, faz pouca referência às obras que se enquadram dentro de cada

agrupamento. Por exemplo, possui uma categoria dos trabalhos do determinismo mesológico racial, mas não cita nenhuma obra que realmente encara o cangaceiro como produto da sua raça e do meio. Quando classifica um estudo dentro desse “eixo teórico” comete erros significativos. Para Carneiro (2010), Frederico Pernambucano de Mello (2004) possui uma interpretação determinista mesológica do cangaço. Porém, como veremos adiante, Mello (2004) foi claramente influenciado pelo culturalismo de Gilberto Freyre. Assim, ao descrever os aspectos naturais do sertão nordestino, Frederico Pernambucano de Mello (2004) não estava aplicando qualquer teoria determinista. Estava, sim, adotando a metodologia da ecologia social proposta por Freyre, que julga que o entendimento do mundo cultural deve estar relacionado à compreensão do mundo natural.

Finalmente, ficará evidente, ao final deste panorama bibliográfico, que as pesquisas acadêmicas das ciências sociais e da história permaneceram por um longo período indiferentes ao campo de estudos do cangaço. Como demonstraremos, os primeiros intérpretes eram homens predominantemente de formação jurídica e médica. E cientistas sociais e historiadores brasileiros, mesmo depois do estabelecimento dos cursos superiores, só se voltaram para o tema após as publicações do historiador inglês Eric Hobsbawm. Mesmo assim, ainda hoje, os estudos do cangaço são numericamente dominados por profissionais de formações diversas e pesquisadores amadores, isto é, sem formação acadêmica.

1.1 O CANGACEIRO COMO PRODUTO DO MEIO E DA RAÇA

A maioria dos trabalhos que abordarmos nesse segmento estão inseridos no período em que a sociologia como curso superior não era ensinada no Brasil. Por esta razão, outros profissionais a exerciam, especialmente bacharéis em direito. Como pontua Candido (2006, p. 272), o jurista foi o “intérprete por excelência da sociedade brasileira”, auxiliado pelo “evolucionismo”, utilizava a raça como chave explicativa do Brasil. Deste modo, o direito distanciava-se das demais ciências humanas e buscava associar-se às áreas das leis. No Brasil, essas ideias encontraram grande receptividade na Faculdade de Direito do Recife⁶ e na Faculdade de Medicina da

⁶ Foi a chamada geração de 1870 que foi a responsável pela introdução de jargões do darwinismo social e da escola evolucionista no Brasil. Principalmente após a leitura dos filósofos alemães por Tobias Barreto, nomes como Haeckel e Buckle passaram a ter suas ideias divulgadas. Além disso,

Bahia (SCHWARCZ, 2007). Foi justamente dessas áreas que provinham os representantes da bibliografia determinista do cangaço. Eles foram influenciados por uma miríade de teorias deterministas, mas seus trabalhos possuem dois elementos comuns.

Primeiro, estavam inseridos no debate nacional do final do século XIX sobre “o problema racial brasileiro”. Discussão essa que se preocupava com os “entraves” provocados por negros e seus descendentes no pós-escravidão⁷. Em segundo lugar, apostavam na inserção de elementos da modernidade no sertão Nordestino como “remédio” para o fim do “cangaceirismo”. Com efeito, esses trabalhos indicam as diferenças entre o litoral “civilizado” e o sertão “bárbaro”. A título de exemplo, Ranulfo Prata (2010, p. 23) afirmava que “um fosso de profundidade de abismo cavou-se entre nós [do sertão] e o litoral, fazendo-nos retardatários da marcha civilizadora em que vai o Brasil”. Antonio Candido, no prefácio de *Raízes do Brasil*, expõe que essa ideia de contrastes – civilização e barbárie – está presente no pensamento social latino-americano desde *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento, de 1845. Posteriormente, em 1902, esse aspecto também se fez presente em *Os sertões*, de Euclides da Cunha (HOLANDA, 2015, p. 12). Provavelmente, foi a última referência que influenciou esse modo de pensar na interpretação do cangaço. Agora, exploremos esses elementos nos trabalhos a seguir.

Foi no contexto do auge do cangaço “lampiônico” e da popularização das teorias deterministas raciais que em 1928 Gustavo Barroso publicou *Almas de lama e aço*⁸. Segundo o autor, o homem do sertão possuía uma “energia bárbara” que, não tendo onde se manifestar, direcionava-se para o cangaço. Exemplo disso era o caso do pai de Antônio Silvino, Pedro Rufino Baptista de Almeida, o Baptistão, que iniciou uma disputa com um vizinho fazendeiro “obedecendo” as “inclinações da raça e da família”. Por essa razão, os sertanejos eram estimulados pelo meio e a raça a realizarem “vindictas”, que surgiam das lutas entre famílias e da violência policial.

ocorreu a difusão de autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Play, Le Bon e Gobineau (SCHWARCZ, 2007).

⁷ Como veremos mais adiante, a exceção é o trabalho de Estácio de Lima (1965).

⁸ Até onde este trabalho conseguiu mapear, Alcides Bezerra (1912) foi o primeiro a aplicar as teorias raciais ao cangaço. Ele havia estudado na Faculdade de Direito do Recife e em 1912 publicou um estudo discutindo a “onda de cangaceirismo” na Paraíba no início do século XX. Conclui ele que a causa principal do banditismo sertanejo era a “mistura de raças”.

Barroso (1930), porém, é dúbio em sua análise, considera que, “talvez”, o surgimento do cangaço seja antes um problema econômico do que um fator racial. Sustentando que o aumento da oferta de postos de trabalho e a inserção no sertão de escolas, distribuição da justiça, vias de comunicação e transporte poriam fim ao banditismo. Nesse receituário, a distribuição da justiça era fundamental no combate ao banditismo, visto que a justiça institucional era negada aos mais pobres que, ao serem ofendidos, entravam para o cangaço em busca de vingança⁹. Deste modo, a aplicação de uma justiça democrática inibiria o artifício da vingança, pois todos poderiam contar com ela. A lei seria, assim, capaz de manter a harmonia e a ordem no sertão, fato que não despertaria os “instintos” criminosos “adormecidos no fundo” da “psyché” [sic] dos sertanejos.

Para o médico sergipano Ranulfo Prata, a criminalidade dos cangaceiros também era proveniente da raça. Na biografia *Lampião*, de 1934, é possível encontrar vários indícios de que o médico era estudioso da antropologia criminal do final do século XIX. Assim como Gustavo Barroso (1930), Prata compreendia que a criminalidade e a violência permaneciam ocultas nos portadores dos “estigmas” da raça até que algum episódio as trouxesse à tona. Em *Lampião*, por exemplo, a criminalidade se manifestou após o primeiro conflito com os Saturninos (PRATA, 2010, p. 33). Prata elabora seus argumentos por meio de uma extensa descrição analítica do corpo dos cangaceiros; em *Lampião*, cada traço físico corresponde a um aspecto moral. Já em *Zé Baiano*, o autor afirma que o cangaceiro era, talvez, o mais violento do bando de *Lampião* por conta da sua feiura. Características como: “cabeça disforme, grande nariz [...] [e] boca rasgada de sapo” eram sinais corporais manifestos de sua delinquência (PRATA, 2010, p. 58)¹⁰. Prata realiza essa tarefa sem nem mesmo ter contato com *Zé Baiano*. Assim, é provável que tenha realizado a análise por intermédio de fotos ou descrições físicas provenientes de relatos orais e escritos.

Como aponta Schwarcz (2007), os intelectuais deterministas possuíam uma enormidade de teorias e metodologias para realização desse tipo de tarefa. Havia teorias como a frenologia e a antropometria, que constituíam uma visão interpretativa

⁹ Barroso (1930, p. 15) chega a estabelecer um percentual, afirmando que em 80% dos casos o indivíduo entrava para o cangaço motivado pela “vindicta”.

¹⁰ O autor insere o perfil antropológico e psicológico realizado pelo médico Arthur Ramos no jovem cangaceiro Volta Seca (PRATA, 2010, p. 53-57). Embora, em 9 de abril de 1932 a revista *O Cruzeiro* já tinha anunciado que não havia encontrado nenhuma das “anormalidades lombrosianas” no cangaceiro, concluindo que Volta Seca era “físicamente normal”.

da capacidade humana por meio do tamanho e da proporção do cérebro dos diferentes povos. Aliada a elas, havia também a craniologia técnica, que media o índice cefálico dos sujeitos e classificava o cérebro humano. Por fim, havia os princípios da antropologia criminal de Lombroso, que levavam tanto em consideração os métodos aqui citados, como uma tabela taxonômica dos traços faciais e corporais do “homem criminoso”. Além dos traços físicos, Lombroso afirmava que era possível identificar de maneira objetiva o criminoso por meio de elementos de ordem psíquica e sociológica. Foi provavelmente por intermédio de algum desses métodos que Prata (2010) chegou às suas conclusões.

Prata (2010) também defendia a introdução de elementos modernos para findar com o cangaço. E, para que isso ocorresse, era primordial que se buscasse a unificação entre a sociedade do litoral, ordeira e civilizada, e a do sertão, inculta e isolada. Nesse quadro sua obra objetivava clamar a ajuda das autoridades políticas nacionais para com os sertanejos.

Deste modo, Barroso (1930) e Prata (2010), além de explicar o cangaço, também ofereciam soluções para seu desaparecimento. Essa prática de apontar um receituário para a solução de problemas sociais foi muito comum na sociologia brasileira do período. Esse recurso é denominado por Candido (2006) de “sociologia entre nós”. Caracterizava-se pelo empenho em desvendar necessidades e características nacionais com a finalidade de servir ao país. Interessa menos o rigor da interpretação da realidade social brasileira, sendo mais importante indicar as soluções político administrativas (CANDIDO, 2006, p. 278-279). Esse aspecto, como será visto, também se fez presente em outras abordagens da bibliografia do cangaço.

Além disso, Barroso (1930) e Prata (2010), mesmo sendo adeptos das teorias das raças, acreditavam que indivíduos “degenerados” podiam se adaptar à “civilização”. No final do século XIX, Nina Rodrigues defendeu a mesma posição em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Para ele, o “ajustamento” se realizava mediante a educação de várias gerações (RODRIGUES, 2011, p. 32-33).

Na Europa, porém, essas ideias não eram respaldadas, principalmente quando se referiam aos miscigenados. Para os intelectuais estrangeiros, a miscigenação era um erro, um fato a ser evitado, pois mestiços personificavam a “degeneração” das

“espécies diversas”. Por isso, devia-se enaltecer a figura do “tipo puro”¹¹ e opor-se à miscigenação, visto que essa última degenerava não só a raça, mas também a sociedade (SCHWARCZ, 2007, p. 56-58)¹². Por conta disso, é sabido que a recepção dos modelos e ideias do darwinismo social no Brasil não foi uma assimilação passiva, a realidade brasileira sofreu ajustes e transformações. Silvio Romero já havia notado isso, para ele “a civilização na América *respectivé* no Brasil, é um processo de aclimação e, inevitavelmente, de transformação da cultura européia” [sic] (apud TAVOLARO, 2014, p. 637).

Estácio de Lima, em *O mundo estranho dos cangaceiros*, de 1965, foi outro intérprete do cangaço que defendia a ideia de que criminosos poderiam ser integrados à “civilização”. Entretanto, diferente das obras já citadas, Estácio não relaciona a criminalidade às raças ou às características anatômicas dos indivíduos, mas defendia que essas características deveriam ser levadas em consideração na análise. Compreendemos melhor isso ao identificar que uma das influências teóricas do autor é o alemão Ernst Kretschmer; médico alemão que dividiu os grupos humanos de acordo com suas características físicas que, por sua vez, determinavam a personalidade dos indivíduos. Logo, era neste sentido que dever-se-ia considerar os tipos físicos dos cangaceiros. Ademais, a obra também salienta o atraso do sertão com relação ao litoral nordestino, pontua a ausência da justiça institucional e os conflitos sociais gerados do coronelismo. Além da tipificação corporal, esses elementos são entendidos como causas do cangaço.

Como apontou Antonio Candido (2006), vários “sociólogos” do período “pré-sociológico” continuaram atuando após a emergência do ensino da sociologia na década de 1930. Esse foi o caso de Estácio de Lima, que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1921, período em que as teorias raciais ainda tinham respaldo no meio acadêmico. Concomitantemente à profissionalização, as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior auxiliaram no sepultamento das teorias raciais na sociologia brasileira. Utilizando um rico aparato teórico-metodológico, esses

¹¹ Para os darwinistas sociais a ideia de progresso só estaria ligada às “sociedades puras”, livres de um processo de miscigenação (SCHWARCZ, 2007, p. 61).

¹² Havia ainda um debate variado entre seus apoiadores. Por exemplo, Paul Broca argumentava que o mestiço era semelhante a uma mula, incapaz de produzir descendentes. Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon tinham posições contrárias, argumentavam que os mestiços possuíam uma alta fertilidade e sempre herdavam características negativas das raças em cruzamento (SCHWARCZ, 2007, p. 56-58).

trabalhos substituíram os elementos biológicos por fatores socioculturais como variáveis explicativas do comportamento humano.¹³

Apesar disso, nas ciências biológicas o conceito de raça continuou a ser utilizado. As práticas deterministas permaneceram sendo utilizadas na medicina legal até a primeira metade do século XX. Como demonstrou Petrônio Domingues (2017) no caso do “cangaceiro” Manoel Luiz, o Corisco Preto, que, em 1948, após cumprir mais de três quartos da pena, pediu ao Conselho Penitenciário de Sergipe o seu livramento condicional. Para auxiliar a concessão desse recurso, a Justiça exigiu que o detento passasse por uma análise antropopsiquiátrica produzida pelo Gabinete de Biologia Criminal, que periciava o grau de periculosidade do requerente. Tal exame buscava responder se o examinado havia se “regenerado da moléstia”¹⁴. Deste modo, nota-se que Estácio de Lima (1965) continuava a reproduzir os debates que estavam paulatinamente em desuso na medicina legal da primeira metade do século XX.

Com isso, podemos constatar que todos os estudos descrevem o sertão nordestino como uma região miserável, atrasada, tomada por secas, com um aparato estatal frágil em contraste com um poder privado dos coronéis hipertrofiado. Porém, no final das contas, a exposição desses elementos não passa de um cenário no qual os “homens degenerados” agiam, já que a raça determinava as ações do indivíduo, independentemente de suas escolhas. A aplicação das teorias deterministas no Brasil carregava um problema em sua essência. A mistura das raças não condenava só o cangaceiro do semiárido do Nordeste, mas também toda a nação. Esse dilema levou os intelectuais a realizar rearranjos nas teorias para se pensar uma nação mestiça como a brasileira.

¹³ As análises deterministas sofreram forte oposição após a publicação das obras de Gilberto Freyre, que apoiado no conceito de relativismo cultural conseguiu livrar os paradigmas deterministas das ciências sociais brasileiras. Além disso, diferentemente dos deterministas, Freyre avaliava a miscigenação como uma característica positiva da sociedade brasileira, defendendo que o Brasil não era miscigenado apenas no âmbito das raças, mas também da cultura (SCHWARCZ, 2007).

¹⁴ Após o final da Segunda Guerra Mundial, essas teorias passaram a ser taxadas de pseudociências. O que significava que essas interpretações assinalavam estar usando métodos científicos, mas baseavam-se em evidências insuficientes e ignoravam pistas que apontavam para outras direções. Como expõe Carl Sagan (2000), há uma clara distinção entre ciência e pseudociência. A primeira tende a prosperar com seus erros, eliminando-os um a um. Além de não levar em consideração as conclusões falsas, empreendendo a formulação de novas hipóteses para serem refutadas ou confrontadas com experimentos e observação. A pseudociência, por sua vez, é o oposto disso. Hipóteses são concebidas para que se tornem invulneráveis a qualquer experimento que ofereça chances de refutação, para que a princípio não possam ser invalidadas (SAGAN, 2000, p. 36). Ou seja, as teorias deterministas, como pseudociência, fazem oposição ao escrutínio cético, elemento fundamental na ciência.

1.2 O CANGACEIRO COMO INSURGENTE AO CORONEL

Se deixarmos de lado as considerações deterministas, os trabalhos do eixo anterior contribuíram com algumas “imagens” nos vindouros estudos de interpretação do cangaço. Isso ficará claro ao explorar este segmento e os próximos também. A ideia da sociedade sertaneja como fruto do isolamento geográfico e cultural, do conflito entre a cultura do sertão e a do litoral, essa última que se desenvolvia por meio do modelo do progresso moderno. Além disso, o destaque para a miséria dos mais pobres – acentuada nos períodos de secas – e o pujante mandonismo dos coronéis. Aliados a um Estado ineficiente, no qual o aparelho jurídico administrativo não alcançava o sertão. E, ainda, a compreensão de que a sociedade sertaneja era desorganizada, “imatura” e “anárquica” politicamente. Nesta seção, veremos como esse quadro de “imagens” indicou caminhos interpretativos no debate do cangaço. Essas questões foram incorporadas a uma compreensão de que cangaceiros estavam inseridos num conflito entre dois grupos opostos no sertão nordestino, de um lado, os cangaceiros e seus apoiadores, de outro, os grandes donos de terras e os opositores do cangaço.

Em 1937, num momento de renovação de teorias e métodos na sociologia brasileira, o cearense Djacir Menezes publica *O outro Nordeste*. A obra se distancia do darwinismo social ainda em voga e adota uma perspectiva materialista, nos moldes da economia política marxista. Seu objetivo é examinar a evolução social do sertão pastoril nordestino por meio de aspectos políticos e econômicos. Para Candido (2006, p. 278), essa ideia de elaborar explicações calcadas numa “evolução social”, priorizando aspectos políticos, firmava-se, em maior ou menor grau, nos traços herdados dos trabalhos deterministas. Percebemos, assim, que os estudos deterministas deixaram algumas características em intelectuais que romperam com seus métodos e teorias.

Voltemos à obra. Nela, Menezes (1937) afirma que o sertão possuía um aparelho estatal “incipiente”, “frágil”, “deficiente” e cooptado por oligarquias que agiam de acordo com seus próprios interesses, constituindo o que denomina de “governos domésticos”. A organização produtiva, por sua vez, era dominada pela pecuária, que ocupava extensas terras e empregava um número reduzido de pessoas. Esta

atividade até produziu riquezas, mas não propiciou qualquer modernização ou alternativas econômicas industriais. Em decorrência desse ambiente político-econômico, ocorreram diversos episódios de contestação da ordem; o cangaço, por exemplo, foi uma dessas manifestações. Logo, para o autor, o cangaço era uma forma de contestação política “imatura”, uma “reação do oprimido contra o opressor”, isto é, do cangaceiro em oposição ao coronel. Neste embate, Lampião e outros líderes do cangaço obtinham simpatia e proteção do povo.

Menezes (1937) possui conclusões similares às de Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil*, publicado quatro anos antes. Para Caio Prado, só era possível entender o Brasil à luz do capitalismo internacional. Menezes (1937), por sua vez, também entendia que o mesmo se aplicava ao Nordeste pastoril. Além desta influência, Menezes (1937) defende ideias sobre o cangaço que se assemelhavam a um conjunto de documentos produzidos pelo Partido Comunista do Brasil nos primeiros anos de 1930. Em 1931, membros do partido elaboram um documento que afirmava que os cangaceiros eram opositores ao latifúndio. Já o Comitê da Internacional Comunista sustentava que os cangaceiros possuíam um potencial revolucionário e, por isso, deveriam ser aproveitados pelo partido (PERICÁS, 2010, p. 152-153).

Anos depois, em 1963, o jornalista Rui Facó publicou *Cangaceiros e fanáticos*. Aqui não há dúvidas a respeito da influência do partido, Facó era filiado ao PCB e exerceu profunda militância política. No livro, o autor investiga os aspectos que possibilitaram o surgimento do cangaço. Para ele, o cangaço foi uma forma de reação, embora “inconsciente”, à injusta estrutura social do sertão nordestino. A revolta dos cangaceiros era contra o grande latifúndio. Por esta razão, seu surgimento deveria ser entendido como resultado de fatores econômicos, de um “retardamento nacional” e de um passado atrasado economicamente, consequência da monopolização da terra na mão de poucos. Monopólio iniciado na Colônia e que dificultou a inserção da tecnologia no sertão nordestino, contribuindo para o isolamento da região por quatro séculos, o que levou a um analfabetismo generalizado dos sertanejos. Outro fator importante para o surgimento do cangaço foram as secas. Elas provocaram migrações em massa no final do século XIX, subtraindo mão de obra das grandes propriedades e mostrando que o sertanejo poderia livrar-se das amarras do latifundiário. As secas

provocavam aumento da fome e da miséria, o que levava à formação de grupos de cangaceiros.

Em 1969, o historiador inglês Eric Hobsbawm analisou os cangaceiros sob a ótica do bandido social em *Bandidos*. Mas, em uma obra anterior do historiador, *Rebeldes primitivos*, estão as bases do pensamento sobre o conceito. Vamos conhecê-las. Nesse último estudo, Hobsbawm examina o que denomina de formas arcaicas de movimentos sociais, ocorridas entre os séculos XIX e XX. A maior parte deles concentrava-se na Europa ocidental e meridional, especialmente na Itália. O autor classifica esses movimentos sociais em cinco categorias, a primeira é a que nos interessa, a dos bandidos sociais¹⁵. Todos bandidos sociais localizavam-se no mundo rural e suas práticas criminosas são entendidas como uma revolta contra a pobreza e a injustiça social. Seus integrantes são considerados pessoas iletradas, que não conseguiam expressar suas aspirações e necessidades com palavras, mas que decidiam enfrentar, ao seu modo, as injustiças sociais e a opressão daqueles que são vítimas. E, por se tratar de sujeitos “pré-políticos”, não possuíam ideais políticos definidos. Logo, podemos afirmar que os bandidos sociais enfrentavam na prática e não discursivamente as injustiças sociais. Mediante essas considerações, percebemos que o arquétipo dos bandidos sociais é Robin Hood, o ladrão que rouba dos ricos e distribui a pilhagem entre os mais pobres. Embora, Hobsbawm considera que nem todos os bandidos sociais seguiram essa dinâmica de solidariedade.

Elucidado as bases para o conceito de bandido social em *Rebeldes primitivos*, voltemos a *Bandidos*. Nesse último, o esforço de Hobsbawm é refinar sua teoria e aumentar o escopo analítico, assim, decidi incluir os cangaceiros. Para o historiador inglês, o bandido social era incapaz de se apossar da colheita dos pobres camponeses, porém não hesitaria em tomar para si a do grande latifundiário ou do Estado. Frequentemente, eram vistos como heróis por algumas camadas da sociedade camponesa. Por isso, adquiriam reconhecimento e obtinham cooperação por parte da população, fato que o diferenciava do simples delinquente. Deste modo, os cangaceiros são levados a cometer delitos porque estão à margem da sociedade rural. Assim, a dominação do coronel para com o sertanejo, as secas e agitações sociais levaram Lampião e seu bando a viver pelas armas. Aspectos esses que

¹⁵ Além dos bandidos sociais, Hobsbawm aborda as sociedades secretas rurais, os movimentos camponeses milenários, os motins urbanos pré-industriais e seitas religiosas trabalhistas.

forjaram não apenas o caráter revolucionário, mas, sobretudo, a indignação capaz de tornar o cangaceiro insurgente ao coronelismo (HOBBSAWM, 2001)¹⁶.

A historiadora Maria Christina da Matta Machado também replicou ideias similares a de Hobsbawm (2001). Diferentemente do historiador inglês, realizou trabalho de campo, entrevistando ex-cangaceiros e ex-soldados das volantes. Suas conclusões foram publicadas no trabalho póstumo *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*¹⁷. Para ela, o cangaço foi uma resposta à violência do coronel. Visto que o coronel, ao arbitrar contendas ou disputas entre famílias, cometia injustiças e engendrava o revide. No contexto dos conflitos que envolviam o coronel, era frequente que este cometesse abusos e que isso gerasse revoltas de diversas formas. Entre essas estava o cangaço, que surgia quando o sertanejo, revoltado com as injustiças praticadas pelo coronel, passava a buscar vingança dentro de um bando. Neste sentido, Lampião era o “flagelo dos coronéis” e o “anjo da guarda dos pobres”.

As conclusões da historiadora são semelhantes às de Rui Facó (1965). Mas ela discordava que as secas contribuíssem para o surgimento do cangaço. Para a autora, a seca não gerava o cangaço, mas intensificava os “conflitos de classe”. Defende que as secas agravavam a miséria dos mais pobres, fazendo com que famílias inteiras perdessem as mínimas condições de vida. Ocasionalmente, até levou alguns sertanejos a praticar pequenos delitos, como saquear armazéns nas zonas urbanas do sertão. Ou seja, isso não se configurava como uma “violência consciente” do sertanejo, constituiu um gesto desesperado de sobrevivência. Maria Christina (1973-74) atestou suas ideias por intermédio do testemunho do cangaceiro Zé Sereno, que afirmou que nenhum sertanejo procurou o bando para fugir das secas.

Por fim, temos o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), que, diferentemente das demais pesquisas desta seção, não foi influenciada por uma interpretação marxista. Sua análise destoa dos trabalhos anteriores. Expõe que a origem do cangaço no século XIX estava ligada às lutas de famílias, em que os chefes de parentelas convocavam seus apaniguados e formavam bandos temporários. Já no

¹⁶ Após esses dois livros de Hobsbawm, vários trabalhos foram publicados defendendo a tese do bandido social ou alguma variação do tipo na interpretação das ações dos cangaceiros. Um exemplo é o livro *De Virgolino a Lampião*, de Antônio Amaury e Vera Ferreira, neta de Lampião. A obra não utiliza o conceito de bandido social, mas o argumento é semelhante. Ressaltam a revolta dos cangaceiros para com o latifúndio e enaltecem os atos de caridade dos primeiros.

¹⁷ Publicado em cinco partes na *Revista de História de São Paulo*, entre 1973 e 1974. Esta série de textos constituiria os capítulos da tese de doutorado de Maria Christina, que deveria ser apresentada na USP.

fim do século, alguns cangaceiros, apoiados em seu próprio prestígio, destacaram-se do chefe da parentela e seguiram livremente seu caminho. Mas mesmo o cangaço profissional de Lampião seria um prolongamento das lutas de família. Visto que, geralmente, todo indivíduo que decidia entrar para o cangaço era impelido por um desejo de vingança diante de ofensas e injustiças que sua família sofria. Além disso, o cangaço era produto de uma estrutura socioeconômica, na qual se destaca a falta de trabalho e a miséria acentuada nos períodos de seca.

Se nesses aspectos Queiroz (1977) pareceu não ter elo com os estudos desse eixo, ela se aproxima ao compartilhar da tese de que cangaceiros se enquadravam num contexto de lutas de dois grupos antagônicos. Assim, havia duas grandes facções em luta no interior do Nordeste, entre 1894 e 1940. A população se dividiu entre os que auxiliam os cangaceiros, os coiteiros, e os que eram seus opositores e ajudavam as volantes. Neste sentido, sua visão do cangaço se distinguia das interpretações marxistas, pois o senhor de terras poderia ser tanto um coiteiro, como também inimigo dos cangaceiros. Queiroz (1977) afirma, ainda, que havia traços de reivindicações socioeconômicas no cangaço; Lampião e Antônio Silvino tinham certa consciência das injustiças sociais. Mas pontua que os cangaceiros não eram defensores dos oprimidos, essa visão seria “antes ilusória do que real”.

Um problema que se inicia nos autores deterministas e continua presente nos trabalhos marxistas é a ideia de que cangaceiros não eram atores da sua própria história. Desta maneira, estabelecem os cangaceiros como indivíduos imaturos e irrefletidos, que eram incapazes de tomar suas próprias decisões. Ademais, com raras exceções, algumas pesquisas não demonstram os dados que solidificam seus argumentos, parecendo que a mera aplicação da teoria seja o bastante para atestar suas ideias. A título de exemplo, é difícil admitir que o bando de Lampião pretendia subverter a ordem política e social do sertão nordestino, mesmo apoiado em vínculos com líderes políticos locais, como no caso dos coronéis baianos João Gonçalves de Sá e Petronilo de Alcântara Reis.

1.3 A HONRA SERTANEJA COMO CATALISADOR DO CANGAÇO

Se nas seções anteriores a raça e, posteriormente, o quadro econômico social estimulavam as ações dos cangaceiros, aqui é um conjunto de valores da cultura

sertaneja que é considerado responsável pelo comportamento dos indivíduos. O culturalismo é claramente a influência teórica desses trabalhos. Deste modo, os estudos abordados nesse eixo tendem a dar peso ao sistema de valores da sociedade sertaneja na estrutura da personalidade dos indivíduos. Defendem que honra, coragem e valentia eram valores fundamentais nas ações concretas dos cangaceiros e sertanejos.

O primeiro trabalho a aplicar o paradigma culturalista na compreensão do cangaço é *Guerreiros do Sol*, de Frederico Pernambucano de Mello, publicado em 1985¹⁸. Nele, afirma-se a existência de dois Nordeste, o do “verde” da cana-de-açúcar, do litoral, e o “cinzento” da pecuária, do sertão. Essas duas sociedades se diferiam nas atividades econômicas, no meio físico, na composição étnica e na cultura. O coletivismo imposto pela tarefa agrícola no litoral disciplinou o homem dos engenhos de açúcar. O sertanejo, por sua vez, permaneceu livre durante séculos, sem o disciplinamento da proximidade de um patrão e muito menos da ação coercitiva do Estado. A pecuária que se operou ali configurou as características do homem sertanejo e, conseqüentemente, do cangaceiro. Ao contrário da cultura do açúcar, a pecuária exigia o nomadismo por conta da pobreza do pasto nas regiões semiáridas. No sertão se estabeleceu, assim, predominância do individual sobre o coletivo no plano do trabalho e sentimentos de independência, autonomia e improvisação. A pecuária também marca o homem sertanejo na sua insensibilidade no trato com o sangue, pois esse costumava abater o gado e realizar trabalhos em couro.

Além dos elementos produzidos da relação homem, caatinga e pecuária, a gênese dessa cultura da violência é explicada a partir do isolamento da região. Este processo teve início no século XVIII, após uma precoce decadência econômica menos de cem anos após a penetração do homem de origem europeia na caatinga. Com isso, as populações pobres já assentadas se recusam a retornar ao litoral. Este fato marcou a cultura sertaneja, na medida em que ocorreu uma “mumificação” de costumes trazidos pelos portugueses dos primeiros séculos da colonização. Resumidamente, alguns desses traços constituíram uma tendência ao misticismo e à indiferença do homem em face da morte; esse segundo aspecto resultante das diversas epidemias que ocorreram no período medieval europeu. Havia também o

¹⁸ No seu mais recente livro, *Apagando Lampião*, de 2018, Mello reitera sua tese interpretativa do cangaço, não apresentando nenhuma revisão ou novidade teórico-metodológica.

culto à coragem e o apego ao direito de propriedade como fatores fundamentais daquela sociedade (MELLO, 2004).

Este conjunto de traços culturais descritos acima ajudou a compor a personalidade do homem do ciclo do gado e, claro, do cangaceiro. Assim, a moral sertaneja tolerou e legitimou práticas violentas dentro de algumas circunstâncias. Verificou-se, então, um tipo de homem que valorizava a valentia e o espírito de aventura, uma figura que rebatia uma afronta pelas armas e que exercia a vingança das famílias em luta. Entretanto, por volta do século XIX, o Estado começou a impor seus valores no sertão. Com isso, ocorreu uma criminalização paulatina do emprego da violência privada que, conseqüentemente, perde sua legitimidade e passa a ser vista como criminalidade e, portanto, devendo ser combatida. Esses valores litorâneos objetivam superar aquele modo de vida “selvagem”, que tinha origem nos primeiros anos da colonização. Deste modo, Mello (2004) propõe que houve dois períodos. O endêmico, na qual as práticas violentas eram aceitas pela sociedade sertaneja. E o epidêmico, quando as ações violentas passam a ser mal vistas¹⁹. Data do segundo período o emprego das expressões cangaço e cangaceiro para denominar a ação daqueles agentes, que não constituíam grupo homogêneo, possuindo interesses e aspirações diferentes no plano subjetivo²⁰ (MELLO, 2004).

Mello (2004) conclui também que o cangaço não teve estímulo apenas da cultura da violência. Fatores econômicos e sociais influenciaram em seu surgimento. Do século XIX em diante, o aumento da população e a diminuição das oportunidades de emprego – já escassas no sertão – ocasionaram um surto de criminalidade cada vez maior. O litoral, em paralelo, não conheceu um fenômeno parecido com o cangaço porque as oportunidades econômicas geradas pela agricultura ofereciam alternativas a possíveis vocações para a vida no banditismo.

Vale pontuar que as ideias de Mello (2004) apresentam afinidade com seu padrinho intelectual, Gilberto Freyre. Ao descrever a cultura e o espaço físico

¹⁹ Segundo Carneiro (2010), esses termos são utilizados por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977) e nos trabalhos de Antônio Amaury Corrêa de Araújo. Nossa revisão identificou também a presença no trabalho de Luiz Bernardo Pericás (2010). Carneiro (2010) revelou que essa terminologia faz referência aos jargões sanitaristas do início do século XX. Por isso, aconselha a substituição das definições **cangaço endêmico** e **cangaço epidêmico** por conceitos novos, como **cangaço restrito** e **cangaço disseminado** (CARNEIRO, 2010, p. 55-56).

²⁰ Aqui há uma clara influência da sociologia compreensiva na classificação dos tipos de cangaço proposta por Mello (2004); o autor dará ênfase ao sentido da ação que os cangaceiros atribuíam à sua vida dentro do cangaço. São três as formas básicas: o cangaço meio de vida; o cangaço de vingança e o cangaço refúgio.

sertanejo, Mello (2004) mostrou-se adepto do método ecológico proposto por Freyre em *Nordeste*. A ecologia social utilizada por Freyre recorre a elementos naturais/ecológicos para compreensão dos fenômenos sociais do Nordeste agrário açucareiro. No prefácio à primeira edição de *Nordeste*, Freyre afirma que era:

Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas (FREYRE, 1989, p. 18).

De modo semelhante, Mello (2004) indica relações entre os fatos sociais e as condições físicas do sertão nordestino, apresentando a construção do mundo cultural em torno de um recorte do espaço físico. Cultura e natureza são compreendidas como partes de um todo.

Quase duas décadas depois, em 2000, a antropóloga Luitgarde Oliveira Barros publica *A derradeira gesta*. Outro estudo de abordagem culturalista que, entretanto, entende o sertão como um lugar socialmente diverso. A autora leva em consideração as alteridades individuais e grupais. E, se em Mello (2004) os sertanejos compartilhavam o mesmo sistema de valores e só reprovaram as práticas cangaceiras no período **epidêmico**, Barros (2000) defende que naquela sociedade havia valores comuns, como coragem e valentia, contudo, possuíam representações distintas, com significados diversos nos diferentes grupos e estratos sociais. Para demonstrar isso, a autora demonstra como dois grupos em conflito, cangaceiros e nazarenos²¹, evocaram os “códigos de honra sertaneja” na construção das suas ações e de suas próprias identidades. A decodificação da linguagem dos atores em luta permite a compreensão disso. Os nazarenos se autorreferiam como “homens de bem” e taxavam os cangaceiros de “bandidos”. Por sua vez, os cangaceiros não se consideravam “bandidos”, mas também não julgavam ser “homens de bem”. Essa última categoria permaneceu inacessível a eles, mesmo entre os mais ardorosos simpatizantes.

O uso dos “códigos de honra sertaneja” inicialmente era monopólio indicativo das “classes superiores”. Mas grupos à margem do poder e do Estado, como os nazarenos, construíram dinâmicas e projetos alternativos de vida. Esses códigos

²¹ Povo originário da Vila de Nazaré, município de Floresta, Pernambuco.

passaram a sofrer uma mudança no seu significado e a grande responsável por isso, para Barros (2000), foi a religião. A Igreja Católica e o trabalho de alguns missionários pregadores foram fundamentais no estabelecimento desses “códigos de honra sertaneja”.

O papel da honra foi discutido nos “livros de época” do final do século XIX. Escritos constituídos por cordéis, “romances” [sic], histórias de valentes e cantigas de gesta popular. Livros que se configuraram como leituras ou escutas obrigatórias nos diversos segmentos sociais, popularizando os “exemplos” nas “regras do bem viver”. Neles, os conflitos por questões econômicas ou de honra foram transformados em gestas sertanejas. Os combates não se desenvolviam apenas em função dos bens materiais, mas eram envoltos em valores como o cumprimento das leis, a proteção à honra familiar, a obediência à Igreja Católica, o respeito aos mais velhos, aos padrinhos e “ao alheio”. Todos esses elementos unidos remetiam ao “código de honra sertaneja”. Destaca-se também a atividade de frei Caetano de Messina e, posteriormente, do Padre Mestre Ibiapina. Esses religiosos ressaltavam o papel do trabalho como elemento de dignificação dos homens. Ao mesmo tempo, deram nova função para valentia, direcionando-a para “preservação do bem”. O “bem” passou a ser encarado como princípio ético, unindo pessoas de diversos segmentos sociais que passaram a dar prioridade a este valor. Assim, nasceu desse novo valor do trabalho e dos antigos códigos de honra a categoria “homens de bem”, da qual nazarenos faziam parte. Já os cangaceiros, para Barros (2000), são apenas “transgressores” desses valores. Ao quebrarem os códigos do “bem viver” do povoado de Nazaré, os cangaceiros instigaram uma reação violenta dos moradores do povoado, que objetivavam preservar seus valores do seu sistema de vida. Por este motivo, quando Lampião e seus asseclas usavam os códigos culturais dos “homens de bem”, modificavam seus significados em seu benefício próprio.

Neste sentido, assim como Maria Isaura de Queiroz (1977), Barros (2000) defende que o sertão estava dividido em dois blocos, com a luta entre cangaceiros e nazarenos representando a oposição de dois sistemas de valores. De um lado o cangaço, composto por cangaceiros, policiais corruptos, coiteiros e simpatizantes. Essa parcela da população sertaneja desrespeitava quase todos os valores tradicionais dos “homens de bem”. Do lado oposto havia uma coletividade de indivíduos formados por vítimas do cangaço, policiais e autoridades civis honestas e

uma elite que não possuía relações econômicas e políticas com os cangaceiros. Defensores do extermínio do cangaço, os integrantes deste segmento supra classe social se viam como “homens de bem” e encaravam o cangaço como um mal tão destrutivo quanto a seca. Para eles, a valentia estava a serviço dos códigos de “honra sertaneja”.

Para encerrar esse eixo vale pontuar uma crítica pertinente ao trabalho de Frederico Pernambucano de Mello (2004), já que só por meio de uma grande simplificação admitimos a tese de que na sociedade sertaneja todos os membros compartilhavam valores comuns. Não se trata de negar suas contribuições, mas não se pode considerar que os valores de uma determinada sociedade são interiorizados da mesma maneira por todos os indivíduos. Essa reflexão nos auxilia a não caracterizar a cultura como algo intransponível, evitando a banalização da violência produzida pelo cangaceiro.

1.4 OS HISTORICISTAS E A RECUSA DE UMA TEORIA GERAL DO CANGAÇO

Nesta seção intitulamos de historicistas os estudos que não utilizam teorias universalizantes na explicação dos comportamentos desviantes dos cangaceiros. Fundamentam-se na noção de que as ações humanas devem ser compreendidas por meio dos processos históricos, considerando as particularidades da sociedade sertaneja. Ressaltam o papel independente dos indivíduos na tomada de decisões e recusam explicações totais. Defendem, estes autores, que embora a maioria dos sertanejos vivesse num contexto político, econômico e social determinado, eles não ingressaram no cangaço. Deste modo, pontua Pericás (2010) que a interpretação de fenômenos de delito requer uma análise factual e empírica, não necessitando uma abordagem teórica geral. Comportamentos delituosos devem, assim, ser estudados dentro de contextos sociais e culturais particulares, ainda que possam ser comparados com contextos similares mais amplos (PERICÁS, 2010, p. 189).

De modo semelhante, o brasileiro Billy Chandler desenvolve a biografia *Lampião*, de 1980. Considera ser difícil compreender completamente as motivações individuais de entrada dos sertanejos no cangaço. Em vista disso, busca entender o contexto social no qual Lampião e seu bando se inseriam. O autor apoia-se nas ideias de Amaury Souza (1973) e defende que o surgimento do cangaço estava relacionado

com a fragilidade das instituições estatais responsáveis pela justiça e a ordem e, também, com a incapacidade dos chefes políticos de enfrentar o cangaço profissional emergente. Expõe que desde a Colônia proprietários de terras do sertão possuíam amplos poderes em seus domínios, inclusive instituindo regras próprias em sua área de influência. Esse poder privado se manteve na República e se combinou com elementos “extremados” do federalismo que, conseqüentemente, dão origem ao coronelismo. O problema é que a fragmentação dos potentados locais diminuiu a influência e a força dos coronéis de dominar efetivamente as comunidades e conseqüentemente os bandos de cangaceiros. Assim, para Chandler, embora a ação dos cangaceiros já existisse desde o século XIX, esses componentes, juntamente com o desequilíbrio social provocado pelas secas, contribuíram para o aumento da violência do cangaço.

Já Luiz Bernardo Pericás (2010) pondera que as motivações de ingresso dos indivíduos no cangaço eram diversas, mas defende que fatores econômicos, políticos e culturais podiam influenciar, dado que esses aspectos criavam um painel propício para atuação cangaceira nos sertões. Para ele, o controle da justiça institucional pela classe dirigente e o poder privado desses mesmos atores estimulou a entrada de indivíduos no cangaço. Sem o Estado ou a quem recorrer, muitas das vezes o sertanejo afrontado buscou entrar em bandos para executar vinganças. No entanto, ressalta o autor que os cangaceiros do século XX fizeram do cangaço um meio de subsistência, diferenciando-o do cangaço do século anterior, que era ligado às lutas de famílias. Por isso, defende que tornar-se cangaceiro poderia até ser uma motivação de ordem cultural e psicológica.

Pericás (2010), contudo, parece estar mais interessado em se opor a algumas formas de pensar do que oferecer elementos que auxiliem na interpretação do cangaço. Se contrapõe à ideia de que o sertão era isolado. Defende que o sertão nordestino, ainda que fosse mais “atrasado” do que as capitais dos estados, não se constituía um ambiente estático. Havia constante intercâmbio cultural e comercial, com a presença de vendedores e imigrantes dos Estados Unidos e da Europa. O autor também discorda da tese que relaciona o aumento do banditismo com as crises econômicas provocadas pelas secas. Assim, argumenta que o incremento das pilhagens e saques ocorridos durante os períodos de estiagem não era praticado por “bandidos profissionais”, mas gente comum, sertanejos e retirantes flagelados. O

principal efeito da seca não era o cangaço, mas o êxodo para as cidades maiores.²² O cangaço acabou ainda que a seca continue a ocorrer no sertão nordestino.

Por fim, vale ressaltar que tanto Chandler (1980) quanto Pericás (2010) possuem claramente críticas comuns a Hobsbawm (2001). Para eles, a aplicação do conceito de bandido social não se aplica ao cangaço. Julgam a categoria demasiadamente “universalizante” e, por isso, afirmam que ela não consegue enquadrar um número significativo de tipos homogêneos de cangaceiros, só representando casos específicos. Além disso, consideram que Hobsbawm (2001) se baseia em evidências documentais pouco confiáveis, visto que o historiador inglês utilizou o folclore em grande medida para suas constatações. Posteriormente, o próprio Hobsbawm reconhece que esses relatos não poderiam ser utilizados de maneira razoável para apreender o papel social desses bandidos numa sociedade rural (HOBBSAWM, 2001, p. 9). Por isso, Chandler (1980) e Pericás (2010) argumentam que esse tipo de fonte não capta o papel social dos cangaceiros na sociedade sertaneja, mas difunde uma imagem mitificada dos cangaceiros. Logo, Lampião e seu bando não lutavam para a mudança da ordem política da sociedade sertaneja, mas sim para explorá-la mais e defender seus próprios interesses. Inclusive, quando necessário, associaram-se a membros da elite política e econômica.

Em artigo publicado depois da biografia *Lampião*, Billy Chandler (1983/1984) afirma que a formulação do conceito de bandido social refletia uma tendência da “esquerda radical” em procurar novos agentes da luta de classes. E isso se deu por conta da desilusão com os trabalhadores urbanos de Karl Marx como veículos da revolução. Com o passar do tempo, ocorreu o aumento do conservadorismo e da melhora de vida desses trabalhadores (CHANDLER, 1983/1984, p. 68). É nesse contexto que procurou-se inserir o banditismo social e, mais especificamente, o cangaço, nos princípios da dialética marxista. Ou seja, para Chandler esse tipo de abordagem nasceu do desejo de atribuir aos cangaceiros a tarefa revolucionária que era anteriormente reservada ao proletariado industrial de Marx.

Este segmento se insere, assim, na tradição norte americana do pensamento pragmático, na qual a teoria não assume um lugar tão relevante quanto no Brasil e na

²² Para termos uma ideia do êxodo provocado pelas secas, Pericás afirma que a população do Ceará em 1877 foi reduzida em um terço, mas a capital inchou. Em 1872, Fortaleza tinha 21 mil habitantes, em 1877, já haviam emigrado para lá mais de 85 mil pessoas, um ano depois passaram a ser 114 mil pessoas na cidade (PERICÁS, 2010, p. 140).

França, por exemplo. E, embora não assumam um sistema abrangente de conceitos e ideias, fazem uso de um debate teórico circunscrito às particularidades da sociedade sertaneja. De certo modo, também temos afinidade com esta posição. Como já foi demonstrado por um conjunto de trabalhos na sociologia, entendemos que conceitos são históricos e geograficamente situados e, por isso, representam uma maneira de pensar ligada a um determinado lugar e época.

1.5 A BIBLIOGRAFIA DO CANGAÇO E A TESE DA SINGULARIDADE BRASILEIRA

Sérgio Tavolaro (2014), ao analisar as obras de “interpretação do Brasil”, percebeu um conjunto de características comuns entre elas. Segundo ele, desde o século XIX alguns traços dessas obras ressaltavam a distinção do Brasil diante dos países considerados “centrais” na experiência moderna. De modo semelhante, podemos afirmar que três dos predicados percebidos por Tavolaro (2014) nos “intérpretes do Brasil” se fazem presentes, em maior ou menor grau, em todas as abordagens interpretativas do cangaço. Vamos a eles.

O primeiro é a ideia de que a sociedade brasileira possui uma relação “peculiar” com o mundo natural. Isto é, de que setores da população não romperam totalmente com os ditames do mundo natural. Haja vista que um dos marcos fundamentais do imaginário científico e filosófico moderno é a ruptura do homem com a natureza. Deste modo, surge o entendimento de que a vida social brasileira não teria domínio próprio e não havia sido desvinculada dos elementos da natureza (TAVOLARO, 2014, p. 644).

Em seguida tem-se a percepção de que a sociedade brasileira é indiferenciada, ou seja, aquém dos níveis de complexificação e diversificação do “núcleo moderno”. Além disso, apresenta um aparato político-administrativo imaturo e claudicante em suas atribuições. Paralelamente, prevalece a imagem de uma sociedade “politicamente débil”, incapaz de estruturar relações de sociabilidade alternativa às esferas políticas e econômicas. Impossibilitando, assim, o papel de agência dos indivíduos ante o Estado e a economia (TAVOLARO, 2014, p. 642-643).

Por fim, os estudos consideram que a sociedade brasileira ainda não fora secularizada por completo. Compreendendo que ela permaneceu atada a códigos e referências que não foram totalmente racionalizados, assim cristalizando-se a noção de que a sociedade brasileira não realizou completamente a transição de uma

“sociedade tradicional” para uma “pós-tradicional”. Conseqüentemente, concepções mágico-religiosas ainda se fazem presentes em amplos setores da sociedade, orientando atitudes e comportamentos dos indivíduos em diversos aspectos da vida (TAVOLARO, 2014, p. 643).

A literatura do cangaço, porém, modifica o entendimento de que essas características se manifestavam em toda a sociedade brasileira. Para esses trabalhos, isso se realizava apenas no sertão nordestino. O litoral, por sua vez, representava o “centro” da modernidade no Brasil.²³ Todavia, como destaca Tavolaro (2014), essas ideias acabam salientando a visão de que a sociedade brasileira é singular.²⁴ Ou, como pontuam Oliveira e Petrarca (2017, p. 199), essas abordagens aceitam tacitamente a universalidade do modelo ocidental, estabelecendo relações assimétricas entre as sociedades com base na existência ou inexistência de traços considerados essenciais da experiência histórica dos “países dominantes”. Deste modo, contribuindo para uma visão negativa das experiências sociais “periféricas”, não auxiliando na compreensão dos significados e lógicas das ações dos nativos. Por isso, atualmente essa tese é cada vez mais difícil de ser sustentada devido a uma série de trabalhos que argumentam que essas ideias configuram uma “exotização” do Brasil. Apesar de que na década de 1950 tal crítica já havia sido formulada por Guerreiro Ramos (1957). Em sua crítica à sociologia brasileira, Ramos rejeitou a assimilação passiva do “patrimônio científico estrangeiro” para que o pesquisador brasileiro não cometesse o “defeito” da alienação. Evitando, assim, que o sociólogo brasileiro visse os fenômenos nacionais com os “olhos” do pesquisador estrangeiro.

Desta forma não reivindicamos que para compreensão do cangaço é necessário um modelo teórico-metodológico especial ou uma “sociologia autêntica”, como defende Guerreiro Ramos (1957). A busca do que é autêntico reafirma o contraste com o “centro”, confirmando a posição modelar deste último (TAVOLARO, 2014, p. 660-661). É mais apropriado adotar uma atitude reflexiva ante as teorias e metodologias em uso. Distanciando-se de propostas que utilizam conceitos de modo normativo, ou seja, aplicando-os idealmente e, deste modo, impondo um valor universal que deve ser seguido por todas as sociedades (OLIVEIRA, 2013, 2015).

²³ Como demonstramos acima, essa particularidade provavelmente foi influência da ideia de dois Brasis propagada por Euclides da Cunha em *Os sertões*.

²⁴ Em nosso caso, a ideia de que o sertão era distinto dos “contextos modelares modernos”.

Por esta razão, não rejeitamos completamente esses pressupostos. Defendemos que eles até podem dizer algo a respeito da sociedade sertaneja e do cangaço, embora vez ou outra caiam numa armadilha etnocêntrica. A título de exemplo é quando alegam que a sociedade sertaneja era incapaz de organizar-se politicamente e que, conseqüentemente, os cangaceiros eram sujeitos “pré-políticos”. Mas, como pondera João José Reis e Eduardo Silva (1989), não se trata de ser “pré” ou “pós”, mas diferente. Haja vista que os homens provenientes de sociedades “pré-industriais” e “pré-capitalistas” faziam a política que podiam fazer de acordo com os recursos que tinham, com a sociedade em que viviam e as limitações estruturais que enfrentavam (REIS; SILVA, 1989, p. 99). Deste modo, defendemos que é empregando essa atitude reflexiva que se deve conduzir uma análise do cangaço.

1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos dessa maneira que, para explicar o surgimento do cangaço, as pesquisas recorreram a elementos diversos, como a raça, a pobreza, a deficiência do aparelho jurídico administrativo estatal, o estímulo de uma cultura da violência e até a ausência de reflexividade dos sertanejos. Algumas dessas considerações, porém, podem implicar em uma “exotização” do sertão nordestino. Nossa proposta, por sua vez, lança um novo olhar sobre o objeto de pesquisa, evidenciando a interação social dos diversos atores como produtor de significados e de saberes específicos. Buscando demonstrar como alguém se torna cangaceiro por meio de etapas e contingências.

Por fim, ressaltamos que apoiamos algumas considerações de Maria Isaura de Queiroz (1977) a respeito do cangaço. Particularmente na ideia de que ocorreu uma separação paulatina dos bandos de cangaceiros “independentes” e “profissionais” com relação aos chefes de parentelas entre o final do século XIX e início do XX. A emergência desses grupos gerou relativa autonomia desses indivíduos outrora dominados pelos chefes de parentela. Beneficiando dessa maneira o desenvolvimento de códigos de conduta intragrupo, dinâmicas de funcionamento, lógicas políticas próprias, redes de proteção, de fornecimento de informações e de suprimentos. Foi mobilizando essa cultura “profissional” que o grupo de Lampião fez do cangaço um meio de vida por quase 20 anos, diferenciando-o, assim, do cangaço do século XIX,

que era ligado às lutas de parentelas.²⁵ Por isso, no próximo capítulo vamos tratar dessa cultura profissional cangaceira.

²⁵ Contudo, como ressalta Queiroz (1977, p. 55), durante o século XX as lutas políticas misturaram-se com a guerra do “cangaço independente” e das volantes.

CAPÍTULO 2 – CULTURA PROFISSIONAL CANGACEIRA: UMA ANÁLISE DAS REGRAS E SABERES DO BANDO DE LAMPIÃO

Este capítulo se propõe examinar a cultura profissional do bando de Lampião, entendendo-a como um conjunto de conhecimentos necessários para o exercício das atividades cangaceiras. O domínio dessa cultura profissional permitia ao cangaceiro manter-se no grupo e quiçá ascender a postos na hierarquia. Para que isso ocorresse, a interação ou o que denominamos de socialização profissional desempenhava um papel fundamental no desenvolvimento da cultura entre os integrantes do bando. Portanto, ressaltamos que para realização dessas tarefas analisamos um extenso material documental, buscando compreender as práticas e concepções dos cangaceiros, captando o seu complexo de regras, códigos, atitudes, habilidades e saberes específicos empregados e socializados durante a vida no cangaço.

Destacamos, assim, o papel da interação social no aprendizado da cultura profissional do bando. Como apontou o jovem cangaceiro Volta Seca, seus companheiros de bando foram seus “mestres” e “professores” da “escola do cangaço” (GOMES, 1958a, p. 1-2). Portanto, como explica Becker (2009), após o ingresso de um “iniciado” em um grupo “desviante” ele aprende maneiras de lidar com suas atividades com o mínimo de contratempo; visto que todo problema para escapar da imposição de regras já foi enfrentado por outros membros mais experientes. Deste modo, o “desviante” iniciado aprende a evitar problemas e assimilar uma fundamentação que o ajuda a continuar em sua carreira (BECKER, 2009, p. 48-49). Para alguns contemporâneos do bando foi exatamente por isso que Lampião aceitou ser chefiado por Sinhô Pereira no início de sua carreira no cangaço. O repórter Victor do Espírito Santo defendeu que Lampião permaneceu alguns anos no bando de Sinhô Pereira porque precisava adquirir as táticas e conhecimento para o “completo desempenho de sua nefanda **profissão**”. (SANTO, 1932a, p. 37-40, grifo nosso).

A socialização, além de ser um processo de iniciação em uma cultura profissional, é também uma conversão identitária. Trata-se, portanto, não só de uma acumulação de conhecimentos, mas também de uma definição de si (DUBAR, 2012, p. 357). Como expõe Becker (2009), a entrada em um “grupo desviante” traz consequências no âmbito privado de seus integrantes. Os indivíduos racionalizam suas posições e desenvolvem justificativas históricas, legais e psicológicas para tentar

legitimar a atividade “desviante”. Alguns grupos constroem uma “filosofia operacional” própria, uma espécie de “ideologia auto justificadora” (BECKER, 2009, p. 48). Os crimes de pistolagem, por exemplo, são justificados pelos seus executores a partir da construção de uma imagem negativa das vítimas. Com isso, os crimes saem da lógica comercial da pistolagem para se inserirem no contexto moral (BARREIRA, 1998, p. 29-30).

Como pondera Fernanda Petrarca (2015, p. 164-165), há de se considerar o prestígio social do ofício, pois ele reflete diretamente no modo como os atores sociais falam sobre suas atividades. Em geral, cangaceiros, assim como membros de ofícios de baixa ou inexistente legitimidade social, recorriam à estratégia denominada por Erving Goffman (2007) de “história triste”. Assim, esses sujeitos, para justificar suas ações e explicar como foram parar ali, por vezes, poderiam abstrair, cortar e deformar uma visão sobre o percurso da sua vida da maneira que achasse conveniente. Por isso, destaca Goffman (2007, p. 129): “quanto mais o passado de uma pessoa o afasta da concordância aparente com valores morais centrais, mais parece necessário contar essa história triste”. Neste sentido, embora de tradições sociológicas diferentes, o recurso da história triste de Goffman (2007) se assemelha ao conceito de escudo ético proposto por Mello (2004). Segundo o último, a vingança era entendida como uma forma de justiça “legítima” na sociedade sertaneja do período. Logo, o cangaceiro justificava seus atos afirmando que estava no cangaço para cumprir uma vingança. Durante sua justificação de autodefesa poderia, assim, omitir eventuais “covardias”, “perversidades” e enaltecer alguns gestos de caridade, como dar esmolas (MELLO, 2004). Conseqüentemente, devido à consolidação do conceito de Mello (2004) no campo de pesquisa do cangaço, tendemos a usar ele para demonstrar essas considerações nas fontes.

Para dar conta de todas as questões propostas aqui, estruturamos o capítulo da seguinte maneira. A princípio, abordamos o conjunto de regras que conferiam uma unidade lógica de atuação e de sentimentos no bando. Depois, expomos como eram aplicadas as instruções militares de combate que poderiam ser acionadas a qualquer momento. E, por fim, tratamos da coleção de técnicas de primeiros socorros e receitas de remédios que os cangaceiros dispunham.

2.1 REGULAMENTO

Ao examinar os relatos sobre o bando de Lampião, notamos que ele possuía um conjunto de regras que orientava a conduta dos seus integrantes em diversas circunstâncias enfrentadas no cotidiano. Esse regulamento conferia coesão e uma identidade profissional aos membros do grupo. E os cangaceiros neófitos, isto é, os cangaceiros recém-admitidos, tinham contato com as regras assim que ingressavam no bando. Segundo Volta Seca, um dia depois de entrar no grupo, Lampião já estava tratando de explicar o regulamento a ele. O Rei do Cangaço foi objetivo e esclareceu que “o regimento é duro” (GOMES, 1958b).

Durante a conversa Lampião também explicou a Volta Seca que os cangaceiros eram proibidos de “andar com paisanos”²⁶. Visto que, para o Rei do Cangaço, isso evitava os “paisanos” de “terem gosto” de se relacionar com cangaceiros (GOMES, 1958b). Assim, o cangaceiro neófito deveria compreender logo nos primeiros dias após seu ingresso no bando que ele integrava um grupo específico, que possuía atitudes, sentimentos e ações distintas dos considerados paisanos.

Entretanto, os cangaceiros abriam uma exceção quando precisavam dos “serviços” dos paisanos. Isso acontecia, geralmente, quando os cangaceiros estavam numa região desconhecida e decidiam usar os moradores das caatingas como guias. Se os sertanejos se negassem a realizar o “serviço” eram coagidos a ajudar. Por isso, como apontou o testemunho do oficial de volantes Optato Gueiros (1956, p. 51), não havia coiteiro no sertão na proporção que muitos afirmavam. Ao contrário do que alguns estudos apontam, nem todos os homens ajudavam cangaceiros. Conforme o repórter Victor Espírito Santo, no “povoado” Queimadas, em Paripiranga, Bahia: “todos os homens do lugar estão sempre aptos a uma resistência. Mantêm em seu poder armas e munição para prevenir-se contra possíveis ataques de Lampeão e seu bando” [sic] (SANTO, 1932, p. 15-19 – p. 40). Em função desse clima beligerante na localidade, Volta Seca contou que o bando, quando esteve de passagem pelo lugar, forçou dois moradores a serem guias (GOMES, 1958c, p. 1). O coronel Antônio Gurgel (2006), sequestrado pelo bando em 1927²⁷, enquanto refém, presenciou dois

²⁶ Os cangaceiros denominavam assim todas as pessoas que não estavam no grupo e não eram nem policiais e nem coiteiros.

²⁷ Lampião – e seu bando – é creditado por Marilourdes Ferraz como o primeiro cangaceiro a se utilizar do sequestro mediante pagamento do resgate no sertão pernambucano. Tendo, inclusive, realizado

episódios desse tipo. Contou ele que durante a fuga do bando do Rio Grande do Norte um fazendeiro chamado Otacílio Diógenes serviu voluntariamente de guia do grupo. Dias depois, um vaqueiro se recusou a fazer o mesmo, mas “aceitou” conduzir o grupo após sofrer ameaças de morte.

Retornemos à conversa entre Lampião e Volta Seca. Nela, o Rei do Cangaço afirmou ainda que exigia respeito dos seus subordinados (GOMES, 1958b, p. 1-2). Para obter isso, Lampião poderia, por vezes, recorrer ao uso da força. Se alguém o desrespeitasse poderia até ser executado, como foi o caso do cangaceiro Antônio Rosas (GUEIROS, 1956, p. 223). Ou poderia ainda ser punido de uma forma considerada exemplar, como foi a ocasião em que Volta Seca passou um dia inteiro amarrado a um enquanto o restante animal do grupo descansava no coito (O PASQUIM, 1973). O fotógrafo Benjamin Abrahão, que fotografou e conviveu alguns meses com o bando, contou ao oficial Optato Gueiros (1956, p. 174) que a harmonia, a união e a disciplina no bando eram invejáveis. Entretanto, esse testemunho possui um caráter demasiadamente celebrativo, visto que havia entre os homens discussões e disputas. Antônio Gurgel (2006) contou que presenciou troca de ofensas entre os cangaceiros, embora eles nunca chegavam à luta corporal. Porém, nos combates eram muito unidos e obedeciam “cegamente” ao comando de Lampião (GURGEL, 2006, p. 89-90).

Certamente ocorria a mesma situação de conflito entre os membros das volantes. Optato Gueiros (1956) confessou que comandou “verdadeiras feras” [sic], soldados que nada conheciam de disciplina, nem qualquer instrução, a não ser o manejo com fuzil para atirar. Certa vez até entrou em luta corporal com um dos seus comandados (GUEIROS, 1956, p. 207-208). Deste modo, como eram homens em que a atuação se legitimava pela lei, é provável que Optato esperasse atitudes mais exemplares dos seus homens.

Lampião, para obter essa harmonia entre os membros do seu grupo, instituiu várias prescrições. Uma delas orientava que os cangaceiros respeitassem as companheiras dos outros cangaceiros. O cangaceiro Labareda diz que Lampião não admitia a falta de respeito dos cangaceiros com mulheres de companheiros (OLIVEIRA, 1970, p. 265). Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, contou que poucos

sequestro de trabalhadores de multinacionais que atuavam no sertão, como Standard Oil Company e Souza e Cruz (apud MELLO, 2004, p. 330).

dias após sua entrada no cangaço, a cangaceira Neném a chamou para tomar banho numa fonte de água no meio da caatinga. Naquele momento Sila ficou um pouco desconfiada e perguntou: “Vosmicê num tem medo de ser espiada no banho por um desses home, não?”. Neném respondeu: “Ó xente, e eles são doidos? [...] Só se quiserem perder a cabeça. Luís atira no meio dos óio do cabra da peste para gastá uma bala só” [sic]. Neném contou a Sila também que a relação entre homens e mulheres no bando era sempre de respeito mútuo (SOUZA, 1997, p. 32). Ademais, também se cobrava da mulher o respeito. Dadá, companheira do célebre chefe de subgrupo de Lampião, Corisco, confessou que a primeira coisa que a cangaceira deveria aprender ao entrar no bando era o respeito ao marido.²⁸

Porém, ocorreram episódios de traição que transgrediram a determinação de Lampião. Só para citarmos dois exemplos: Lili traiu Moita Brava com o jovem Pó Corante e Lídia traiu Zé Baiano com o também jovem Bem-te-vi. Nos dois casos as cangaceiras foram punidas com a morte. Enquanto isso, nada foi feito com os cangaceiros amantes. Isso porque os homens do bando exigiam fidelidade e submissão das mulheres (NEGREIROS, 2018)²⁹.

Lampião se preocupava também com a harmonia entre os cangaceiros e determinados atores extra grupo. Determinava que os cangaceiros respeitassem as mulheres – filhas, esposas e agregadas – dos seus amigos e também os padres. Ao estabelecer essa determinação, Lampião buscava não indispor seus amigos. Entendia que era necessário manter boas relações com quem ele dependia. E, afinal de contas, era melhor ter um coiteiro amigo do que alguém que só o servia por medo. Como afirmou o memorialista Luiz Luna (1963), muitas vezes o bando sangrou e fuzilou inimigos dos seus amigos. Bastava apenas que esse amigo solicitasse uma surra ou o assassinato do infeliz (LUNA, 1963, p. 62). Um exemplo disso ocorreu no interior de Sergipe, na fazenda Taboca. Um fazendeiro contou a Lampião que uma de suas filhas havia se casado com um “conquistador”. O homem em questão, mesmo casado, envolveu-se com a irmã da esposa e posteriormente fugiu. O fazendeiro não queria que Lampião matasse o rapaz, pediu apenas uma surra. Seis ou sete meses depois, Lampião encontrou-se com o homem e decidiu castrá-lo e cortar parte da sua orelha (GOMES, 1958d, p. 1). Neste sentido, como bem notou Amaury de Souza (1973, p.

²⁸ Depoimento presente no documentário *Feminino no cangaço*.

²⁹ Dos homens não se esperava fidelidade. Como confessou Labareda, cangaceiros frequentavam zonas quando não estavam com as companheiras (LIMA, 1965, p. 234).

99), o cangaço se organizava de acordo com a ordem patriarcal, protegendo e consolidando sua própria clientela.

Por esta razão, o cangaceiro que transgredia a norma de Lampião e desrespeitava as mulheres dos seus amigos era sentenciado à morte. Segundo Labareda, após uma festa de São João em uma fazenda da Bahia, ele encontrou-se com um homem que o informou chorando que a filha de “Juão Cabrêro”, um protetor do bando, fora estuprada pelo cangaceiro Sabiá. Prontamente, Labareda montou no cavalo e foi atrás do deflorador. Ao encontrar-se com Sabiá, Labareda inquiriu o rapaz, mas nem aguardou a chegada de Lampião para ordenar a sentença, resolveu ele mesmo executar o estuprador. Entretanto, o próprio Labareda confessa que o ato não era reprimido quando realizado em mulheres que não eram companheiras, filhas ou agregadas de amigos do bando. Um desses casos ocorreu no final de 1929 quando Lampião ficou indignado ao saber que um senhor de oitenta anos estava casado com uma mulher bem mais nova. Resolveu dar uma surra no homem e depois praticar um estupro coletivo na jovem (LIMA, 1965).

As sertanejas modestas ficavam aterrorizadas com essas notícias. Mas podiam ficar mais tranquilas quando os cangaceiros estavam acompanhados de suas companheiras, pois elas impediam que essa prática ocorresse (NEGREIROS, 2018, p. 52)³⁰. Ou, então, quando Lampião determinava aos seus homens que a visita a determinado lugar deveria ser de paz. Em Queimadas, na Bahia, por exemplo, Lampião informou aos seus homens que não queria falta de respeito com as famílias. E quem quisesse mulher, que fosse atrás das “mulé sortera nas ponta di rua”³¹ [sic] (LIMA, 1965, p. 226).

Labareda revelou que o bando respeitava “as igreja i us pade” [sic] (LIMA, 1965, p. 227). Ao ponto de Lampião ter tanta admiração pelo padre Cícero que decidiu não atacar o Ceará. Para Volta Seca, foi o próprio religioso quem pediu para não “tocar” no estado (GOMES, 1958c, p. 1). Segundo o jovem cangaceiro, isso fazia com que a polícia não os perseguisse³², pois ali “estava em casa” (JORNAL DO BRASIL, 1962, p. 18). Conforme a reportagem de Victor do Espírito Santo, publicada em 5 de março de 1932 na revista *O Cruzeiro*, o Rei do Cangaço poupava as igrejas dos saques,

³⁰ Para Billy Chandler (1980, p. 180), as cangaceiras até evitaram alguns estupros, mas é difícil determinar se a presença delas no bando levou a uma diminuição na incidência de estupros.

³¹ Isto é, das prostitutas.

³² Na verdade, Lampião era protegido por poderosos chefes políticos do estado que conseqüentemente atrapalhavam o trabalho da polícia.

doava dinheiro aos vigários para os templos e para o batismo de crianças. A mesma reportagem informa que Lampião gozava de simpatia e colaboração entre os religiosos nordestinos. O padre Matto Grosso, de Uauá, por exemplo, chegou a afirmar em um sermão que “o bandido [era] um enviado de Deus, em missão divina!”.

Outra determinação presente no depoimento de vários cangaceiros era a proibição do ingresso de “ladrões” no bando. Volta Seca contou que Lampião não gostava de “ladrão” (O PASQUIM, 1973). Zabelê, por sua vez, complementa que: “o capitão num queria quarqué um no bando” [sic] (OLIVEIRA, 1970, p. 116). E Jararaca evidenciou em curto diálogo com o coronel Sabóia, em Mossoró, no Rio Grande do Norte, que cangaceiro não roubava, mas “tomava pelas armas”. Jararaca, assim, até aceitava ser chamado de assassino, mas não de “ladrão” (MACEDO, 1975, p. 148). Embora pareça contraditório, para os cangaceiros do bando fazia total sentido essa postura, já que eles não queriam ser confundidos com “ladrões”. Volta Seca defende que Lampião era “um pioneiro das lutas contra as injustiças dos poderosos, um caboclo que dava esmolas aos pobres e distribuía entre eles as mercadorias que roubava dos grandes comerciantes” (LOURENÇO, 1995, p. 17). O paisano Antônio Gurgel, enquanto refém do bando, percebeu que os cangaceiros gostavam de quem os inocentava e atribuía aquela condição de vida “às injustiças que o governo comete para com os pobres” (GURGEL, 2006, p. 37). Já a cangaceira Dadá afirmou que muito do que disseram sobre Lampião era mentira e qualificou o Rei do Cangaço como um “homem bondoso”, “um verdadeiro santo” (DIÁRIO DA NOITE, 1969, p. 2).

Como aponta Fernanda Petrarca (2015, p. 169), a imersão de um indivíduo numa cultura profissional implica no desenvolvimento de uma nova concepção de si. Além do que, como já foi discutido no início deste capítulo, o prestígio social de um ofício afeta a forma como os atores sociais falam sobre suas atividades. Assim, assumir que se aceitava ladrões no bando seria algo contraproducente e que enfraqueceria o argumento do escudo ético. Por este motivo, Zabelê afirmou que um “ladrão” só ingressava no bando se fosse perseguido por “macaco”³³ (OLIVEIRA, 1970, p. 116). Consequentemente, esse sujeito deixava ser um “ladrão” comum e passava a ser um homem perseguido e, deste modo, justificava sua entrada no bando.

Entretanto, nem todos os integrantes se encaixavam no discurso do escudo ético, como era o caso de Volta Seca. O jovem cangaceiro não havia sofrido nenhuma

³³ Macaco era um termo pejorativo dos cangaceiros se referirem aos soldados de volantes.

afronta que justificasse uma ação vingadora no cangaço. Mesmo assim, afirmava que se sua mãe não tivesse morrido tão jovem ele provavelmente não teria fugido de casa e posteriormente se tornado cangaceiro, visto que, disse ele que “de tudo que fiz, fui talvez o menos culpado”³⁴ (GOMES, 1958e, p. 1-2). César Barreira (1998, p. 23-24), ao estudar pistoleiros, também notou que esses indivíduos ao falarem de suas vidas apresentavam relatos que requisitavam uma espécie de “absolvição moral” da sociedade.

Retornemos a discutir o regulamento do bando. Durante as perseguições os cangaceiros eram proibidos de largar os seus companheiros baleados. Segundo o testemunho do oficial de volante João Bezerra (1940), nesses momentos a polícia tinha as melhores pistas para acossar um bando de cangaceiros, pois o sangue do baleado não desaparecia facilmente e sempre deixava rastros. Alguns grupos de cangaceiros, para se verem livres da perseguição das volantes, deixavam o companheiro para ser preso ou executado. Entretanto, essa prática era proibida e não ocorria nos grupos de Lampião. Quando alguém era baleado, “embrulhava” o ferido em uma coberta de chita e quando ela estava bastante ensopada de sangue, o grupo dividia-se em dois; para um lado seguiam os cangaceiros com o baleado, para outro marchava alguém com a coberta ensanguentada. Sua missão era despistar o paradeiro do ferido, sempre deixando sinais de sangue por onde passava, de preferência em terreno acidentado para facilitar sua fuga (BEZERRA, 1940, p. 31). Volta Seca conta que quando entrou para o cangaço, Lampião ressaltou esse companheirismo. Contou o Rei do Cangaço que no bando eram “todos por um e um por todos”. Esclareceu também que se eventualmente Volta Seca fosse ferido por um tiro, seus companheiros estariam prontos para lhe socorrer. Se o contrário ocorresse, ele também deveria “acudir” os companheiros” (O PASQUIM, 1973).

Outra ordem imposta era que os cangaceiros fizessem uso racionado de munição e conseqüentemente não gastassem ela à toa, visto que não era fácil achar fornecedores do suprimento. Um dos grandes coiteiros de Lampião no Ceará, Antônio da Piçarra, contou que certa vez o Rei do Cangaço o confessou que estava tendo sérios problemas com munição. Tinha homens que possuíam apenas dez munições. Zabelê informa que quando algum companheiro era abatido, eles eram orientados a

³⁴ No caso de Volta Seca, julgamos que o conceito mais apropriado seja o de histórias tristes de Goffman (2007).

retirar a arma e os arreios do morto (OLIVEIRA, 1970). Além disso, provavelmente, para evitar o desperdício de munição, Lampião cobrava dos seus grupos o dobro do valor que comprava o produto. O oficial Optato Gueiros (1956, p. 158) conta que “Lampião comprava munições a r\$ 5000 a bala e redistribuía a seus homens a r\$ 10000”.

O comércio de munição no cangaço exigia um sigilo extremo dos cangaceiros. Como confidenciou o cangaceiro Zabelê, muitas vezes os cangaceiros não sabiam quem era o fornecedor das munições. Coiteiros e rastejadores eram os responsáveis por levar a encomenda até o grupo. O pedido e o transporte requeriam um cuidado especial. Bilhetes com pedidos eram escritos em letras de imprensa e não apresentavam assinatura, data e local. Vinham costurados dentro do punho da camisa, na bainha das calças, por dentro da fita do chapéu, no interior da palmilha da alpercata, nas cangalhas e selas (OLIVEIRA, 1970). Assim, essas relações comerciais demandavam confidencialidade e faziam com que os cangaceiros instituíssem um código de honra de sigilo da identidade das pessoas envolvidas. Aglae Lima de Oliveira (1970) diz que muitos anos após o fim do cangaço nenhum cangaceiro gostava de revelar a procedência da munição do bando. Dadá teria dito a ela que “não se cospe no prato em que se come”. Zé Sereno também se negava e ainda completou dizendo: “quem vendia pode ter morrido, mas as famílias ainda moram lá; pode haver vingança” (OLIVEIRA, 1970, p. 318). Volta Seca adotou a mesma postura, embora nos primeiros anos em que estava preso em Salvador chegou a revelar nomes de vários traficantes de armas influentes. Segundo ele, os mais importantes eram Hercílio Britto e Sinho Britto de Propriá, Sergipe (A TARDE, 1932, p. 21). Acusou também o sargento Elias Marques da Silva ou Elias Barbosa³⁵, de ser coiteiro e fornecer armas, munições e dinheiro aos cangaceiros (DIÁRIO DA NOITE, 1932, p. 3-5). Anos depois, ainda na prisão, resolveu não revelar o nome de mais ninguém, pois, segundo Volta Seca, um “graudo” que havia denunciado ordenou seu assassinato na detenção (PACOTILHA, 1938, p. 2-5).

³⁵ A prática de policiais traficarem armamento e munição para grupos de cangaceiros ocorria há muitos anos antes da formação do bando de Lampião. Segundo um testemunho de 1912, do major reformado do exército Nicanor Guedes de Moura Alves – comandante das forças policiais no interior da Paraíba –, grupos de quatro a seis soldados desertavam da polícia quase que diariamente. E, com isso, acabavam conduzindo munição e armamento para os grupos de cangaceiros (BARROSO, 1928, p. 117).

No bando de Lampião havia também um conjunto variado de normas que orientavam práticas cotidianas. Uma delas estabelecia que o bando só podia acampar em local previamente estudado. De modo que dever-se-ia conferir o seu entorno e avaliar a possibilidade de resistência ou fuga em caso de ataque das forças policiais (OLIVEIRA, 1970, p. 110). Em uma ocasião, Zé Sereno e seu grupo estavam de passagem por Frei Paulo, Sergipe, e ele decidiu avaliar a possibilidade de fazer acampamento num lugar junto a umas pedreiras. Após a análise, percebeu que a área não oferecia proteção adequada. Mesmo assim, resolveu descansar ali e não armou as barracas, pois assim seria mais fácil fugir do lugar caso alguma volante aparecesse (SOUZA, 1997, p. 61).

Quando acampados, os cangaceiros deveriam evitar o barulho. Certa vez, Lampião interrompeu um diálogo entre sua companheira, Maria de Déa³⁶, e Sila, companheira de Zé Sereno, porque Maria estaria rindo muito alto. Repreendeu ela e alertou que: “cada pranta dessa caatinga pode ter ouvido” [sic] (SOUZA, 1997, p. 52). Porém, segundo Benjamin Abrahão, quando Lampião tinha certeza que o lugar era seguro, o Rei do Cangaço tocava sanfona (GUEIROS, 1956, p. 175). Nesses momentos, organizava-se até bailes nas caatingas (JÚNIOR, 1950, p. 12).

Os cangaceiros deveriam evitar andar nas estradas para não serem surpreendidos pelas volantes. Só fazendo quando se queria andar com rapidez para alcançar um determinado lugar (GUEIROS, 1956, p. 52). A determinação tinha um caráter de prudência, haja vista que a maior parte das estradas do Nordeste tinha péssimas condições. Na Bahia, as chamadas estradas de rodagem eram tão ruins que o repórter da revista *O Cruzeiro*, Victor Espírito Santo, comparou a uma montanha russa. Acidentes com automóveis eram comuns, como também era vê-los quebrados ao longo da estrada. Para termos uma ideia, uma viagem de pouco mais de sessenta quilômetros, entre Paripiranga e a atual Cícero Dantas, que duraria pouco mais de duas horas em estradas regulares, foi realizada em dezoito horas e quarenta e cinco minutos (SANTO, 1932b, p. 15-19 – p. 40).

Além da “proibição” do trânsito nas estradas, os cangaceiros eram orientados a evitar uma série de coisas. Não podiam tomar banho agrupados por conta de um eventual ataque das volantes. O que impediria, assim, que ocorresse uma chacina.

³⁶ Esse era o nome pelo qual a companheira de Lampião era conhecida no bando. Era chamada também pelo cognome Maria do capitão. Só passou a ser chamada de Maria Bonita após sua morte, em 1938.

Quando pediam aos coiteiros para fazerem compras para eles, orientavam para que não fizessem com assiduidade e em grandes quantidades para que isso não despertasse a atenção das pessoas. Evitavam também carregar dinheiro de níquel devido ao peso (OLIVEIRA, 1970). Por isso, provavelmente para se livrar do peso, davam esmolas e conseqüentemente melhoravam sua imagem perante aos *outsiders* do bando.

Por fim, vale assinalar que até mesmo as cangaceiras tinham que cumprir algumas normas. Uma das mais duras relacionava-se aos períodos em que elas estavam próximas a dar à luz. Lampião costumava afirmar “que maternidade ambulante não dava geito no sertão” [sic]. Por isso, quando as cangaceiras estavam nos meses finais de gestação, elas tinham que ir para a casa dos seus pais ou de algum amigo do grupo. Após o nascimento da criança, voltavam para o bando, mas deveriam entregar os bebês para amigos do bando ou a membros da própria família para criarem (JÚNIOR, 1950, p. 12); apesar de que dar o recém-nascido ao último grupo era algo raro. Sila, que foi mãe no cangaço, justifica essa regra:

Quem, levando uma vida perigosa e incerta como aquela, poderia ter filhos em sua companhia? Como cuidar de bebês, se muitas vezes não temos água, comida, roupa, nem descanso? Impossível. Não existia outra solução. A criança poderia ficar doente, exigir cuidados, e quando uma volante estava no rastro do grupo as paradas eram impossíveis. (SOUZA, 1997, p. 81).

Embora justifique a ação, a cangaceira revela que era muito difícil e triste para uma mãe fazer aquilo. Considerava a maior tristeza que uma cangaceira poderia passar. Entregar o filho a uma pessoa estranha, com pouca ou nenhuma possibilidade de revê-lo algum dia. Além disso, geralmente, o recém-nascido não ficava com uma família conhecida por causa das perseguições que as volantes impunham. O que colocava em risco a vida da família e da própria criança (SOUZA, 1997, p. 81-82). A única filha de Lampião e Maria de Déa, Expedita, após o seu nascimento foi entregue a amigos do Rei do Cangaço. Segundo Expedita, na sua infância mudava-se constantemente de lugar porque seu pai temia alguma vingança. Afirma que se lembra pouco dele, embora Lampião tenha a visitado algumas vezes (CORREIO DA MANHÃ, 1969, p. 7).

2.1 INSTRUÇÕES DE COMBATE, TÉCNICAS DE OBTENÇÃO DE ÁGUA E AS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO

Ao longo da carreira, os cangaceiros aprendiam uma série de ensinamentos relativos à luta contra as volantes e maneiras de se obter água no meio hostil da caatinga. Aqueles que não eram familiarizados com as armas deveriam ter seu primeiro contato e recebiam treinamento dos mais experientes. Os cangaceiros neófitos que sabiam atirar deveriam aprender códigos de comunicação, modos de luta e de comportamento em campo de batalha. Aliado a essas instruções militares, os cangaceiros aprendiam que no bando de Lampião se exercia o ofício de cangaceiro 24 horas por dia. Deste modo, todos os integrantes tinham que se manter vigilantes em todos momentos do cotidiano

Mulheres e crianças recém-chegadas ao bando usualmente não sabiam manusear armas. Embora não se exigisse que esses dois componentes guerreassem contra as volantes, era recomendado que se entregassem armas em caso de urgência. Sila contou que quando lhe deram um fuzil³⁷ ela não tinha noção nem de como segurá-lo, mas seu companheiro Zé Sereno prometeu que lhe daria as primeiras aulas assim que chegassem ao coito (SOUZA, 1997, p. 31). Volta Seca afirmou que Lampião lhe deu uma verdadeira aula sobre como se manjava um fuzil. Ficou dando vários tiros e em seguida pediu que o menino repetisse os exercícios (GOMES, 1958b, p. 1-2). Nesse primeiro treino, Lampião pediu que o menino atirasse num alvo que estava a uma distância de mais ou menos dez metros e à medida que Volta Seca acertava, o alvo era distanciado. Quando já se estava atirando bem, Lampião passava a movimentar o alvo de lado para o outro com uma linha de carretel. Se o cangaceiro acertasse, a dinâmica era a mesma, passava-se a distanciar o alvo, mas continuava movimentando-o (O PASQUIM, 1973).

Como o bando não tinha metralhadora, Lampião ensinou nesse mesmo treinamento uma técnica que objetivava fazer com que o rifle realizasse disparos contínuos. Esse artifício se chamava “piar no rifle” e consistia em prender o gatilho da

³⁷ No início dos anos 1920, o bando de Lampião usava um rifle popular no sertão nordestino, o “papo-amarelo”, cruzetta 44, Winchesterers. Havia homens que usavam “parabelum” e pistolas Comblain. Após a ida a Juazeiro, no Ceará, em 1926, todo o armamento do bando foi atualizado. Passaram, então, a usar um fuzil de uso exclusivo do Exército Brasileiro, o mauser, modelo 1908. Isso foi um grande avanço, pois nenhum dos bandos de cangaceiros anteriores ao de Lampião usava fuzil, todos atiravam com rifles e bacamartes (OLIVEIRA, 1970, p. 111).

arma com o dedo, ajudado por um lenço, enquanto a outra mão acionava a alavanca. Esse movimento fazia com que a arma fosse carregada de maneira bem mais rápida e, conseqüentemente, diminuindo o tempo entre os disparos. No final da instrução, Lampião entregou a arma ao jovem cangaceiro e pediu que ele continuasse praticando. Aconselhou-o ainda que arma era algo perigoso e que deveria sempre estar mirada para baixo. Conforme Volta Seca, ele cumpriu os pedidos do seu chefe e seguiu treinando, sempre pegando lições com outros cangaceiros também (GOMES, 1958b, p. 1-2). Socialização profissional semelhante à dos cangaceiros ocorria entre os “ladrões profissionais” do estudo de Sutherland (1937). Segundo ele, para que os iniciados desenvolvessem habilidades, códigos, atitudes e conexões, era essencial que os “neófitos” fossem “tutelados” pelos mais experientes do grupo (SUTHERLAND, 1937, p. 8).

Quando o bando de Lampião estava em coitos tranquilos tratava-se de treinar os iniciados. Nessas ocasiões, Lampião costumava ensinar como os cangaceiros deveriam atirar durante os combates. Instruía-os que atirassem de joelhos, com o tronco de lado, nunca deitado³⁸ ou com o peito para frente do adversário. À medida que os iniciados realizavam os exercícios de treinamento, testava quem tinha desenvoltura e habilidade para fazer as posições táticas de vanguarda e retaguarda (O PASQUIM, 1973).

Portanto, durante os treinos os cangaceiros neófitos entravam em contato com o modo de guerrear cangaceiro, caracterizado principalmente pela movimentação constante e pelos ataques de emboscadas. A movimentação dos cangaceiros objetivava confundir o adversário, sempre buscando tirar a melhor posição no campo de batalha³⁹ (SOUZA, 1997, p. 36). Lampião gostava de atacar seus perseguidores pela retaguarda. E, para isso, ordenava que o bando aumentasse a velocidade e andasse em círculo para surpreender o adversário pelas costas. Se o bando fosse atacado de surpresa, a orientação era que os cangaceiros atirassem apenas em uma direção para que um determinado ponto fosse dizimado e oferecesse uma brecha para que a fuga ocorresse (GOMES, 1958c, p. 1).

³⁸ Luiz Eduardo Pericás (2010, p. 83) afirma que Lampião recomendava seus asseclas a atirar deitados, com a barriga no chão, para garantir a segurança.

³⁹ Uma matéria da revista *O Cruzeiro*, de 5 de março de 1932, afirma que frequentemente os combates se davam na mata fechada, o que impedia os homens de se avistarem. Por conta disso, costumeiramente os dois lados trocavam insultos e imitavam os animais, uns latindo e outros relinchando.

Como percebeu o perseguidor do bando, Optato Gueiros, raramente os cangaceiros trocavam tiros em campo aberto, só o faziam entrincheirados (GUEIROS, 1956, p. 50). Por conta disso, como revela Labareda, o bando preferia lutar em terreno que conhecia, pois assim teria vantagem (LIMA, 1970, p. 255). Os cangaceiros davam preferência aos ataques em emboscadas e o enfrentamento contra o inimigo só acontecia quando tinham certeza de que a vantagem na luta era certa. Quando eram atacados de surpresa por numerosos oponentes só revidavam ou sustentavam o tiroteio até planejarem a fuga (SANTO, 1932c, p. 37-40). Durante um eventual ataque surpresa do inimigo, se houvesse possibilidade, o bando optava pela fuga sem enfrentamento, mesmo que alguns objetos fossem deixados para trás. No dia 24 de dezembro de 1932, o *Diário Carioca* noticiava que o bando de Corisco fora atacado pela volante do tenente Campos Menezes, na Bahia. Na ocasião, o grupo, que contava com seis homens e duas mulheres, não ofereceu resistência e na fuga “deixou mantimentos de boca, apetrechos de combate e 135 cartuchos”. Os cangaceiros tomavam essa decisão rapidamente. Segundo Labareda, em um determinado combate os cangaceiros perceberam “qui tinha mais sordado qui cangacêro, i arrezorvemo nun brigá muito tempo” [sic] (LIMA, 1970, p. 255).

Essas ações não eram irrefletidas, fica claro no depoimento dos cangaceiros que eram saberes socialmente construídos. Igualmente, Sutherland (1937) percebeu que os “batedores de carteira” tinham reações similares ao encontrar vítimas em potencial. Reações comuns que ocorriam porque eles possuíam o mesmo *background* de experiências e pontos de atenção (SUTHERLAND, 1937, p. 202).

Desta maneira, os cangaceiros propositadamente evitavam o confronto com as forças volantes. Optato Gueiros revela que em alguns encontros com o bando de Lampião os cangaceiros fugiam e não ofereciam nenhuma resistência. E, durante a perseguição, ficavam preocupados apenas em cansar a tropa policial, andando numa determinada área por várias vezes (GUEIROS, 1956, p. 80). Após esses episódios, era comum que muitos dos inimigos do bando taxassem Lampião e os seus asseclas de serem covardes (PRATA, 2010, p. 78). Mesmo assim, alguns inimigos do bando reconheciam suas qualidades como hábeis combatentes. Para o oficial Optato Gueiros (1956), Lampião era um homem astuto e inteligente, que conseguia perceber a aproximação das forças policiais “como um cão de caça”. Sabia também cobrir a

retaguarda para que houvesse a retirada do bando do campo de batalha e a condução dos feridos.

Este comportamento demonstrava que a prudência era algo essencial naquele ofício. Agir com cautela evitava baixas desnecessárias no bando. O rastejador⁴⁰ Miguel Francelino revelou a Optato Gueiros que durante uma conversa com Lampião perguntou a razão pela qual o cangaceiro nunca havia lutado contra a Coluna Prestes; o Rei do Cangaço respondeu-lhe: “Ah menino! [...] isso aqui é **meio de vida**. Se eu fôsse atirar em todos os ‘macacos’ que eu vejo, já teria desaparecido” [sic] (GUEIROS, 1956, p. 110, grifo nosso).

Para Frederico Pernambucano de Mello (2004), o guerrear cangaceiro tinha origem no “guerrear ecológico” utilizado pelos nativos nas “escaramuças” contra os portugueses nos primeiros anos de colonização. Assim como ocorreu séculos depois no cangaço, esta forma de combate caracterizava-se por avanços e recuos, emboscadas e negaças. O colonizador luso-brasileiro, ao perceber que a doutrina militar europeia era infrutífera em terras brasileiras, gradativamente incorporou e desenvolveu as técnicas do guerrear nativo. A ponto de no século XVII ter consciência de que havia uma arte de guerrear própria do Brasil, um “guerrear brasílico”, que era melhor adaptado às condições do terreno colonial (MELLO, 2004, p. 89-90). Portanto, os cangaceiros fazem parte de modo indireto dessa longa tradição de combate.

Para dominar os métodos do guerrear cangaceiro era fundamental que os integrantes do bando dominassem os códigos de comando usados nas lutas. Ao longo dos anos, os cangaceiros desenvolveram uma série de técnicas. Um simples olhar, um disparo de fuzil para o alto, um apito, um barulho de chocalho e/ou relincho serviam para a retirada. Após o comando, os cangaceiros deviam recuar vagarosamente até desaparecerem na vastidão das caatingas (OLIVEIRA, 1970, p. 114). Com a entrada de Jurema no bando os comandos passaram a ser realizados por clarim. Jurema havia sido corneteiro da volante de Optato Gueiros e desempenhava bem essa função. No princípio, durante os combates houve muita confusão entre cangaceiros e soldados da polícia. Quem não aprovava a novidade era Luís Pedro, pois acreditava que acordar ao toque de alvorada era sinal de mau presságio, algo que dava azar.

⁴⁰ O rastejador era um indivíduo que trabalhava nas forças volantes buscando rastros e vestígios deixados por algum grupo de cangaceiros. Embora havia também os que trabalhavam para os cangaceiros e buscavam esconder os rastros. Mais adiante vamos descrever como esse trabalho ocorria.

Lampião, porém, achava engraçado e continuou usando os comandos por meio do instrumento até a morte de Jurema (LUNA, 1963, p. 55). Por um certo período o bando usou também o cincerro, um chocalho utilizado na criação de bodes. O seu ruído era usado como um código para retirada. Mas também poderia ser usado para outros objetivos. Certa vez o bando usou o barulho produzido pelo objeto para confundir a tropa do tenente Arsenio, que achou que o som provinha de um rebanho de bodes. Os soldados só perceberam a aproximação do bando quando os cangaceiros abriram fogo contra eles (SANTO, 1932c, p. 37-40). Além disso, o chocalho também era usado para juntar os cangaceiros que estavam espalhados no campo de batalha (GUEIROS, 1956, p. 106).

Os asseclas de Lampião aprendiam que era primordial eliminar algumas formas de comunicação no sertão nordestino para dificultar a repressão policial. Em vista disso, a estratégia de guerra cangaceira implicava em cortar as linhas de telégrafos em cidades e impedir a construção de ferrovias no sertão. Labareda relata que logo após a invasão do município de Queimadas, na Bahia, o bando se dirigiu à estação de telégrafo para cortar os fios, impedindo qualquer pedido de socorro (LIMA, 1965, p. 225). O mesmo motivo estimulava as ações do bando contra a construção de estradas de ferro no sertão. Na Transnordestina os cangaceiros assassinaram seis trabalhadores e mandaram uma intimação ao engenheiro, ordenando que as obras fossem paradas imediatamente. Como a ordem não foi obedecida, repetiram a matança por três vezes até que as atividades foram suspensas (GUEIROS, 1956, p. 149). Um conjunto de técnicas semelhante a esses recursos dos cangaceiros é encontrado nas prostitutas de rua. Segundo Stéphanie Bryen, uma das habilidades desenvolvidas por elas são as “estratégias de evitamento”, que consistiam em reconhecer clientes potencialmente violentos para que pudessem ser evitados (BRYEN, 1999 apud PETRARCA, 2015, p. 164).

Os cangaceiros inexperientes também recebiam orientações dos mais veteranos sobre como deveriam preservar as munições. Como já foi tratado, os problemas com o fornecimento do suprimento eram comuns no bando. Associado a isso, sofriam com problemas na conservação de munição. Por este motivo, passaram a constituir um estoque de munição e desenvolver métodos de preservação. Segundo o cangaceiro Vinte e Cinco, o bando experimentou vários processos, contudo, o que apresentou melhor resultado consistia em inserir a munição em garrafas e untá-las

em uma camada espessa de sebo de boi ou de carneiro. Terminado esse processo, os cangaceiros escondiam as garrafas nos “ocos de pau” e nas furnas das árvores, atentando-se para que as garrafas não ficassem no chão úmido (OLIVEIRA, 1970, p. 113).

Além dos ensinamentos relativos às táticas de combate, os cangaceiros ao longo de sua carreira aprendiam técnicas para obtenção de água. Dominar esse conjunto de procedimentos era fundamental para sobreviver e resistir durante as correrias naquele meio hostil da caatinga. A vida no cangaço exigia extrema mobilidade, pois estava-se sempre fugindo das volantes. Por esta razão, os cangaceiros sempre sofreram com a falta de água. Eles recorriam até a cachaça ou a roer rapaduras para disfarçar a sede, mas essas alternativas não funcionavam por muito tempo. Assim, durante as andanças buscava-se caminhar próximo aos “caldeirões”, para que pudessem consumir e reabastecer a água dos cantis e cabaças (GOMES, 1958a, p. 1-2).

Porém, muitas vezes, os cangaceiros sedentos encontravam apenas uma água suja nos açudes e “caldeirões”. Sila expôs que mesmo imprópria para consumo, eles recolhiam e coavam a “água barrenta e cheia de cisco” (SOUZA, 1997, p. 95). Em períodos de secas extremas nem isso poderiam encontrar. Então, recorriam a um processo de retirada de água do gravatá e/ou da “batata do umbu”. Para se obter água da primeira planta – que era bem comum no sertão nordestino – bastava arrancá-la do chão e beber a água que ficava entre suas folhas. Essa cactácea servia de recipiente para as águas do sereno noturno e das raríssimas chuvas do sertão. Já a retirada da água da árvore do umbuzeiro era mais difícil e elaborada. Para se tirar o líquido era preciso atear fogo na árvore para que o calor gerado pela fogueira fizesse com que uma seiva aquosa se dirigisse até a raiz da planta, conhecida entre os sertanejos como “batata do umbuzeiro”. Depois disso, desenterravam a raiz, que geralmente era do tamanho de uma abóbora grande, ralavam a “batata” cuidadosamente e colocavam a sua polpa num pedaço de pano. Em seguida, espremiam a polpa para conseguir vários litros de água. Seu sabor não era da melhor qualidade, assemelha-se à “água das cacimbas”, mas era útil para matar a sede (BEZERRA, 1940, p. 97; SOUZA, 1997, p. 85).

Ademais, a vida de correrias do bando implicava em um permanente estado de alerta entre os seus membros. Adquiriam, assim, um senso de extrema cautela em

seu cotidiano. Com isso, costumavam não revelar o destino de suas andanças a paisanos e despistavam os rastros que deixavam delas nas caatingas. Como percebeu o memorialista Luiz Luna (1963, p. 118), o cangaceiro tinha que ser prevenido e desconfiado. Sila expôs que testemunhou Lampião usar diversos tipos de estratégias para despistar a presença ou passagem do bando por algum lugar. Usualmente, utilizava o que ela denomina de “despistamento verbal”, que consistia em mentir para as pessoas que perguntavam o rumo que o bando iria tomar nas caatingas (SOUZA, 1997, p. 51). Logo, se o bando fosse se dirigir à localidade X, afirmava que iria para Y. Labareda reforça que o mesmo cuidado acontecia com coiteiros de confiança. Se fossem montar um acampamento demorado em um determinado lugar, por exemplo, não informavam a eles (LIMA, 1965, p. 263).

Durante as caminhadas pelas caatingas o grupo também procurava apagar os vestígios que deixava ao longo do caminho. Isso se justificava em razão do trabalho dos rastejadores nas tropas volantes. O rastejador era um indivíduo que conseguia enxergar indícios da passagem humana e animal por um determinado local. Onde as pessoas comuns nada viam, ele notava passadas e sabia o número de pessoas que por ali transitavam. Para Frederico Pernambucano de Mello (2004), a arte de rastejar no mato os vestígios de qualquer natureza da passagem do inimigo era uma lição que os colonizadores luso-brasileiros aprenderam com os nativos. Quase três séculos depois esse rastejador estava presente nas campanhas de repressão ao “cangaceirismo” (MELLO, 2004, p. 90-91).

Alguns rastejadores sabiam distinguir os rastros deixado por Lampião de outros cangaceiros. Segundo eles, isso só era possível porque o Rei do Cangaço possuía um “mal curado” no calcanhar esquerdo que fazia com que ele pisasse de maneira diferente dos demais membros do bando (SANTO, 1932a, p. 37-40). Segundo o oficial João Bezerra (1940), os rastejadores conseguiam distinguir até os rastros de uma tropa policial e a dos “bandoleiros”. Haja vista que a tropa pisava com todo solado do pé no chão, já os “bandidos” pisavam com a ponta dos pés, ou com os calcanhares, ou ainda usavam o pisar de lado (BEZERRA, 1940, p. 29). Ranulfo Prata, contemporâneo do bando, na biografia *Lampião*, descreve como era realizado o trabalho dos rastejadores nas volantes:

Ganha quatro mil réis diários e à testa das volantes, que se lhe entregam de corpo e alma, numa céga confiança à proverbial lealdade sertaneja, ele as

conduz meses a fio em marchas incessantes pelo deserto. O bom ou mau a exito das batidas depende dele, exclusivamente. É tudo na coluna porque é a visão, maior do que o cérebro, no sertão ínvio. Detém-se, de repente, em lugar onde a vegetação rala e o sólo entorrado e pedrentro nada evidenciam a olhos vulgares. Esbarra, acocora-se, examina com simples toque de dedo grosso, seixos e cascalhos, ‘assunta’ de mão no queixo, ‘magina’ minutos, e, volvendo a face tostada de sóis, onde chispam olhos vivazes, conta ao tenente, em fala remorada, o seu achado, apontando, com segurança inabalavel, a pista do bando. Segue-a a tropa pressurosa, com batedor à frente, ‘escanchado’ no rastro. Sem perde-la, trazendo-a sempre debaixo dos olhos atentos, a marcha se estira por dias e semanas, até que as feras humanas, acuadas longe, ofereçam combate, negaceiem e escapem em fuga precipite. Recomeça novo trabalho de pesquisa de rumo, descobrimento de novo rastro, seguindo-se a caminhada exaustiva que tem como remate escaramuça quase sempre descompensadora [...]. Não é adivinho nem mágico, porém, o matuto privilegiado. Ele enxerga ‘realmente’ vestígios, baseia-se, nas suas afirmativas, em indícios tangíveis, concretizados em pequena folha machucada, cinza de cigarro ou borralho, um fósforo, toijas de capim acamado, pegadas de levíssimo desenho. O mais é ilação, agudeza, experiência de gerações, trabalho de inteligência vivacíssima e o que eles chamam – o ‘dom’. Ao debruçar-se sobre um rastro diz se é fresco, isto é, recente ou se velho, de dias, e de quantos dias [...]. Pormenoriza estupendamente, adiantando se após o grupo passou gente que lhe é estranha, e dissociando os sexos [sic] (PRATA, 2010, p. 107-109).

Para dificultar ou impedir o trabalho dos rastejadores, os cangaceiros elaboravam uma série de artimanhas. Uma delas baseava-se em deixar alguém para trás com um galho de árvore para desmanchar os rastros à medida que o bando andava, inclusive, recolocando pedras que foram deslocadas de lugar (SOUZA, 1997, p. 29). Todavia, Optato Gueiros (1956, p. 105) contou que essa manobra não era eficiente. Por vezes, os cangaceiros optavam por um processo menos laborioso. Buscavam andar por lugares com o chão mais firme, ou, de preferência, em locais completamente cobertos de pedras miúdas (BEZERRA, 1940, p. 96). Segundo Ranulfo Prata (2010), para simular que havia pegadas de apenas uma pessoa, o bando andava em coluna única e todos os integrantes pisavam cuidadosamente na mesma pegada. Cangaceiros também invertiam as alpercatas e andavam com os calcanhares do calçado para frente. Deste modo, as pegadas evidenciavam uma direção, mas, na realidade, o bando estava se dirigindo para um rumo contrário. Quando julgavam que a tropa da polícia estava perto, trepavam nas cercas e como equilibristas passavam a se deslocar quilômetros suspensos do solo, sem deixar “vestígios delatores” (PRATA, 2010, p. 110-111). Às vezes, colocavam pele de carneiro no solado das sandálias para não deixarem pegadas no chão. Consequentemente, por conta dessas estratégias, quem não conhecia as táticas

acreditava que Lampião e os seus cangaceiros possuíam poderes sobrenaturais (CHANDLER, 1980).

A desconfiança e a cautela estavam presentes em todos os âmbitos da vida do cangaceiro. Ao fazerem pedidos de compras a viajantes só entregavam o dinheiro depois de receber as mercadorias, visto que já tinham sido vítimas de calotes. E até no momento da refeição os cangaceiros precisavam tomar cuidados. Quando um coiteiro dava algum alimento para o bando, Lampião enfiava um punhal ou uma colher de prata para certificar-se de que o alimento não estava envenenado. Se qualquer um dos objetos escurecesse era sinal de que havia veneno na comida (LUNA, 1963). Gostava também de fazer os paisanos provarem a comida antes que os cangaceiros comessem. Certa vez, em passagem por Capela, Sergipe, Lampião e seus homens foram a uma venda e pediram um conhaque. Ao perceberem que serviriam a bebida em uma garrafa aberta Lampião falou: “Mude u conhaque, muleque, abra um litro i beba prémêro” [sic] (LIMA, 1965). Lampião era tão precavido que na mesma cidade, em 1929, ao contratar uma prostituta a proibiu de tirar sua roupa e de fechar a porta do quarto. Disse ele que, caso necessário, ele estaria pronto para fugir (PERICÁS, 2010, p. 45).

Labareda declarou que o bando “nun sí discôidava um tico” [sic], nem mesmo nos momentos de descanso ou lazer. Em passagem por “Maranduba”, na Bahia, após o almoço resolveram descansar, porém, eles tinham a informação de que poderia haver policiais na região. Então, enquanto alguns homens descansavam, outros dez cangaceiros ficaram em “emboscada” caso alguma volante se aproximasse (LIMA, 1965, p. 264). Em Japarutuba, Sergipe, o bando decidiu assistir um filme. Mas, para fazerem isso, tiveram que cortar os fios do telégrafo e colocar dois sentinelas na porta do cinema para que o restante do grupo pudesse ter um momento de descontração (O PASQUIM, 1973). A mesma atitude era tomada em festas promovidas pelo bando. Em Queimadas, na Bahia, os cangaceiros realizaram um baile e obrigaram a presença de mulheres no local para dançar com os homens. Nessa ocasião, enquanto uns dançavam, outros ficavam de sentinelas e posteriormente se revezavam para que todos pudessem se divertir (LUNA, 1963, p. 112).

Deste modo, quando os cangaceiros estavam em lugares que julgavam seguros eles tentavam ter alguma diversão ou distração. Nos acampamentos, conforme Antônio Gurgel (2006), o passatempo era jogar baralho apostado, para isso

as cápsulas de fuzil serviam de ficha. Os cangaceiros se distribuíam em várias mesas de jogo; em uma, jogavam os mais endinheirados, Lampião, Sabino, Moreno e Luiz Pedro, com apostas firmadas em “800 mil réis a ‘boca’”. Porém, a tranquilidade findava quando tomavam conhecimento de que alguma tropa de polícia estava nas proximidades. Diante desse aviso, o acampamento ficava em alerta e se reforçava as sentinelas em vários pontos. Todos ficavam de prontidão e no anoitecer certamente o sono seria escasso e interrompido, apesar de saberem que só haveria um eventual ataque ao amanhecer. A respeito do sono de Lampião, segue o testemunho do escoteiro venezuelano Andrés Zambrano, que foi aprisionado pelo bando nas caatingas de Águas Belas, Pernambuco, no início de 1936:

Tem um sono levíssimo, acordando ao menor barulho que se faça ao seu lado. Deita-se completamente vestido e armado, com o fuzil na mão. Desconfia dos próprios companheiros. Tanto assim, que não dorme na rede. Arma a rede, deita-se nela e depois pega uma lona e vai dormir no chão, num lugar mais escuro. Se alguém se mexe no grupo e se aproxima dele, pergunta logo quem é o que quer. A gente tem a impressão de que ele nem dorme. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1936 apud MELLO, 2004, p. 324-325).

Percebe-se, assim, que estar em um bando de cangaceiros era viver em um permanente estado de alerta, submetendo todos os aspectos do cotidiano a uma condição de vigilância, inclusive nos momentos de repouso. Por isso, nos acampamentos, além das sentinelas humanas, o bando utilizava-se de cachorros que ficavam de prontidão em uma eventual aproximação do inimigo (OLIVEIRA, 1970). Ao redor de onde dormiam, colocavam também um sistema de alarme feito com linhas e chocalhos. Para que esse alarme não fosse avistado pelos inimigos, as linhas eram untadas de gordura de carneiro e pó de carvão (PERICÁS, 2010, p. 82).

2.3 FARMACOPEIA E PRIMEIROS SOCORROS

Uma das exigências para ser admitido e permanecer no bando era possuir um excelente preparo físico para suportar longas caminhadas e o peso dos equipamentos⁴¹. Além disso, vale ressaltar que ser saudável era fundamental em um ofício em que os integrantes tinham grandes probabilidades de saírem feridos em um combate com a polícia. Entre os cangaceiros mais experientes do bando as marcas

⁴¹ No próximo capítulo vamos demonstrar melhor isso.

de ferimentos eram comuns. Ao longo dos anos, Lampião acumulou uma série de lesões em seu corpo. Segundo Aglae Lima de Oliveira (1970, p. 335), durante sua vida no cangaço Lampião foi ferido gravemente sete vezes. Com lesões no olho e no braço direito, no pé esquerdo, no quadril e no peito. Benjamin Abrahão, em conversas com o Rei do Cangaço, citou outras lesões no corpo do cangaceiro. Em sua caderneta, elencou o local e o ano em que os ferimentos ocorreram:

1 – Em Taboleiro, M. de Conceição de Piancó, Paraíba, 1919 – no braço e na veria; 2 – No pé, na Serra do Catolé, M. de Belmonte, Pernambuco, em 1924; 3 – Em 1926, Tigre, M. de Floresta, Pernambuco; 4 – Ferimento leve no quadrilho, em Pinhão, M. de Taboiana, Sergipe, em 1930 [sic] (MELLO, 2004, p. 325).

Nesses momentos, sem qualquer tipo de assistência médica no sertão, restava aos cangaceiros cuidarem de si mesmos. Recorriam, assim, aos saberes populares, remédios feitos com folhas e raízes; saber que ficou conhecido como a farmacopeia do cangaço (SOUZA, 1997, p. 97). O oficial de polícia João Bezerra percebeu que os cangaceiros faziam seus próprios curativos. Certa vez, identificou que o bando havia passado por um determinado local porque os cangaceiros tinham deixado “páus raspados” [sic] que serviam para desinfetar feridas (BEZERRA, 1940, p. 51-52). Volta Seca contou que Lampião ensinava como se prestava o socorro aos feridos (O PASQUIM, 1973).

Por meio desses ensinamentos os cangaceiros dispunham de um repertório de técnicas de primeiros socorros e receitas de remédios. Assim, quando algum integrante do bando ficava doente ou ferido, era socorrido por seus companheiros⁴². Se fosse atingido por um tiro cobria-se a perfuração com raspas de tronco de goiabeira ou esterco de gado e cabelo de mocó, além de lavar o ferimento com folhas de quixaba e fumo. Quando julgavam que o ferimento era grande colocavam “sumo de cipó de folha de carne e emplastro de pimenta-malagueta pisada com casca de caroço” [sic] (OLIVEIRA, 1970, p. 134). Havia, também, a possibilidade de fazer o baleado beber o “chá de pinto”. Seu preparo consistia em colocar um pinto – de preferência ainda vivo – em um pilão e esmagá-lo até se tornar uma pasta. Em seguida, misturava a pasta a

⁴² Geralmente, eram as cangaceiras quem cuidavam dos feridos do bando (LIMA, 1965, p. 227). Mas, segundo Benjamin Abrahão, Lampião também poderia ser o médico, o parteiro e o enfermeiro do bando (GUEIROS, 1956, p. 174). Outros integrantes desempenhavam funções diversas, como as de dentistas; entre esses estava o próprio Lampião, Labareda, Zé Baiano e Virgínio (LIMA, 1970, p. 134).

um cozimento de casca verde de quixaba e coava tudo em um pano limpo. Após a ingestão do chá, sua eficácia seria comprovada se o baleado vomitasse, quando isso não ocorria os cangaceiros ficavam preocupados porque provavelmente o remédio foi inútil (OLIVEIRA, 1970, p. 132-134). Caso o projétil permanecesse no corpo do cangaceiro, o próprio Lampião poderia retirar em um procedimento cirúrgico. Em um combate na Bahia, Volta Seca foi atingido por um tiro no braço. Coube ao Rei do Cangaço retirar a “bala” com uma tesoura. “Na raça”, sem anestesia ou assepsia do objeto (O PASQUIM, 1973). Procedimentos cirúrgicos como esse só não eram realizados na hipótese de um tiro que perfurasse o intestino. Conforme Labareda, “fedeu a côcô, fedeu a cimitéro” [sic] (LIMA, 1965, p. 134).

Os cangaceiros também sabiam fazer remédios para vários problemas de saúde. Dores de cabeça, de ouvido, de dente e nos olhos, resfriado, asma, pneumonia, prisão de ventre, vermes intestinais, picada de cobra e até remédio para impotência sexual. A lista de remédios para curar doenças ou mesmo a calvície era enorme. Faziam até extrações dentárias com pontas de punhais e alicates. Após a extração, o cangaceiro fazia bochechos com mandacaru. E, para prevenção da cárie, usava raspas de juá (OLIVEIRA, 1970).

Como o bando era constantemente perseguido pelas volantes, era fundamental andar com remédios ou sua matéria-prima nos bornais para fabricá-los em qualquer emergência. Por vezes, o ataque da polícia poderia surpreender os cangaceiros e deixar eles sem suprimentos médicos. E foi exatamente isso que ocorreu durante a fuga do bando de Mossoró, Rio Grande do Norte. De acordo com Antônio Gurgel (2006), o grupo foi atacado repentinamente por uma força volante cearense, na confusão, os cavalos dispararam assustados, levando roupas, suprimentos, armamento e munição. No tiroteio, Moreno foi atingido no braço, ficando com uma fratura exposta. Na ocasião nem se cogitou cuidar do ferimento, mesmo porque não havia remédio algum. Então, ataram o braço de Moreno e colocaram em uma tipoia (GURGEL, 2006, p. 67).

Além dessa tradicional farmacopeia, os cangaceiros também recorriam a produtos convencionais. Andavam com um *kit* de primeiros socorros composto por: “água oxigenada, água boricada, cachaça canforada, álcool, ácido fênico para dores de dente, guaraná, cafeaspirina, seringa de borracha, algodão, gaze e esparadrapo” (SOUZA, 1997, p. 97-98). Segundo Sila, ferimentos podiam ser limpos com água

oxigenada ou boricada. Caso estivessem com muito sangue, colocava-se iodo e atava-se com gaze; se inflamasse passava pomada “Maravilhosa” ou “São Lázaro”. E quando o projétil se alojava no corpo, desinfetava-se o local com álcool e iodo (SOUZA, 1997, p. 97-98). Conseqüentemente, a medicina cangaceira tinha aspectos “arcaicos” e “modernos”. Ademais, sempre que podia, Lampião tentava ser atendido por um médico profissional, principalmente um oftalmologista que pudesse aliviar as dores e o incômodo em seu olho doente (PERICÁS, 2010, p. 173). Eventos como esses ilustram como Lampião e seu bando se apropriavam de todas as modernidades que fossem capazes de melhorar a vida no cangaço. Contrariando, assim, uma velha ideia corrente na literatura do cangaço que julga os cangaceiros como sujeitos que lutavam contra mudanças e se opunham à modernidade, buscando preservar uma realidade arcaica. De modo semelhante, se eles cortavam fios de telégrafo e impediam a construção de estradas de ferro, não estavam impedindo o progresso, mas o trabalho da polícia.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou, assim, demonstrar que ser um cangaceiro do bando de Lampião era mais do que atos isolados e frequentes de roubos, assassinatos e extorsões. Tornar-se cangaceiro era estabelecer um modo de vida em grupo, organizando-se em um complexo de técnicas, códigos, habilidades, atitudes e conexões. Neste sentido, de modo semelhante a Sutherland (1937) em seu estudo sobre o “ladrão profissional”, defendemos que só se pode entender um cangaceiro por meio do conjunto de conhecimentos gerais do grupo ao qual ele pertence. Ou, dito de outro modo, só se pode conhecer um cangaceiro por meio da sua cultura profissional. Por esta razão, procuramos contrapor uma visão comum nos estudos do cangaço que concebe os cangaceiros como pessoas incapazes de planejar e organizar sua vida.

Entretanto, assim como qualquer pessoa, vale pontuar que nem todos os aspectos da vida dos cangaceiros eram racionalizados. A cultura profissional do bando era repleta de elementos religiosos, místicos e supersticiosos. Como revelou a cangaceira Sila, os cangaceiros acreditavam que podiam “fechar o corpo” contra ferimentos de facas e pistolas por meio de patuás pendurados em volta do pescoço e orações escritas em papéis, que eram dobradas e guardadas em escapulários.

Santinhos e medalhas protetoras eram pendurados em correntes de ouro ou presos por alfinetes às roupas. Um sonho era suficiente para que algum chefe de grupo alterasse seus planos. O canto de um pássaro ou um sapo pulando por um caminho que iriam atravessar poderiam ser interpretados como um aviso. Não faziam sexo às noites de sexta-feira porque tinham receio de que isso pudesse abrir o corpo, perdendo a proteção mágica contra a bala e o punhal (SOUZA, 1997, p. 37).

Para se proteger dos perigos os cangaceiros estruturavam sua vida em um conjunto de tabus e constrangimentos. Não comiam tapioca, não sentavam numa pedra que serviu para amolar facas, não dormiam com os pés voltados para uma igreja, não utilizavam objetos que tinham relação com o mar e nem os confeccionados com chifres de animais porque “abriam o corpo”; às vésperas de uma mudança evitavam relações sexuais e quando faziam não viajavam durante três dias (JASMIN, 2016, p. 227-229).

Como notou Nertan Macedo (1975), a religiosidade de Lampião e seus asseclas era a mesma do sertanejo. Um “catolicismo velho”, constituído de lendas, superstições, ladainhas, rosários, horas marianas, encomendações e missões abreviadas (MACEDO, 1975, p. 17). Lampião rezava ao meio-dia e à meia-noite por considerar que eram horas más, momento em que o diabo estava solto na terra (PRATA, 2010, p. 41). Assim, religião, superstição e misticismo eram partes integrantes e indissolúveis de um mesmo elemento para os homens do bando. O estabelecimento do respeito aos padres como norma entre os cangaceiros enquadrava-se neste contexto.

As vestimentas dos cangaceiros também fugiam de uma racionalização militar. Se por um lado os cangaceiros se cercavam de táticas e estratégias, por outro, usavam roupas que possuíam enfeites que tinham uma finalidade meramente decorativa e mística. Como aponta Frederico Pernambucano no documentário *A Estética do cangaço*, o símbolo de Salomão presente no chapéu dos cangaceiros era um sinal de defesa. Por isso, não se preocupavam em vestir trajes que os mantivessem indistintos no ambiente da caatinga. Pelo contrário, ao longo dos anos – principalmente depois de 1930 – adicionaram vários apetrechos por pura vaidade e demonstração de um modo de vida ostentatório. Distinguindo-se, assim, dos antigos grupos de cangaceiros. Certa vez uma testemunha presenciou a entrada do bando na Vila de Tucano, Bahia, em 1929, e afirmou que: “vinham tão ornamentados e

ataviados de cores berrantes (lenços vermelhos, bolotas nos chapéus etc.), que mais pareciam fantasiados para um carnaval” (PERICÁS, 2010, p. 83-84). Pouco tempo depois, passaram a elaborar ainda mais os enfeites das roupas. Dadá, companheira de Corisco, foi uma das responsáveis por lançar a moda cangaceira. Disse ela que em 1932 costurou couros brancos nos chapéus e bordou flores em tecidos coloridos nos bornais, peitorais e cinturões para passar tempo enquanto estava escondida no Raso da Catarina. Lampião ficou encantado com o colorido nos bornais e os adereços no chapéu de Corisco, então, pediu que ela fizesse bornais para ele também⁴³ (AMAURY, 1985, p. 105 apud JASMIN, 2016, p. 138).

⁴³ Até mesmo as forças volantes se vestiam como os cangaceiros. Optato Gueiros conta que em um combate contra o bando de Lampião, Antônio Ferreira foi cercado pelos soldados de sua volante, mas conseguiu escapar porque afirmou ser companheiro daqueles homens (GUEIROS, 1956, p. 83).

CAPÍTULO 3 – COMO SE FORJA UM CANGACEIRO: UMA ANÁLISE DA CARREIRA DO OFÍCIO CANGACEIRO

Neste último capítulo tentamos explicar como alguns homens do sertão nordestino entre as décadas de 1920 e 1930 tornaram-se cangaceiros do bando de Lampião. Como vimos no primeiro capítulo, diversos estudos buscaram compreender os aspectos que possibilitaram o surgimento do cangaço e as motivações que levaram alguns homens a adentrar no bando. Ou seja, nossa abordagem possui interesses em comum com pesquisas anteriores. Mas, centramo-nos no movimento de conversão de paisanos a cangaceiros, não dando tanto destaque a questões sociopolíticas e econômicas. Além disso, evidenciamos quais os critérios de entrada e permanência. Demonstrando como os integrantes do bando mobilizavam os diversos elementos da cultura profissional para manter-se em seu ofício e eventualmente ascender a posições de comando.

Durante o exame dos dados buscamos dar ênfase aos dilemas desenvolvidos no contexto do exercício do ofício de cangaceiro. Motivações para entrada, atributos exigidos, formas de recrutamento, problemas enfrentados e o domínio do repertório de saberes construído socialmente. Assim, se no capítulo anterior tratamos de descrever como se organizava o mundo profissional do bando, por meio de uma cultura própria, neste evidenciamos como as carreiras no cangaço se desenvolviam.

Por este motivo, utilizamos o conceito de carreira, que possui uma posição consolidada na sociologia e é útil para demonstrar o percurso percorrido por pessoas ao longo da vida. Para Becker (2009), a carreira pode ser entendida como um modelo sequencial que busca padrões de comportamento que se desenvolvem de maneira ordenada ao longo do tempo. Foi por meio desta perspectiva que Becker (2009) investigou o comportamento dos usuários de maconha. Em seu estudo, ele demonstrou que esses indivíduos passavam por uma sequência de estágios que expunham uma mudança gradativa de suas condutas “desviantes” (BECKER, 2009, p. 33-34). Semelhantemente, identificamos cinco etapas que constituíram a carreira cangaceira, são elas: as pré-condições, a admissão no grupo, o batismo de fogo, a subida de patente e o final da carreira. Consideramos, assim como Becker (2009, p. 34), que a explicação de cada um dos estágios é a explicação do modo de viver final. Assim, este capítulo será dividido nessas cinco etapas.

Vale pontuar também que as evidências indicam que cangaceiros eram indivíduos voláteis e na maioria dos casos não se fixavam junto a um grupo. O bando de Lampião, particularmente, ao longo dos anos foi marcado por alianças, dispersões, aglutinações e rompimentos (VILLELA, 2004). Essa mesma característica pode ser observada em outros grupos desviantes. Sutherland (1937) conta que o processo para se tornar um “ladroão profissional” era contínuo. O iniciado aceitava realizar pequenos “trabalhos”, como ser um batedor de carteira, e com o passar do tempo adquiria habilidades, atitudes, códigos e conexões necessárias para seu ofício. Quando os “profissionais” mais experientes julgavam que o iniciado atingiu um certo grau de habilidade, ele tornava-se um membro pleno do grupo. Entretanto, só uma pequena porcentagem que iniciava esse processo é que se tornava “profissional”, já que o percurso poderia ser interrompido por ambas as partes. De modo semelhante, observamos isso no cangaço, visto que nem todos os indivíduos passaram por todas as etapas, por uma série de razões que vamos abordar.

3.1 PRÉ-CONDIÇÕES: PSÍQUICAS E FÍSICAS

Não há consenso a respeito do número de integrantes que passaram pelo bando de Lampião ao longo de quase 20 anos. Para o soldado de volante João Gomes de Lira, teriam lutado mais de 500 homens ao lado de Lampião (LIRA, 1990, p. 620-635 apud PERICÁS, 2010, p. 191). Já o oficial Optato Gueiros possui a estimativa mais ampla. Para ele, somente em Pernambuco foram mortos e presos mais de mil cangaceiros pertencentes às “hordas de Virgulino” [sic] (GUEIROS, 1956, p. 15). Esse conjunto elevado de cangaceiros é pequeno se levarmos em consideração a população total do sertão pernambucano e as considerações de alguns estudos do cangaço, que taxaram esse período de “epidêmico”. Bismarck Martins de Oliveira (2012), em seu dicionário biográfico do cangaço, catalogou 940 cangaceiros e 62 cangaceiras do bando de Lampião que provinham de todos os estados nordestinos. Novamente, podemos aludir o mesmo argumento e afirmar que a maioria dos sertanejos não foram cangaceiros e nem mesmo consideraram se tornar um. Tinham restrições morais a respeito daquele tipo de vida. Muitos, como revelou o cangaceiro Volta Seca, eram sujeitos “pacatos”, que não tinham coragem de vingar-se de uma afronta sofrida, por exemplo (GOMES, 1958f, p. 1).

Por este motivo, entendemos que, assim como o usuário de maconha que só inicia sua carreira quando anseia experimentar a droga (BECKER, 2009, p. 54-55); o sertanejo das décadas de 1920 e 1930 só começava sua carreira no cangaço quando considerava a vida dentro de um bando de cangaceiros algo moralmente aceitável. Consequentemente, denominamos esse sujeito de aspirante a cangaceiro, visto que ele julgava viável sua entrada no cangaço. Independentemente da motivação, considerava que, em algum momento da sua vida, poderia viver juntamente com um bando de foras da lei escondido nas caatingas de maneira nômade. Contudo, como propôs Sutherland (1937, p. 212) em seu estudo, uma inclinação para roubar não é uma explicação suficiente da gênese do “ladrão profissional”. Assim, o aspirante a cangaceiro, antes de ingressar no cangaço, deveria realizar uma autoavaliação para saber se possuía os critérios psíquicos para a atividade. Cangaceiros costumeiramente apontavam a valentia e a coragem como predicados fundamentais para a vida no cangaço.

Volta Seca por diversas vezes afirmou em entrevistas o papel central deste binômio no cangaço. Segundo ele, a valentia era o principal predicado moral avaliado na admissão de um aspirante a cangaceiro no grupo de Lampião. Afirmou ele que o sujeito valente era “admirado” e até “invejado” dentro do bando (GOMES, 1958c, p. 1). Muitos eram conhecidos pela valentia e a coragem, mas Medalha, Chumbinho, Bom Divera e Esperança, o cunhado de Lampião, eram considerados por Volta Seca os mais destacados (GOMES, 1958g, p. 1).

Entretanto, quando algum cangaceiro era vencido pelo medo, ele sofria chacotas dos colegas. Os “covardes” quase sempre desistiam do cangaço (OLIVEIRA, 1970, p. 157). Eram homens que, para Volta Seca, não tinham “vocalização para o cangaço”. Coqueiro e Baliza eram exemplos. O primeiro entrou para o bando por ter sido acusado de ser coiteiro e, por isso, era perseguido pela polícia. Passou poucos meses no grupo, desistindo por entender que “não era para o cangaço”. Baliza era irmão do “valente” Ferrugem, porém era “frouxo” e não conseguia participar dos combates (GOMES, 1958g, p. 1). Por conta disso, Lampião afastou-o das funções bélicas e determinou que ele fosse o cozinheiro do bando (OLIVEIRA, 1970, p. 144). Baliza, portanto, é considerado o único caso conhecido de cangaceiro que passou anos no bando sem possuir os predicados da coragem e da valentia. É provável que

só era admitido no grupo porque não comprometia a integridade física dos outros cangaceiros.

Dito isso, devemos esclarecer o porquê de os cangaceiros serem cobrados pela valentia e a coragem. Como diversos estudos apontaram, houve uma supervalorização da valentia e da coragem na cultura sertaneja nordestina, tornando-os dois elementos centrais (MELLO, 2004; BARREIRA, 1998)⁴⁴. Conseqüentemente, não é de se estranhar que esses princípios fossem tão enaltecidos em um modo de vida tão beligerante. Até Lampião não escapou de ser avaliado por seus subordinados. Por diversas vezes, o Rei do Cangaço era tido como um exemplo para todos. Declara-se que quando ordenava o avanço no campo de batalha era o primeiro a ir na frente (PACOTILHA, 1938, p. 2-5). E como afirmou Volta Seca, Lampião era um homem valente que “não tinha medo de nada, nem ninguém” (GOMES, 1958h, p. 5). Posteriormente, valentia e coragem também foram valorizadas entre outro grupo desviante, o dos pistoleiros (BARREIRA, 1998, p, 89).

Não obstante, além do alinhamento psíquico, da valentia e da coragem, o aspirante a cangaceiro deveria possuir um excelente condicionamento físico. O cangaço era um ofício hercúleo, que exigia dos seus integrantes constante mobilidade. Como afirmou Antônio Ferreira, irmão de Lampião, o cangaceiro não sabe dizer “donde vem nem prá onde vai; cangaceiro vive chegando, saindo, andando e nunca pára” [sic] (GUEIROS, 1956, p. 36). Volta Seca enfatiza que o bando sempre se deslocava em “disparada”, pois estavam permanentemente “fugindo das forças volantes” (O RADICAL, 1938, p. 3). Por esta razão, evitavam estradas, algumas fazendas e sempre dormiam vestidos, equipados da cabeça aos pés, visto que “nunca se sabia como seria o despertar, se com luz do sol ou com o pipocar das balas da volante” (GOMES, 1958a, p. 1-2). Ilda Ribeiro de Souza (1997), a cangaceira Sila, conta que a vida de correrias impedia até mesmo as relações sexuais entre cangaceiros e cangaceiras e, em muitas ocasiões, na iminência da chegada de uma volante, os cangaceiros tiveram que deixar para os policiais a comida que estavam preparando. Por vezes, andava-se doze léguas sem parar⁴⁵, mal conseguindo comer

⁴⁴ Esse traço também se faz presente na gesta sertaneja. Barreira (1998, p. 140-141), ao examinar a literatura de cordel que versa sobre o cangaço, percebeu que as qualidades mais acentuadas de um cangaceiro eram a valentia, a ousadia, a coragem, a força e o espírito aventureiro.

⁴⁵ Segundo Souza (1997, p. 31), a distância total aproximada equivalia a 75 quilômetros. Para Mello (2004, p. 323), os cangaceiros andavam em média cinco a seis léguas por dia e, na exigência, facilmente faziam 11 ou 12.

e descansar. Segundo Labareda, certa vez o bando andou nove dias seguidos, “só parano prá cumê, i drumí” [sic]. Ocasionalmente, faziam viagens longas à noite (LIMA, 1965).

A maior parte do deslocamento era realizado a pé, raramente andavam montados. Cavalos ou burros só eram usados para viagens longas, quando se pretendia “encurtar distâncias”, entrar em cidades ou, ainda, quando estavam sendo perseguidos pelas volantes. Os animais tinham vida curta no cangaço devido às longas distâncias percorridas. Para completar, entre 1934 e 1938, Lampião proibiu o uso deles porque julgava que chamava muita atenção (OLIVEIRA, 1970, p. 150).

Sila defende que as dificuldades impostas pelas correrias só foram superadas, mesmo quando gestante, porque ela era jovem e forte (SOUZA, 1997, p. 66). E, de fato, essas características eram decisivas na continuidade da carreira dos indivíduos no cangaço. A maior parte dos cangaceiros era composta por homens jovens que suportavam as longas caminhadas. Na década de 1930 a maioria dos cangaceiros era de nascidos por volta de 1918. Havia até cangaceiros crianças, como foi o caso de Volta Seca, que entrou no bando com 11 anos. Criança e Oliveira também são exemplos, tinham 15 e 16 anos, respectivamente. Isso não significa dizer que não houve a presença de homens mais velhos no cangaço, existiu, mas esses eram a minoria. Pai Velho, por exemplo, tinha 71 anos (OLIVEIRA, 1970, p. 157).

Vale ressaltar também a importância da alimentação como recurso de obtenção de energia e resistência dos sequazes de Lampião. Basicamente, comiam a mesma comida do sertanejo. Carne de sol, geralmente de bode, charque, farinha de mandioca e rapadura. Também levavam nos alforjes café, bolachas, milho pilado e requeijão que se comia cru ou assado. Podiam comer com alguns tragos de aguardente, copos de vinho e cerveja, quando encontravam. Não se ingeria tanto açúcar e gordura como o homem do Nordeste açucareiro, por isso e por conta das longas caminhadas, eram homens magros (LUNA, 1963, p. 106-108). Mas, como já deve ter ficado claro, alimentação e água eram elementos incertos, principalmente nos momentos de maior perseguição. Nessas circunstâncias devia-se racionar a comida e na falta de água potável bebia-se água imprópria para consumo, ou ainda poder-se-ia roer pedaços de rapadura. Para amenizar a sede valia até dar uns goles de conhaque, mastigar folhas de juazeiro, frutos e consumir a água dos gravatás, como foi demonstrado no capítulo anterior (OLIVEIRA, 1970, p. 140-141).

Este esforço físico, como observou o oficial Optato Gueiros, era extremamente prejudicial à saúde do cangaceiro, afetava principalmente o estômago, em virtude da má alimentação e da péssima água ingerida (GUEIROS, 1956, p. 167). Como apontou Mello (2004) em seu estudo, até mesmo Lampião – conhecido pelo seu excelente preparo físico⁴⁶ –, já veterano, queixava-se de reumatismo e de dores renais, estas últimas intensificadas pelos longos períodos sem beber água (MELLO, 2004, p. 323-324).

Para dificultar ainda mais as coisas, o cangaceiro tinha que carregar tudo o que possuía. Em geral, sua carga resumia-se a: um rifle ou fuzil, um revólver ou pistola, munição levada em duas cartucheiras cruzadas ao peito, punhais, entre dois a quatro bornais com roupas, mantimentos e objetos diversos, dois cantis e cabaças para se levar água. Conforme Pericás (2010, p. 83), o peso completo das roupas e dos equipamentos chegava a aproximadamente trinta quilos⁴⁷. Em consequência desse elevado peso que carregavam, segundo Mello (2004), os que se dedicaram de maneira integral ao cangaço tinham o chamado “calo de bernal”, que consistia numa deformação na parte superior dos ombros. Essa marca era tão denunciadora que o policial quando suspeitava da existência de cangaceiros infiltrados na cidade procurava por ela nos homens (MELLO, 2004, p. 73).

Surge dessa necessidade de se carregar todos os pertences uma das explicações para a origem da palavra cangaço. Para Câmara Cascudo (2001), a palavra era derivada de canga ou cangalha, que já no século XIX designava a armação de ferro ou de madeira que sustentava e equilibrava a carga das bestas. Logo, a expressão comparava bandoleiros a bestas de carga, pois sempre estavam levando consigo todos os bens que possuíam (CASCUDO, 2001, p. 104)⁴⁸.

Assim sendo, à luz de tudo o que foi dito, fica claro como o preparo físico era uma característica fundamental no cangaço. Por esta razão, Mello (2004) afirma que o requisito preliminar de entrada do “candidato” no cangaço era ter um corpo sadio.

⁴⁶ Em entrevista ao *Jornal O Globo*, de 8 de novembro de 1958, Volta Seca afirmou que Lampião possuía “resistência espantosa”, podendo caminhar por longos períodos sem parar, comendo mal e bebendo pouca água, o que lhe rendeu a alcunha de “a alpercata mais ligeira do sertão”.

⁴⁷ Segundo Ranulfo Prata (2010), os equipamentos dos cangaceiros orçavam em 40 quilos. Para Mello (2018), o peso oscilava de 20 a 25 quilos, mas podia chegar aos 30 quando o cangaceiro realizava viagens mais longas. Em todos os casos o peso ultrapassava a prescrição dos manuais militares de infantaria da época (MELLO, 2018, p. 40-41).

⁴⁸ Não pretendemos aqui nos aprofundar nas discussões a respeito da origem do termo cangaço. Para maiores informações acerca do tema: Pericás (2010), entre as páginas 13 e 16.

Imposição de um modo de vida árduo e errante. Fato que afastou a presença acentuada de velhos e doentes nos bandos de cangaceiros (MELLO, 2004, p. 323-324). Como ele mesmo chegou a afirmar: “cangaceiros são bailarinos: como estes, morrem de velho muito cedo” (MELLO, 2018, p. 272). Mesmo assim, o desejo de entrar ou formar um grupo de cangaceiros poderia seduzir homens de diversas idades. Billy Chandler (1980) examinou 50 integrantes do bando de Lampião e demonstrou que havia uma grande variação de idade, com a presença de meninos e até homens com 70 anos. Embora a maioria tinha entre 18 e 35 anos (CHANDLER, 1980, p. 279).

Apesar de tudo que pontuamos aqui, é certo que alguns aspirantes a cangaceiros só perceberam que não possuíam coragem, valentia e/ou as exigências físicas para o ofício quando já estavam dentro de um grupo de cangaceiros. Esses indivíduos tenderam a não permanecer no bando e conseqüentemente não ocupar posições de destaque. Como pondera Howard Becker (2009), alguns fatores de ordem objetiva e/ou subjetiva interferiam na mobilidade dos indivíduos em sua carreira. Esse processo é denominado de contingência de carreira (BECKER, 2009, p. 35). Como veremos nas etapas a seguir, houveram muitas outras contingências quando se prosseguia na carreira.

Mas o fato é que o cangaço atraiu diversos homens. Billy Chandler (1980, p. 279) percebeu que a origem social desses indivíduos variava, mas a maioria era de moradores de fazendas ou pequenos proprietários de terras. Embora, não era rara a presença vez ou outra de jovens de origem familiar próspera do sertão (MELLO, 2004, p. 116-117). Para Chandler (1983/1984), o desejo do aspirante a cangaceiro de formar ou juntar-se a um bando como o de Lampião poderia ser explicado por meio de dois elementos. Quando o grupo era organizado e/ou quando sua fama se espalhava rapidamente. Com isso, conclui Chandler, os aspirantes ao verem um conjunto de foras da lei lograrem êxito, decidiam entrar para uma vida criminosa também (CHANDLER, 1983/1984, p. 78). Neste sentido, podemos afirmar que o sucesso do grupo de Lampião pode ter estimulado a vontade de aspirantes a cangaceiros a integrar-se a ele, e, também, a de formar outros grupos de cangaceiros.

3.2 A ADMISSÃO NO GRUPO

Essa segunda etapa da carreira cangaceira é caracterizada pela entrada do aspirante a cangaceiro em um bando. Isto é, o momento em que o aspirante a cangaceiro deixa de ser um mero simpatizante do cangaço e passa a integrar um grupo de foras da lei. Assim como em outros grupos desviantes, como ladrões (SUTHERLAND, 1937) e prostitutas (SILVA, 2015), para que essa etapa pudesse ser concretizada, o aspirante a cangaceiro precisava ter contato com alguém de um grupo estabelecido. Ou, então, ele mesmo poderia formar um grupo com outros aspirantes que compartilhavam desejos comuns. Além dessas duas maneiras de entrada no cangaço, vale ressaltar que as relações familiares constituíram um importante elemento no recrutamento de indivíduos no cangaço. O bando de Lampião tinha uma altíssima capacidade de recrutamento. Para termos uma ideia, Volta Seca relata que quando entrou no grupo no final de 1928, havia apenas oito cangaceiros, tempos depois, o bando contava com 95 homens (GOMES, 1958a, p. 1-2).

A admissão individual no bando de Lampião ocorria de duas maneiras. Primeiro, por meio de um encontro fortuito, no qual o aspirante a cangaceiro poderia ser convidado ou manifestava interesse em incorporar-se ao grupo. Já a segunda forma de contato acontecia quando o próprio aspirante buscava o bando ou, ainda, um coiteiro. Esse último seria o mensageiro que poderia comunicar ao chefe do grupo o desejo do aspirante em entrar para o cangaço. Dito isso, demonstremos agora como ocorreu a admissão individual de alguns cangaceiros no bando de Lampião.

Antônio Luís Tavares, que viria a ser conhecido por Asa Branca, nasceu em 1908, em Cajazeiras do Rio do Peixe, Paraíba. Conta ele que seu pai foi assassinado quando ainda tinha dois meses de nascido. O crime havia sido praticado pelo então chefe político local, Luís Pedro. Aos 13 anos, sua mãe pediu para que o jovem Antônio se vingasse da morte do pai. O menino não titubeou e vingou-se, porém, teve que fugir dali para não sofrer retaliações. Foi procurar refúgio na fazenda do coronel Isaías Arruda, em Aurora, no Ceará, tornando-se uma espécie de capanga mirim do chefe político. Pouco tempo depois, nos primeiros anos da década de 1920, Lampião e seu bando estiveram na fazenda de Isaías Arruda. Lampião logo gostou do menino, deu-lhe um mosquetão e pediu que ele desse um tiro, o menino acertou o alvo, então

Lampião convidou-o para juntar-se ao grupo. O menino aceitou o convite e seguiu com os cangaceiros (OLIVEIRA, 1970, p. 427).

Outro jovem cangaceiro que foi convidado a ingressar no bando de Lampião foi Volta Seca. Ao longo dos anos ele deu versões distintas do seu primeiro encontro com o grupo, mas há alguns pontos em comum em suas declarações. Nascido em 18 de março de 1918, em Itabaiana, Sergipe, batizado de Antônio dos Santos, era o sexto de 13 filhos. Morou num sítio que “dava para sustentar a família”. Sua mãe, Arminda Maria dos Santos, faleceu quando ele ainda tinha nove anos. Três meses depois seu pai já estava com outra mulher. O novo relacionamento do seu pai gerou uma série de desentendimentos entre o menino Antônio e a madrasta, visto que ela passou a bater nos seus irmãos e provavelmente nele também. Revoltado, o menino fugiu de casa e buscou uma nova vida. Estabeleceu-se em diversos locais de Sergipe por um curto período de tempo, passando por Aracaju, São Cristóvão, Simão Dias e, por fim, fixou-se na fazenda de Seu Danilo, em Arraial de Goloso, em Antas, Bahia (GOMES, 1958e, p. 1-2). Foi nesse lugar que se deu o encontro do menino Antônio, então com 11 anos, com bando de Lampião. Na ocasião, “dois homens” o levaram até Lampião, que pediu para que ele lavasse os cavalos e burros do bando, oito ao todo. Terminado o serviço, foi bem remunerado. Lampião o dispensou, mas seus homens o aconselharam a levar o garoto, já que ele sabia lavar os animais (GOMES, 1958b, p. 1-2). Decidiu então convidá-lo: “você quer ir comigo? Eu tenho cavalos muitos e dinheiro para você. Vamos nos imbora. Monte na garupa daquele companheiro...” [sic]. O menino Antônio aceitou o convite e entrou para o bando (O RADICAL, 1938, p. 3).

Antonio Ignácio da Silva, o futuro Moreno, também se encontrou com o bando de Lampião casualmente, mas, diferentemente dos casos anteriores descritos nessa etapa, ele mesmo manifestou interesse em entrar para o grupo. Natural de Tacaratu, Pernambuco, Antonio era um trabalhador rural de 21 anos que prestava serviços nas fazendas da região. Numa destas propriedades, trabalhou para um senhor chamado André. Tudo corria bem até que a sobrinha de André se enamora por Antonio. Segundo Antonio, uma agregada da propriedade conhecida como Antoninha passa a espalhar o boato de que a moça não era mais virgem. Primeiro revelando a ele e depois contando ao patrão que Antonio era quem estava compartilhando a intriga. Para solucionar a questão, o dono da fazenda resolveu reunir os empregados.

Durante a reunião, Antonio se exaltou e agrediu Antoninha com um soco, o marido da agredida, furioso, partiu para cima de Antonio que sacou uma peixeira e desferiu um golpe no peito do homem que caiu morto. Antonio fugiu dali e passou a trabalhar em diversas fazendas. Ainda em 1930, em uma dessas propriedades, encontrou-se com Virgínio, Luiz Pedro, Maçarico, Fortaleza e Medalha. Os cangaceiros do bando de Lampião ficaram na fazenda durante três dias e nesse período estabeleceram amizade com Antonio, que manifestou o interesse em segui-los (FREITAS, 2008, p. 45-49). Antes de todos partirem, submeteram-no a um teste de fogo⁴⁹.

Já Ângelo Roque da Costa, que ganhou o apelido no cangaço de Labareda, foi admitido no bando após ir ao encontro dos cangaceiros. Ângelo conta que tudo iniciou quando o soldado Horácio, vulgo Couro Seco, começou a cortejar sua irmã, Sabrina Roque da Costa, de 15 anos. Mas o soldado era casado e conhecido na região por se relacionar com outras garotas. Ângelo Roque, ao tomar conhecimento de uma carta que o soldado convidava sua irmã para fugir de casa com ele, resolveu buscar a justiça. O juiz da comarca, porém, disse que nada podia fazer. No dia seguinte, Ângelo resolveu “acertar as contas” com Horácio e o executou com um tiro. O pai do soldado, André Caboclo, decidiu vingar-se, mas também foi morto por Ângelo. A polícia impôs forte perseguição a Ângelo e durante os conflitos, seu irmão, João de Deus, e sua mulher, Osama, foram executados. Ângelo Roque buscou esconderijo na fazenda de um coronel conhecido do seu pai, permanecendo ali por um período com seu filho, mas vez ou outra entrava em conflito com a polícia (LIMA, 1965, p. 177-180). Acossado pelas circunstâncias, resolveu ir atrás dos cangaceiros para entrar em um bando. Ao encontrar-se com Corisco e Arvoredo, os dois o aconselharam que a única alternativa seria entrar no cangaço (SILVEIRA, 1944).

Na avaliação dos cangaceiros, Ângelo Roque já era um homem experimentado na vida das armas. Ter executado dois policiais e sustentado tiroteios com a polícia demonstrava que ele era um homem corajoso e valente. O indício desse julgamento fica claro na descrição feita pelo próprio Ângelo sobre seu primeiro encontro com Lampião. Na ocasião, o Rei do Cangaço teria dito a ele: “você num discunhece a vida de ispingarda, praquê você já tá feito nela” [sic] (LIMA, 1965, p. 181). Lampião percebeu de imediato que Ângelo Roque era um recruta diferente, já era um conhecedor da vida de correrias com a polícia. Já Asa Branca e Volta Seca

⁴⁹ Na próxima etapa, o batismo de fogo, discutiremos o caso de Antonio Ignácio.

provavelmente eram tidos como recrutas inexperientes, que precisavam apreender o conjunto de conhecimentos próprios do ofício. Isso principalmente pelo fato de que os cangaceiros ainda eram crianças quando entraram no bando⁵⁰. Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, revela que quando seus jovens irmãos, Marinheiro, Mergulhão e Novo Tempo, ingressam no bando do seu companheiro, Zé Sereno, eles estavam nervosos, cada um tinha um fuzil, mas não sabiam como manejá-los. Zé Sereno, por sua vez, prometeu que assim que chegasse ao coito daria a primeira instrução de manejo de arma (SOUZA, 1997, p. 31). Como vimos no capítulo anterior, mulheres e crianças também passavam por um treinamento para aprender a atirar e entender o modo de guerrear do bando. Assim, saberiam lidar desde cedo com as adversidades do cangaço.

Voltemos a discutir a admissão individual de cangaceiros no bando de Lampião. Os aspirantes a cangaceiros que foram ao encontro do bando de Lampião em determinado momento puderam ser admitidos em locais específicos. Por conta da violentíssima perseguição que o governo de Pernambuco impôs ao cangaço, Lampião, em 1928, decidiu atravessar o Rio São Francisco e reorganizar seu bando em estados nunca explorados por ele – Sergipe e Bahia. Nesse contexto, Optato Gueiros (1956) afirma que Lampião passou a se fixar na Fazenda Três Barras, Bahia, fazendo do local um verdadeiro “quartel general”. Permaneceu ali por seis meses, realizando festas, mas também recrutando novos homens. Nessa fazenda incorporou diversos foras da lei ao bando, como Corisco e Antônio de Engrácia. O efetivo cresceu rapidamente, passando de cinco para mais de 100 homens (GUEIROS, 1956, p. 131-132). Para o historiador Luiz Bernardo Pericás (2010), isso também teria ocorrido na fazenda Paus Pretos, no mesmo estado. A propriedade pertencia a um coiteiro de Lampião, o chefe político Petronilo de Alcântara Reis. O local se constituiu em uma “escola de guerra”, onde os aspirantes a cangaceiros foragidos e perseguidos pela polícia recebiam fardamento, armas, munição, treinamento militar e aprendiam técnicas de batalha (PERICÁS, 2010, p. 81).

Vale pontuar que, em alguns casos, as relações familiares entre aspirantes e cangaceiros foram importantes elos para a entrada desses primeiros indivíduos no cangaço. Dado que o aspirante a cangaceiro detinha uma proximidade muito maior

⁵⁰ O recrutamento de crianças no bando era comum, não só porque Lampião gostava da presença delas, mas porque eram úteis como espiões. Eles chamavam menos atenção do que adultos ao se infiltrarem numa cidade (CHANDLER, 1980, p. 184).

com um grupo de cangaceiros do que a maior parte dos sertanejos. Se um dia o aspirante parente do cangaceiro resolvesse entrar para um bando, ele sabia que tinha fácil acesso ao grupo em que seu familiar estava. Semelhantemente, no mundo “prostitucional”, ter conhecidos como parentes, vizinhos e amigos é um recurso para entrada neste espaço (SILVA, 2015, p. 102). No cangaço, Francisco das Chagas Batista notou que essa característica se fazia presente desde o início do século XX, embora tenha naturalizado essa relação. Em *A história de Antônio Silvino* escreveu:

Como ninguém ignora,
Na minha pátria natal
Ser cangaceiro é a coisa
Mais comum e natural;
Por isso herdei de meu pai
Esse costume brutal
(BATISTA, 1907 apud MELLO, 2004, p. 63).

Esse é o caso de José Aleixo Ribeiro da Silva, o Zé Baiano, que recorreu aos familiares quando decidiu entrar num grupo de cangaceiros. Possuía vários parentes no cangaço, entre alguns, seu pai, Faustino “Mão de Onça”, e seus irmãos Ambrósio, Silvestre, Rafael, Arvoredado e Manoel Pé de Meia. Além desses, havia um vasto número de primos que também eram ou vieram a se tornar cangaceiros (OLIVEIRA, 2012, p. 284). Para Volta Seca, foi por isso que José entrou para o cangaço, principalmente depois de seus primos, Antônio de Engrácia e Cirilo, cometerem alguns crimes e terem se tornado cangaceiros. Por conta disso, José passou a ser perseguido pelas forças volantes, que pretendiam que ele informasse onde estavam seus primos. A violência da polícia motivou José a procurar seus primos e entrar no bando deles. Posteriormente os três se juntaram ao bando de Lampião (GOMES, 1958i, p. 1).

A perseguição aos cangaceiros Engrácia também influenciou a entrada de José Ribeiro Filho, o Zé Sereno, no cangaço. Segundo Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, a mãe de José, Lídia Maria da Trindade, era irmã de Antônio e Cirilo. Além deles, José também tinha primos e tios no cangaço. Com isso, volta e meia a polícia aparecia em sua casa buscando informações dos seus parentes, sempre utilizando da violência. Em determinado momento a família de José foi obrigada a se mudar de cidade para não dar “guarida naquelas bandas” aos parentes cangaceiros. José resolveu então tomar a mesma atitude do seu primo Zé Baiano, procurou seus tios e primos cangaceiros e entrou para o cangaço (SOUZA, 1997, p. 34-35).

Assim como as relações familiares se constituíram num importante elemento na admissão de recrutas, o mesmo pode ser considerado dos elos entre cangaceiros e coiteiros. Vejamos os exemplos de Isaías Vieira, o Zabelê, e de Benedito do Alves dos Santos, o Saracura. O primeiro afirmou que costumava realizar comércio com os cangaceiros e em razão disso foi julgado pela polícia de ser coiteiro do bando de Lampião. Após tomar uma surra dos policiais, decidiu entrar no grupo (OLIVEIRA, 1970, p. 420). O motivo da entrada do menino Benedito também foi semelhante. Labareda conta que a polícia aplicou uma surra no pai do menino porque ele era suspeito de ser coiteiro, Benedito escapou da violência porque estava na caatinga cuidando dos animais da família. Diante disso, o menino resolveu entrar no subgrupo de Lampião que era comandado por Labareda (LIMA, 1965, p. 241).

Todos esses casos ilustram como a violência policial poderia estimular a entrada de aspirantes em bandos armados. A violência das volantes era um recurso comum durante as perseguições aos cangaceiros⁵¹. O algoz de Lampião, o oficial João Bezerra (1940), descreve a ação dos policiais em seu livro. Segundo ele: “se ninguém pode amansar burro sem espora como será possível aprisionar bandidos sem ameaças a terceiros para que se obtenha notícias?” (BEZERRA, 1940, p. 7). Ou, ainda, como julgava também o oficial Optato Gueiros: “Todos os meios são lícitos para a eliminação de indivíduos da espécie de Lampeão” [sic] (GUEIROS, 1956, p. 201).

Isso não significa que replicamos aqui a máxima popular de que “todo cangaceiro tinha uma vingança a ser cumprida”. Como já foi debatido, em geral, esse argumento era um artifício retórico de alguns cangaceiros para explicar seu comportamento desviante; isto é, seu escudo ético. Dito isso, não descartamos a ideia de que após uma afronta sofrida alguns homens decidiam entrar para um grupo de cangaceiros. Entretanto, não foram experiências isoladas que determinavam que um sertanejo se tornasse cangaceiro. Era preciso uma série de elementos que já foram apontamos aqui, como o julgamento de que a vida no cangaço era algo moralmente aceitável para o aspirante e o contato com um grupo organizado.

Diversos afrontados nunca ingressaram nas fileiras do cangaço. O caso mais célebre é o de José Ferreira, um dos irmãos de Lampião. Durante vários anos foi

⁵¹ Até mesmo Lampião teve vários parentes perseguidos pelas volantes. Mas, ao contrário da maioria dos seus subordinados, os parentes de Lampião podiam gozar de seu prestígio e ficar na fazenda de algum coiteiro influente. Antônio da Piçarra contou que duas tias e alguns primos de Lampião após serem perseguidos pela polícia permaneceram alguns meses em sua fazenda (OLIVEIRA, 1970, p. 297).

perseguido pela polícia e até preso por um ano e nove meses sem ser julgado. Mesmo assim, nunca participou de lutas com seus irmãos (OLIVEIRA, 1970, p. 38). Por isso, ao contrário de muitas interpretações do cangaço, levamos em consideração o papel de agência dos indivíduos.

O recrutamento no bando de Lampião também podia ocorrer em pequenos grupos já estabelecidos. Esse recurso ocorria eventualmente quando Lampião precisava de um contingente maior para uma determinada ação. Então, ele cooptava homens em grupos menores que passavam a se subordinar ao Rei do Cangaço. Villela (2004) denominou esse movimento de grupos menores de cangaceiros se aglutinando em um grupo maior de flutuações intergrupais.⁵² Segundo ele, isso pode ser visto no relatório de 1928 que foi enviado ao chefe de polícia de Pernambuco, Eurico de Souza Leão. O relatório mostra que em determinado momento o cangaceiro Bom de Véras era comparsa de Lampião e em outro episódio ele já aparecia como chefe de grupo (VILLELA, 2004, p. 51-52). Contudo, por vezes, esses grupos ou alguns integrantes se agregavam permanentemente ao bando de Lampião, como foi o caso de Zé Baiano e Zé Sereno.

O oficial de polícia Optato Gueiros afirma que, além da admissão de bandos menores, Lampião também podia recorrer a “efetivos de reserva” de “cangaceiros mansos”⁵³ em várias localidades do Nordeste (GUEIROS, 1956, p. 82). Diversas regiões se destacaram como celeiros de cangaceiros. Gueiros destaca duas regiões pernambucanas, Pajeú e Navio. O oficial de volante afirma também que os dois locais eram ricos em recursos hídricos (GUEIROS, 1956, p. 101), o que contraria boa parte da literatura do cangaço que relaciona a seca à proliferação do cangaço. Ademais, salientamos que ocorreram, nas duas localidades, célebres lutas entre parentelas. Neste sentido, acreditamos que a origem dos cangaceiros e os embates entre parentelas não constituíram uma mera coincidência. Como apontou o cronista Luiz Luna (1963), os proprietários de terras e políticos locais, ao organizarem seus

⁵² Mello (2004) demonstra esse aspecto fluído de integrantes do bando em um levantamento realizado com processos crime no ano de 1926. Segundo ele, em 2 de março o bando entra em Barbalha (CE) à frente de 49 homens; alguns meses depois, em 19 de agosto, o grupo invade a cidade de Tacaratu (PE) com 90 homens e, poucos dias depois, em 26 de agosto, ataca a fazenda Tapera no município de Floresta (PE) com 120 componentes (MELLO, 2004, p. 187-188). Este autor, porém, não percebe essas evidências de que cangaceiros eram indivíduos fluídos e denomina Lampião como um chefe “congregador” e “federalizante”.

⁵³ Podemos afirmar que o cangaceiro manso era um cangaceiro intermitente, já que ele só atuava esporadicamente. Quando convocado realizava alguns assaltos, assassinatos, sequestros, mas, terminado o serviço, voltava para o trabalho em suas terras ou nas do seu patrão.

“exércitos particulares”, recrutavam vaqueiros e almocreves da região. E, muitas vezes, ao término do conflito, esses homens não retornavam ao “trabalho honesto”. Acabavam organizando e integrando grupos de cangaceiros, “passando a matar, roubar e incendiar por conta própria” (p. 93). Assim, como alega Maria Isaura de Queiroz (1977), defendemos que o cangaço independente por vezes se misturou às lutas políticas.

Uma vez incorporado ao grupo, o agora cangaceiro neófito precisava se adaptar aquele estilo de vida exigido pelo cangaço. Como notou Becker (2009, p. 69) em seu estudo sobre usuários de maconha, gostar da droga não era a condição fundamental para que o usuário desenvolvesse um padrão estável de uso dela. De modo semelhante, considerar o cangaço moralmente aceitável, ser valente, corajoso e possuir vigor físico não eram condições necessárias para se permanecer naquele ofício. Para isso, era preciso que o cangaceiro gostasse do que fazia no cangaço. Por este motivo, certamente houve cangaceiros que entraram em choque com o que esperavam do cangaço e o que de fato era o cangaço. Antônio Gurgel (2006), que conviveu alguns dias com os cangaceiros, descreveu o quão simples e difícil era a vida no bando de Lampião. Segundo ele, os cangaceiros jogavam cartas até tarde da noite, dançavam e bebiam muito, principalmente cachaça. Ainda assim, quem permanecia ali gostava do cangaço, principalmente os líderes. Logo após a admissão de Volta Seca, Lampião falou que a vida no cangaço “era uma beleza”, tem “comida muita, festa muita, a gente é dono de tudo...” (PACOTILHA, 1938). Propaganda enganosa? Para aqueles sujeitos que passaram anos no cangaço provavelmente não.

3.3 O BATISMO DE FOGO

Nessa etapa da carreira cangaceira o novato tinha suas habilidades guerreiras colocadas à prova. Comumente, o chefe do bando avaliava valentia, coragem, astúcia, crueldade e manejo com as armas dos iniciados. O batismo de fogo poderia ocorrer a partir de uma ação ordenada pelo chefe do grupo ou em episódios contingenciais, como um combate inesperado com uma força volante. Por este motivo era fundamental que o cangaceiro neófito demonstrasse o *know-how* guerreiro de sua cultura profissional de modo eficiente. Em alguns casos, como em um combate, a

hesitação e/ou o medo poderiam custar a vida do iniciado. Vejamos agora o desempenho de alguns cangaceiros nessa etapa da carreira cangaceira.

O primeiro caso é do cangaceiro Volta Seca. Ao longo do tempo ele apresentou duas versões para o seu batismo de fogo. Porém, ambos os testes foram ordenados por Lampião. Primeiro, numa entrevista em 1938, Volta Seca afirmou que três ou quatro meses após o seu ingresso no bando, ele participou do seu “primeiro fogo” em “Mirandella”, na Bahia. Nesse episódio os cangaceiros haviam sido surpreendidos por uma força policial, mas os primeiros estavam em maioria e acabaram vencendo o confronto. Ao final da luta, ainda havia soldados da polícia feridos no campo de batalha. Sem demora, Lampião sangrou⁵⁴ um e ordenou que Volta Seca sangrasse outro dizendo: “anda cá, moleque. Fura aqui este macaco pra tu te acostumar” [sic] (VOLTA Seca..., 1938, p. 3). Conforme Pericás (2010, p. 49), essas práticas eram comuns no bando, já que entre as muitas funções desempenhadas pelas crianças, também se exigia que elas participassem de combates e, claro, executassem soldados das volantes. Posteriormente, em 1952, Volta Seca contou outra versão do seu batismo de fogo. Segundo ele, logo após ser admitido por Lampião no bando, foi encarregado de assassinar um fazendeiro que havia abusado sexualmente a filha de um coiteiro que fornecia alimento e munições ao grupo. O jovem cangaceiro cumpriu sua missão e levou as orelhas da vítima a Lampião para provar o feito. (O FAMOSO..., 1952, p. 1).

Moreno contou que também teve sua coragem e valentia testadas pelos cangaceiros. Como descrevemos no tópico anterior, após ter convivido por três dias com os cangaceiros Virgínio, Luiz Pedro, Maçarico, Fortaleza e Medalha numa fazenda em que ele trabalhava; o ainda Antonio Ignácio manifestou o interesse em ingressar no grupo. Assim, os cangaceiros queriam uma demonstração de sua valentia. Eles haviam capturado um coiteiro que havia denunciado os cangaceiros à polícia. A sentença da traição no cangaço era uma só, a morte. Então, entregaram a Antonio um fuzil Mauser e pediram que ele fizesse o serviço. Antonio segurou a arma com firmeza, mirou calmamente no peito do homem e atirou. Após a execução, Luiz Pedro se aproximou de Antonio e afirmou convicto: “Você vai com a gente. E de agora

⁵⁴ Como descreve o memorialista Ranulfo Prata (2010), a sangria caracterizava-se pela execução do inimigo com um longo punhal cravado na região “supra clavicular”, também conhecida no sertão nordestino como “saboneteira”. O corte atingia vários órgãos e causava hemorragias que levavam a vítima a óbito (PRATA, 2010, p. 124-125).

em diante seu novo nome será Moreno”. Estava, assim, selado o ingresso de Moreno no bando. (FREITAS, 2008).

Esse episódio do batismo de fogo de Moreno evidencia um traço pertinente do cangaço que devemos discutir rapidamente. Uma vez no bando, o cangaceiro neófito recebia do seu chefe um apelido. As motivações para origem poderiam ser diversas. Volta Seca revelou que depois do ingresso no bando, Lampião deu-lhe o apelido devido ao fato de ser um menino magro e de baixa estatura (LOURENÇO, 1995, p. 17). Já o cangaceiro Gato foi apelidado assim por Lampião por conta das suas qualidades físicas, pois era tão ágil quanto esse animal. Segundo Volta Seca, Gato era um homem resistente, que “aguentava uma batalha de cabo a rabo”, que pulava e saltava “de obstaculo em obstaculo, procurando melhores posições para alcançar os volantes” [sic] (JÚNIOR, 1950, p. 12). Canário, por sua vez, recebeu esse cognome de Lampião porque era muito conversador (GUEIROS, 1956, p. 232). E Coqueiro porque era muito alto (OLIVEIRA, 1970, p. 166). Os iniciados podiam também receber os apelidos de alguns cangaceiros que já haviam morrido. Por isso, houve muitos Juremas, Azulões e Cobras Verdes no bando de Lampião (GUEIROS, 1956, p. 66). Candeeiro disse que recebeu essa alcunha de Lampião por conta de que julgaram ele ser parecido com o cangaceiro anterior de mesmo cognome (OLIVEIRA, 1970, p. 420). Para Élise Jasmin (2016), a atribuição de um apelido ao novato ocorria porque a entrada no cangaço era considerada uma segunda vida, na qual o cangaceiro neófito deixava o nome familiar para trás. Era uma espécie de rito de passagem (JASMIN, 2016, p. 90)⁵⁵. Ou, como os interacionistas preferem denominar, essa mudança de um *status* a outro configura um ponto de inflexão.

Voltemos a discutir o batismo de fogo. O cangaceiro Guilherme Alves, o famoso Balão, teve suas habilidades colocadas à prova em um tiroteio com uma volante. O jovem Guilherme Alves conta que tinha 19 anos e “615 balas” quando teve que colocar sua valentia e coragem à prova. Na ocasião, o bando de Lampião estava nas caatingas quando se chocou com a volante de Manoel de Souza Neto, o célebre nazareno Mané Neto. O combate foi duro e prolongado. Ao término, o cangaceiro e Lampião tiveram uma conversa; o Rei do Cangaço perguntou onde estavam “as balas”, Guilherme então disse: “Só tenho 5”; “E as outras?”, perguntou Lampião,

⁵⁵ Essa transformação pode até ser relacionada com episódios do cristianismo. Como expõe Hughes (2005, p. 165), São Paulo reaparece para as pessoas usando um novo nome e figurino.

Guilherme prontamente respondeu: “Por aí, voando atrás dos macacos”. Lampião sorriu e o admitiu. (MEMÓRIAS de Balão..., 1973, p. 45).

O depoimento do cangaceiro a respeito da quantidade de munições que dispunha parece um tanto exagerado. Primeiro porque os cangaceiros eram orientados a fazer um uso racionado da munição. Além disso, geralmente, os cangaceiros recebiam de 200 a 300 cápsulas de munições e só os considerados “mais capazes” que chegavam a receber até 500 cápsulas (OLIVEIRA, 1970, p. 111). Ângelo Roque, o Labareda, quando ingressou para o cangaço já era considerado pelos seus companheiros um homem experimentado na luta contra as volantes. Conta Ângelo que em seu primeiro encontro com Lampião, o Rei do Cangaço “deu um parabellum e 50 munições” a ele (LIMA, 1965, p. 181). Provavelmente Ângelo Roque só recebeu uma quantidade de cápsulas considerada baixa para cangaceiros destacados porque o bando estava com estoque reduzido. Ponderado o exagero no depoimento de Balão, fica claro que Lampião aprovou o seu desempenho na luta contra a volante do temido nazareno.

Percebemos, assim, que o bom desempenho do cangaceiro neófito no batismo de fogo demonstrava que o novato possuía as qualidades necessárias para permanecer no cangaço. Além de que o seu comportamento poderia até deixar boas impressões com o chefe do grupo. Nesse momento, é provável também que o iniciado se autoavaliava e percebia se possuía ou não as capacidades para o desempenho do ofício. E, tendo percebido que as possuía, permanecia no grupo. Assim, o cangaceiro continuava apreendendo a cultura profissional do ofício. Esse conhecimento era um exercício contínuo, visto que os cangaceiros estavam constantemente inovando em suas técnicas de combate (FERREIRA; AMAURY, 2009, p. 53). Ademais, para os mais jovens, é importante salientar que havia táticas de combate que aparentemente exigiam maior maturidade dos integrantes. Volta Seca, em depoimento ao jornal *O Globo*, de 12 de novembro de 1958, reforça este entendimento. Segundo ele, por causa da sua pouca idade e do tempo que permaneceu no bando, não compreendeu bem as táticas usadas para tomar uma cidade de assalto. Embora ressalta que poucas vezes o bando agiu assim, pois os cangaceiros preferiam enviar recados de cobranças a autoridades de uma cidade.

3.4 A SUBIDA DE PATENTE

As hostes de Lampião eram extremamente organizadas e hierarquizadas. Eventualmente, alguns cangaceiros ascenderam a postos elevados do bando. Conseqüentemente, acabavam cumprindo uma função de comando, mas ainda permaneciam subordinados a Lampião. Obediência observada tanto nos primeiros anos do bando como depois de 1927, quando Lampião, para dificultar o trabalho das volantes, dividiu seu bando em subgrupos, delegando o comando aos homens de confiança e que julgava mais capacitados.

Segundo Volta Seca, em uma das primeiras conversas que teve com Lampião assim que foi admitido no grupo, o Rei do Cangaço afirmou que todos eram iguais dentro do bando, com exceção dele, que era o chefe. Lampião teria dito ao jovem cangaceiro que no grupo “num tem ás, reis” [sic], mas ele era “o chefe que manda”. Contudo, logo Volta Seca percebeu que havia uma hierarquia mais complexa ali. Dado que havia homens que eram “promovidos” por Lampião para cumprirem funções táticas específicas de combate, como “vanguarda” e “retaguarda”. Durante esses episódios, os cangaceiros “promovidos” deveriam tomar conta de outros homens. Além disso, o líder possuía responsabilidades para com Lampião, pois se algum dos seus subordinados “fizesse alguma coisa mal feita” durante a missão, Lampião cobraria do líder (O PASQUIM, 1973). Havia, então, uma hierarquia mais elaborada, com gradações de lideranças.

Antes de aprofundarmos o tema da subida de patente, vale assinalar que ao longo do tempo o bando de Lampião se estruturou organizacionalmente de dois modos. A princípio, entre 1922 e 1927, Lampião comandou um grupo numericamente fluido. Como foi tratado na etapa da admissão dos aspirantes a cangaceiros no bando, o contingente de homens no grupo variava de acordo com a ação. Quando a missão exigia um número maior, incorporava-se novos homens, quando não era necessário, dispensava o que o oficial Optato Gueiros (1956, p. 82) denominou de “efetivos de reserva”. Por esta razão, em alguns períodos o grupo chegou a ter mais de 100 homens. Nessas ocasiões, como explicou Volta Seca no parágrafo acima, Lampião delegava funções de comando para os homens mais destacados. Labareda, em depoimento a Estácio de Lima, afirmou que esses líderes, que ele denomina de “os

grandes do cangaço”, também poderiam ter origem nos “grupinhos” recrutados⁵⁶; visto que em cada grupo havia um “chefe prestigioso” entre seus componentes (1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174). Porém, Lampião continuava centralizando as decisões, mas arquitetava os planos de ação juntamente com seus irmãos e “os grandes do cangaço” (OLIVEIRA, 1970, p. 50).

Posteriormente, entre 1927 e 1938, Lampião passou a dividir seu bando em subgrupos, de modo a confundir e dificultar o trabalho das volantes, que a partir daquele momento deveriam se espalhar na caçada aos cangaceiros. Conforme Optato Gueiros, nesse período o seu bando oscilava de 60 a 100 homens, fracionados em pequenos bandos de oito a 12 cangaceiros (GUEIROS, 1956, p. 16). Para Labareda, a ordem de Lampião era simples: “Quanto mais volante, mais us grupo da gente divia sê menó” [sic]. Essa estratégia facilitava a locomoção dos grupos (LIMA, 1965, p. 245). Os subgrupos, porém, continuavam subordinados a Lampião. Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, afirmou que os subgrupos gozavam de certa autonomia, uma vez que Lampião não intervinha neles e respeitava as decisões dos chefes. Se um cangaceiro quisesse trocar de grupo, por exemplo, era respeitado e não sofria retaliações. Mas os subgrupos deveriam comparecer aos encontros periódicos marcados por Lampião. Nessas reuniões os chefes de subgrupos juntamente com Lampião discutiam ideias, traçavam planos e transmitiam experiências. Além do que, para Sila, aqueles momentos serviam para manter o bando unido. Optato Gueiros (1956) corrobora a opinião de Sila (SOUZA, 1997) de que os bandos possuíam certa independência. Para ele, Lampião concedia o direito aos chefes de grupo de escolher a região onde cada um queria atuar. Em Pernambuco, a título de exemplo, atuavam Moreno, Português e Moita Braba, cada um à frente de seus homens (GUEIROS, 1956, p. 158)⁵⁷.

⁵⁶ Segundo o levantamento de Mello (2004, p. 190), entre 1919 e 1927, houve quarenta e quatro grupos de cangaceiros atuando no Nordeste.

⁵⁷ Ao morrer em 1938, Lampião supervisionava dez subgrupos espalhados por diversos estados do Nordeste. Cada qual chefiado por: Corisco, Luiz Pedro, Moreno, Zé Sereno, Labareda, Português, Balão, Criança, Juriti e Diferente. Enquanto isso, Lampião liderava um grupo central de 22 membros em média. Com esse modelo organizacional, o qual Mello (2018) intitula de Cangaço S/A, Lampião teria se apropriado do sistema de “comissários locais” elaborado por Delmiro Gouveia no negócio de couro. Esquema esse que Lampião teve contato na juventude e que era caracterizado pela concessão de responsabilidade e um variado grau de autonomia a agentes espalhados pelo interior nordestino. De modo semelhante, os chefes de subgrupos agiam como se fossem “terceirizados” ou “franqueados” do Rei do Cangaço. Cumprindo suas funções sem contestar a autoridade de Lampião, graças a seu carisma, as habilidades como administrador e as íntimas relações com políticos locais.

Levando tudo isso em consideração, questionamos o que era necessário para que um cangaceiro pudesse ascender no bando. Vejamos alguns relatos das qualidades de liderança de Lampião e outros cangaceiros para entendermos melhor esse tema.

Para Optato Gueiros (1956), Virgulino no início de sua carreira no cangaço teria tomado a liderança do bando dos “Ferreiras” do seu irmão mais velho Antônio por conta das suas habilidades de combate e até do seu “dom” de “pressentimentos” (GUEIROS, 1956, p. 169). Já o cronista Luiz Luna (1963) argumenta que essa mudança de liderança entre os “Ferreiras” ocorreu porque o ainda Virgulino demonstrava possuir qualidades de comando, de “sentido prático” nos momentos difíceis do combate e por traçar planos que davam certo. Por todos esses motivos, Antônio foi rebaixado à condição de subalterno, mas sem qualquer ressentimento (LUNA, 1963, p. 30). Nos depoimentos de cangaceiros sempre se ressaltam a capacidade de liderança de Lampião, descrevendo-o como alguém “inteligente” e “enérgico”. No campo de batalha ele demonstrava essas qualidades ao delegar as posições de luta de “vanguarda”, “meio” e de “retaguarda” aos mais destacados. Sabia também ser cauteloso e perspicaz, quando percebia que seu grupo estava sendo cercado pelas forças volantes, por exemplo, estudava sempre uma saída, já que a desvantagem poderia ser fatal (OLIVEIRA, 1970, p. 48). Estácio de Lima (1965) conheceu diversos ex-cangaceiros e, para ele, uma das qualidades que o líder deveria possuir era a “capacidade de liderança”. Homens como Ângelo Roque, o Labareda, demonstravam ter essa característica até no aperto de mão. Outros chefes de subgrupo também possuíam essa característica, “inclusive o tórvo Zé Baiano” [sic] (LIMA, 1965, p. 312). Corisco também se destacava por saber chefiar (GOMES, 1958j, p. 6-7). Para Aglae Oliveira, que também conheceu vários ex-cangaceiros, Lampião tendia, geralmente, a escolher os “mais corajosos” e “capazes” para ser chefe de subgrupo (OLIVEIRA, 1970, p. 49).

Neste sentido, a subida de patente representava o longo processo de interiorização dos repertórios apreendidos da cultura profissional. O cangaceiro que detinha inteligência, capacidade de liderança, coragem e outra série de atributos demonstrava estar apto a se tornar um dos “grandes do cangaço”. Lampião certamente avaliava todas as características do cangaceiro em consideração antes de promovê-lo a funções de comando.

Embora não mencionado, não é incorreto deduzir que todos os cangaceiros que foram alçados a postos mais elevados – seja na organização dos primeiros anos do bando ou depois da divisão em subgrupos – precisavam ter também a confiança de Lampião. Havia entre os membros do estado-maior de Lampião uma relação de respeito e amizade. Luiz Pedro e Zé Sereno costumeiramente chegavam até a pedir a bênção de Lampião. Na presença do Rei do Cangaço tiravam seus chapéus e ajoelhavam-se em sua frente para pedir a bênção. Lampião e Maria de Déa, inclusive, eram padrinhos do primeiro filho de Zé Sereno e Sila (SOUZA, 1997). Virgínio, o Moderno, gozava de tanta confiança com Lampião que chegou a ser seu tesoureiro (OLIVEIRA, 1970, p. 175). Este tipo de afinidade demonstra que havia entre aqueles homens uma relação de bastante lealdade. Esses vínculos eram percebidos até nos modos de tratamento entre os “grandes do cangaço”. Labareda revela que “você” e “compadre” eram os termos usados entre os membros do estado-maior de Lampião. O termo “compadre” além de indicar a alta patente do cangaceiro, também revelava o nível das relações mais íntimas. Já os membros de nível inferior no bando chamavam seus chefes de “senhor” e Lampião de “seu capitão”⁵⁸ (LIMA, 1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174-175)⁵⁹.

Com a divisão do bando por Lampião em vários subgrupos, o estado-maior ampliou-se. Nos momentos iniciais era constituído apenas por Antônio Ferreira, Luiz Pedro e Sabino. Posteriormente, ao recrutar novos homens, passou a contar também com novos líderes, como Corisco e Antônio de Engrácia (LUNA, 1963, p. 71). Nesse contexto, ocorreu a subida de patente de Corisco, Labareda e Moreno. Vejamos como elas aconteceram.

Cristiano Gomes da Silva Cleto, o Corisco ou Diabo Louro, foi chefe de um dos subgrupos de Lampião. Nasceu em Matinha de Água Branca, Alagoas. Antes de

⁵⁸ Lampião passou a ser chamado assim após sua visita a Juazeiro (CE), em 1926, quando “recebeu” a patente de capitão ao “integrar” os Batalhões Patrióticos que tinham a missão de lutar contra a Coluna Prestes no Ceará.

⁵⁹ Labareda não deixou claro como os “grandes do cangaço” se referiam aos integrantes de baixa patente, denomina-os apenas de “cangaceiros” e os de posição mais abaixo de “cabras”. Segundo ele, esses últimos eram por vezes tão anônimos que os cangaceiros mais antigos sequer sabiam seus nomes (LIMA, 1965 apud QUEIROZ, 1977, p. 174-175). Mello (2004), porém, defende que o termo “cabra” era usado pelas volantes e pela população geral de maneira depreciativa. Os cangaceiros não gostavam de ser tratados assim. Para ele, os componentes de média e baixa hierarquia do grupo eram chamados de “rapazes” pelos seus companheiros, chefes e coiteiros. E os “rapazes” gostavam de serem tratados assim. Um exemplo é o bilhete de cobrança enviado por Arvoredo a Francisco de Souza, da Bahia, publicado no jornal *A Tarde*, de 20 de janeiro de 1931; ao final da mensagem o cangaceiro havia escrito: “Sem mais, do seu criado e obrigado – Hortêncio, vulgo Arvoredo, *rapaz* de Virgulino” (p. 74).

entrar para o cangaço engajou-se no 28.^o Batalhão de Caçadores de Sergipe. No Exército, participou do levante de 1924 ocorrido em Aracaju e comandado pelo então tenente Augusto Maynard Gomes. Esse episódio mudou sua vida, já que as tropas legalistas do governo federal conseguiram sufocar o movimento. Com o fracasso do levante, Cristiano se viu coagido, desertou do Exército e fugiu. Anos depois, procurou Lampião e ingressou no bando. Em pouco tempo de cangaço, Corisco foi nomeado por Lampião para ser chefe de um dos subgrupos (OLIVEIRA, 1970, p. 353-354). Certamente, a experiência no Exército influenciou o Rei do Cangaço na escolha de Corisco como um dos membros do seu estado-maior. Lampião avaliou que Corisco possuía os critérios exigidos para ser um líder.

Já Ângelo Roque, o Labareda, revelou que certa vez conversou com Lampião e pediu para formar um grupo “como o de Corisco”. Segundo ele, Lampião não “protestou” e o cangaceiro pôde formar um bando juntamente com outros dois cangaceiros. Ficou decidido também que seu grupo atuaria na zona baiana do São Francisco (SILVEIRA, 1944). Ou seja, Ângelo não esperou que o Lampião o reconhecesse e delegasse a função de chefe de subgrupo, resolveu ele mesmo pedir a promoção. Contudo, vale ressaltar que Labareda era um homem experiente no combate. Provavelmente, Lampião não o elevaria à condição de líder de um subgrupo se ele já não tivesse demonstrado suas qualidades de cangaceiro destemido. Quando ainda estava com Lampião no grupo central, costumava liderar outros cangaceiros em ações de luta, como nos assaltos a cidades. Um exemplo disso foi a invasão da cidade sergipana de Capela, na qual o bando contava com 18 homens. Segundo Labareda, Volta Seca e Pretão ficaram tomando conta dos animais e cobrindo a retaguarda do grupo invasor. Enquanto isso, a equipe atacante ficou organizada da seguinte maneira: “Eu levava, cumigo, quatro; Lampião, quatro cum êle; Virgínio e Luiz Pêdo, cada um cum u mesmo núm'ro, formando quatro grupo” [sic] (LIMA, 1965, p. 196).

Além da promoção efetivada e consentida por Lampião, um evento fortuito como a morte de um chefe de subgrupo poderia também fazer com que um cangaceiro que estava em uma posição abaixo do antigo líder ascendesse à chefia. Foi exatamente isso que ocorreu com Moreno após a morte de Virgínio, o Moderno. Virgínio foi morto em outubro de 1936, nas proximidades da fazenda Rejeitado, sul de Sertânia, em Pernambuco. Após ter sido atingido por um projétil em seu joelho, seus companheiros não conseguiram estancar a hemorragia. Com a morte do cunhado de

Lampião, Moreno assumiu a liderança do grupo (FREITAS, 2008). Moreno possuía uma posição de destaque no bando e era amigo de Moderno, por isso, era razoável que se tornasse o novo chefe.

O caso de Moreno e Virgínio demonstra que mesmo os subgrupos tendendo a se organizarem em um contingente reduzido, as funções de “vanguarda” e “retaguarda” permaneciam e eram ocupadas pelos cangaceiros “mais destacados”. Ilda Ribeiro, a Sila, expõe que o grupo de Zé Sereno andava pelas caatingas em coluna dupla. À frente viajava Luiz Pedro, por ser o mais experiente dos homens, serrando fila, o chefe, Zé Sereno. Cabia aos dois evitar surpresas tanto à frente quanto na retaguarda (SOUZA, 1997, p. 31).

Vale assinalar que ser promovido no bando não significava apenas obter um reconhecimento de Lampião ou uma mera mudança de *status*. A subida de patente era uma excelente oportunidade para que o cangaceiro pudesse melhorar financeiramente sua vida. Antônio Gurgel, que foi refém do bando de Lampião em 1927, revelou que por ocasião dos saques, cada cangaceiro podia ficar com o dinheiro e as joias de que se apossava “pessoalmente”. No entanto, as grandes quantias provenientes de sequestros eram repartidas entre os chefes de grupo, cabendo a Lampião o “quinhão” maior (GURGEL, 2006, p. 89- 90). Para termos uma ideia da fortuna dos “grandes do cangaço”, Zé Baiano agiotava dinheiro a juros a ricos fazendeiros e estima-se que sua fortuna ultrapassasse os mil contos de réis. Era um patrimônio considerável para a época, um exemplo é o fato de que o capital declarado do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, era de mil e quinhentos contos de réis (NEGREIROS, 2018, p. 183).

Essa opulência entre os chefes era exibida até nos trajes e, na prática, funcionava como uma espécie de signo de distinção hierárquico do bando.⁶⁰ O oficial de volante João Bezerra relatou que se encontrou com bando de Corisco e na fuga dos cangaceiros o Diabo Louro deixou um chapéu em que nas correias “havia seguramente uns dois contos de réis em moedas de ouro” (BEZERRA, 1940, p. 82). Já no caso de Lampião, após sua morte na Grota do Angicos, em Sergipe, o relatório produzido pela polícia militar de Alagoas enumerou cinquenta peças de ouro em seu

⁶⁰ Outros elementos também possuíam essa função, como os punhais dos cangaceiros. Quanto maior era o punhal, mais destacado era a posição do cangaceiro no bando. Conforme Frederico Pernambucano de Mello no documentário *A estética do cangaço*, Lampião tinha um punhal de 80 centímetros, já o de Luiz Pedro era de 72 centímetros.

chapéu. Em um dos seus dois bornais havia um botão de ouro e outro de prata. Já o segundo bernal continha apenas um botão de prata, mas no suspensório havia nove botões de prata. Existia enfeites até mesmo na bandoleira da Mauser do Rei do Cangaço, com sete escudos de prata do Império, no valor de mil réis⁶¹ (MACEDO, 1975, p. 16-17).

Essa abundância de riquezas dos “grandes do cangaço” contrastava com a miséria de vários cangaceiros de nível inferior. Labareda contou que certa vez o bando foi convidado para uma festa de São João e o jovem cangaceiro Sabiá disse a ele que não iria à festa “pruquê inda nun tenho ropa. Si u sinhô mi desse u’a roupa, eu ia prô brinquedo” [sic] (LIMA, 1965, p. 209). Por esta razão, Optato Gueiros (1956, p. 40) considerava que os homens que lutavam com Lampião eram os seus “empregados”. Opinião reforçada pelo cangaceiro Zabelê. Declarou ele que: “Lampião foi o mió home qui tive cumo patrão” [sic] (OLIVEIRA, p. 116, 1970). Logo, na prática os cangaceiros de origem pobre trocavam um patrão por outro (PERICÁS, 2010, p. 51). Isto é, deixavam de ser empregados dos senhores de terras para serem dos “grandes do cangaço”.

Para finalizar, a ascensão a postos mais elevados pareceu não ser possível para a maioria dos homens que passaram pelo bando. Talvez, faltou a esses cangaceiros o que Volta Seca qualificou ser “a noção do que era ser chefe” (GOMES, 1958h, p. 5). Em outros casos, acreditamos que a execução predominantemente de funções não bélicas no grupo pode ter contribuído para não ascensão. Mello (2004) definiu esses indivíduos de “corpos especiais”, pois desempenhavam tarefas no bando que não estavam ligadas ao combate. Sabonete, por exemplo, era uma espécie de secretário pessoal de Maria de Déa. Cuidava de assuntos pessoais, enviava recados, cuidava de questões financeiras e necessidades farmacológicas. Havia também um conjunto de cangaceiros tratadores de cavalo⁶². Em julho de 1927, quando o bando entrou no Rio Grande do Norte, Childerico Fernandes de Souza notou que: “alguns cangaceiros não passaram de serviçais tratadores de montarias dos chefes” (FERNANDES, s/d, p. 70-71 apud MELLO, 2004, p. 136-137).

⁶¹ Vale lembrar que ao final do massacre vários soldados da força liderada por João Bezerra levaram os despojos dos cangaceiros abatidos. Ou seja, certamente havia muito mais itens valiosos nas vestes de Lampião.

⁶² Como vimos, em uma das versões sobre o encontro de Volta Seca com o bando de Lampião, os cangaceiros mais experientes aconselharam Lampião a convidar o menino para o bando porque ele sabia lavar os cavalos.

3.5 O FINAL DA CARREIRA: MORTE, EXPULSÃO, ABANDONO OU PRISÃO

Toda carreira possui um fim. Logo, neste tópico vamos explorar quais os fatores provocaram a última etapa da carreira cangaceira. Havia quatro maneiras de um cangaceiro encerrar sua carreira, pela morte, expulsão, deserção ou a prisão. Evidentemente, após a admissão em um grupo, o final da carreira poderia ocorrer em qualquer uma das etapas da carreira cangaceira. Vejamos agora como foi o final da carreira de alguns cangaceiros do bando de Lampião.

Desde muito cedo Lampião conviveu com mortes provocadas por confrontos contra as volantes. Logo após assumir a liderança do bando de Sinhô Pereira, em 1922, Lampião já estava lutando na fazenda Taboleiro, na Paraíba. Nesse confronto Lampião saiu ferido e morreu Vereda. No final daquele ano, em luta contra o major Teófanês, na Serra das Panelas, novamente Lampião saiu ferido e com baixas, dessa vez perdeu dois homens, Cícero Costa e Lavandeira (GUEIROS, 1956, p. 83).

Assim, estar no cangaço era vivenciar uma rotina de mortes. Ao longo dos anos Lampião conviveu com perdas recorrentes durante sua carreira no cangaço, inclusive, com três irmãos que entraram para o bando. A primeira foi a de Levino Ferreira, o Vassoura, que morreu em 1925 após um confronto com volantes paraibanas na Baixa do Tenório, em Flores, Pernambuco. O embate iniciou quando a volante chefiada pelo tenente Oliveira e seu subcomandante, sargento João Guedes, encontrou-se com o bando de Lampião. Travou-se um grande combate; quando os policiais já estavam se retirando, apareceu outra volante comandada pelo capitão José Caetano e o tenente Higino. O socorro reacendeu o conflito que ao final levou à morte de Levino (LUNA, 1963, p. 85-86; OLIVEIRA, 1970, p. 39).

Já o irmão mais velho, Antônio Ferreira, o Esperança, diferentemente dos outros irmãos, morreu acidentalmente em 1926, numa fazenda de um coiteiro perto de Vila Bela, hoje Serra Talhada. Antônio foi brincar com Luiz Pedro que estava deitado numa rede junto com o seu fuzil; a arma caiu no chão e disparou, acertando o peito de Antônio que morreu em seguida (LUNA, 1963, p. 85; OLIVEIRA, 1970, p. 40-41).

O último irmão de Lampião a tombar foi Ezequiel, o Ponto Fino. Faleceu em um combate contra a volante do tenente Arsênio, de Sergipe, em 24 de abril de 1931, às

cinco horas da manhã, numa fazenda de um coiteiro da Bahia. A volante do tenente Arsênio foi cercada por 60 homens do bando de Lampião, rapidamente os policiais tiveram baixas, mas logo ofereceram resistência. No tiroteio, Ponto Fino foi atingido com um tiro na perna que penetrou sua cartucheira e o abdômen. Esvaindo-se de sangue, conta-se que Lampião sacou a arma e deu um tiro de misericórdia na cabeça do irmão (LUNA, 1963, p. 86; OLIVEIRA, 1970, p. 41-42; GUEIROS, 1956, p. 217).

Lampião também perdeu vários “grandes” do seu bando em confrontos com a polícia. Optato Gueiros contou que Sabino das Abóboras faleceu após se ferir em um combate com uma força volante comandada pelo sargento Manoel Neto e Davi Jurubeba. O cangaceiro passou dias ferido nas caatingas escondido, vindo a falecer após passar fome e sede (GUEIROS, 1956, p. 124). Antônio Piçarra, que era protetor do bando de Lampião no Ceará, revelou uma versão diferente para a morte de Sabino à antropóloga Luitgarde Oliveira (2000). Antônio conta que traiu os cangaceiros ao entregar a localização deles à volante. Os policiais ao encontrarem o bando iniciaram um tiroteio, feriram Sabino com três tiros, porém, o cangaceiro conseguiu fugir com o bando e passou oito dias escondido numa fazenda. Na eminência da volante encontrá-los, Sabino pede para que Lampião o execute. Lampião se recusou a cumprir o pedido, mas não interferiu sobre Português de realizar o desejo de Sabino (OLIVEIRA, 2000, p. 194).

Outro “grande” do cangaço morto em confronto com a polícia foi Gato. Sua companheira Inacinha, grávida de oito meses, foi presa na cidade de Piranhas, Alagoas. Sem demora, Gato planejou resgatá-la juntamente com o apoio do grupo de Corisco. No cerco à cadeia, os cangaceiros tiveram que recuar após a chegada de um reforço policial, Gato, porém, já havia morrido (OLIVEIRA, 1970, p. 414-415).

Além das mortes por enfrentamentos com a polícia, vários cangaceiros morreram de modos diversos. Houve até civis que se organizaram para matar cangaceiros. Foi esse o caso de Antônio de Amélia, em Aroeirinha, Alagoas, que juntamente com seu tio e outros quatro companheiros atraíram os cangaceiros Medalha, Pancada, Suspeita e Limoeiro para o mato e em seguida os assassinaram (GUEIROS, 1956, p. 162).⁶³

⁶³ Em junho de 1936, civis também se organizaram para abater todo o subgrupo comandado por Zé Baiano. A ação foi realizada por Antônio Chiquinha e mais cinco homens da comarca de Frei Paulo, Sergipe. Posteriormente, Chiquinha entrou para polícia de Sergipe, provavelmente para se proteger da vingança de Lampião (CHANDLER, 1980, p. 218-219).

Já outras mortes foram praticadas por membros do próprio bando. Um exemplo foi Cirilo que se embriagou e matou seu irmão Antônio após ele se recusar a ceder sua parceira de dança em uma festa na fazenda Vassoura, na Bahia (OLIVEIRA, 1970, p. 166). Outro caso foi o de Antônio Rosas que depois de “peitar” Lampião foi sentenciado à morte (GUEIROS, 1956, p. 223). Volta Seca revelou que várias amizades foram desfeitas no bando por ordens de execução de Lampião. Porém, ressalta ele que Lampião não era de mandar fazer, geralmente, ele mesmo tomava a iniciativa. (GOMES, 1958k, p. 6-7).

Azulão teve mais sorte e foi apenas expulso do grupo por ordem de Lampião. Luiz Luna (1963) não revela os motivos da expulsão, mas descreve que na ocasião os companheiros de Azulão apenas retiraram os “arreios do cangaço” dele, isto é, suas armas, cartucheiras, munições e enfeites. Fizeram isso só para “quebrar o orgulho do cabra” (LUNA, 1963, p. 67).

Volta Seca, todavia, depois de ter um desentendimento com Lampião e saber que corria risco de vida, decidiu abandonar o grupo. Ao longo do tempo ele deu três versões sobre o fim da sua carreira no cangaço. Em todas as variantes o motivo da saída foi gerado de uma querela com Lampião. A princípio, revelou que brigou com Lampião porque o Rei do Cangaço teria exigido que o jovem cangaceiro matasse Bananeira, que havia ficado ferido em combate (VOLTA Secca..., 1932, p. 1-3). Posteriormente falou que o motivo da briga com Lampião se deu em razão do cangaceiro ter respondido agressivamente ao chefe. Os dois pegaram em suas armas, mas foram contidos por Bananeira e Corisco. Desse dia em diante Volta Seca percebeu que sua vida corria risco. Depois de três ou quatro noites em permanente alerta resolveu fugir na madrugada (O RADICAL, 1938, p. 3). Finalmente, confessou que começou a ter desentendimentos com Lampião após o chefe ter agredido o jovem cangaceiro Pocarante, Volta Seca não gostou da atitude e acabou discutindo com o Rei do Cangaço. Tempos depois, para piorar as coisas, Lampião ordenou que Volta Seca levasse Bananeira ferido em um lombo de burro. Após horas de montaria, Lampião exigiu que Volta Seca continuasse sua cavalgada para que os policiais não viessem “no rastro” deles, porém, Volta Seca recusou-se a continuar e teve outra discussão com o chefe. Sem condições de continuar no bando, abandonou-o (GOMES, 1958l, p. 1-2). Conseguiu ainda permanecer alguns dias escondido nas caatingas, mas em 18 de fevereiro de 1932 foi preso em uma fazenda em Santo

Antônio da Glória, na Bahia, juntamente com sua companheira Bidia. Foi julgado e cumpriu 20 dos 145 anos de pena em um presídio de Salvador (OLIVEIRA, 2012, p. 277-278).

Depois do massacre de Angicos⁶⁴ que vitimou o Rei do Cangaço, sua companheira Maria de Déa e outros nove cangaceiros⁶⁵, vários homens do bando também decidiram largar a vida de foras da lei, entregando-se à polícia. Entre tantos, destacamos a deserção do chefe de subgrupo Português. Ele entregou-se às autoridades e foi enviado para a cadeia de Santana do Ipanema, em Alagoas, mas foi assassinado pela própria polícia pouco tempo depois na prisão (OLIVEIRA, 2012, p. 236). Ao contar esse episódio, Volta Seca considerou que: “Soldados do Nordeste e cangaceiro é a mesma coisa, pois, para mim, soldado é cangaceiro com farda” (GOMES, 1958m, p. 1). Já Gitirana teve mais sorte, entregou-se à polícia e ficou preso na cadeia de Jeremoabo, na Bahia, fugiu e escondeu-se em Sergipe. Veio a falecer de tuberculose muitos anos depois (OLIVEIRA, 1970, p. 177).

Com a morte de Lampião, Ilda Ribeiro de Souza (1997), a Sila, afirma que constantemente Zé Sereno recebia cartas com pedidos de rendição. Na ocasião, Zé Sereno reuniu-se com Juriti e Balão e “combinaram que só se entregaria quem assim o desejasse; quem não concordasse voltaria para o mato”. Zé Sereno e Sila, em troca da anistia prometida pelo presidente Getúlio Vargas, entregaram-se ainda em 1938 em Jeremoabo. Cumpriram uma pequena pena em um presídio de Salvador.

Vários cangaceiros tentaram estender sua carreira no cangaço após a morte de Lampião, mas nenhum teve sucesso. Corisco resistiu às perseguições das volantes até 23 de março de 1940, quando foi executado pela volante de Zé Rufino na fazenda Cavaco, na Bahia (OLIVEIRA, 1970, p. 358). No mesmo mês, Labareda decidiu entregar-se à polícia em Bebedouro, Bahia, juntamente com oito subordinados e quatro cangaceiras. Foi preso e cumpriu pena no mesmo presídio que Volta Seca (OLIVEIRA, 2012, p. 152-154).

⁶⁴ Ocorreu na Grota de Angicos, Sergipe, em 28 de julho de 1938.

⁶⁵ A relação dos cangaceiros e cangaceiras que morreram é a seguinte: Luiz Pedro, Quinta-feira, Elétrico, Mergulhão, Moeda, Alecrim, Colchete, Marcela e Enedina.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o capítulo intencionamos explicar como ocorria a transição de paisanos a cangaceiros. Percebemos, assim, que para ser cangaceiro era necessário mais do que o desejo, a iniciativa ou o contato para formar um grupo. Era preciso possuir os critérios para admissão e já no exercício do ofício aprender e mobilizar o conjunto de conhecimentos que eram socializados entre os integrantes do bando. Neste sentido, além de várias contingências, quem não conseguia dominar esse arcabouço de conhecimentos tendia a estar mais exposto às adversidades e largar o cangaço. Por outro lado, quem demonstrava maior habilidade e compreensão da cultura profissional conseguia realizar as tarefas com o mínimo de contratempo e, por isso, estava mais próximo de galgar posições elevadas na hierarquia do bando. Ou seja, esses indivíduos obtinham o que a sociologia dos grupos profissionais denomina de sucesso ocupacional. Eles possuíam um *status* diferente, o que na prática possibilitava o acesso a riquezas que a maioria dos cangaceiros não dispunha.

Por fim, vale afirmar que não admitimos que o conceito de carreira seja a única maneira de se compreender a entrada de sertanejos das décadas de 1920 e 1930 no bando de Lampião. Nossa análise objetivou lançar um novo olhar no campo de pesquisa do cangaço, mas não pretendemos inviabilizar outros modos de entender esse movimento de paisanos a cangaceiros. É possível e até recomendável que para melhor compreensão do cangaço se utilize o conceito de carreira aplicado aqui e, por exemplo, a tese defendida por Luitgarde Oliveira (2000) de que o sertão era formado por dois blocos de sistema de valores opostos; representados pelos cangaceiros e os nazarenos. Ou, ainda, considerar a carreira cangaceira e a ideia defendida por Maria Isaura (1977) de que os “cangaceiros profissionais” progressivamente foram ganhando autonomia dos chefes de parentelas. Neste sentido, como afirmou Erving Goffman no seu célebre livro *Manicômios, prisões e conventos*: “Talvez seja melhor usar diferentes cobertores para abrigar bem as crianças do que utilizar uma coberta única e esplêndida, mas onde todas fiquem tremendo de frio” (GOFFMAN, 2007, p. 12).

4 CONCLUSÃO

Esperamos que esta dissertação tenha apresentado elementos importantes para a compreensão do cangaço nos tempos de Lampião. O grupo construiu um mundo profissional à parte, com seu próprio regulamento e modo de ver a sociedade em sua volta. Por isso, a conversão do paisano ao cangaço implicava no indivíduo uma construção de si, na qual o agora cangaceiro justificava sua ação para os indivíduos *outsiders* do bando por meio do escudo ético. Durante todo este processo a socialização profissional estabeleceu um papel central, tanto na construção de si, como no desempenho das atividades do seu ofício.

No primeiro capítulo apresentamos um painel dos estudos do cangaço. Com isso, procuramos demarcar nosso lugar ante outras propostas. Como já foi dito, não defendemos que somente nossa análise seja capaz de explicar o cangaço profissional. Entretanto, outros estudos não deram destaque à socialização e à cultura profissional do bando, com suas dinâmicas e lógicas. Esses elementos junto com as carreiras profissionais constituem-se componentes relevantes para a sociologia dos grupos profissionais e do desvio.

Por esta razão, tencionamos investigar a socialização e a cultura profissional no bando de Lampião. Estes dois aspectos são inerentes a qualquer ocupação, seja desviante ou não. Como afirma Sutherland (1937), o “ladrão profissional” possui um complexo de habilidades assim como um médico ou advogado. No caso do ladrão, seus conhecimentos são voltados a planejar, executar crimes e resolver problemas decorrentes de seu ofício (SUTHERLAND, 1937, p. 197). Cangaceiros, por sua vez, precisavam aprender e dominar regras, técnicas, códigos, habilidades e atitudes que seriam usados ao longo da sua vida no cangaço. Assim, um cangaceiro neófito aprendia, por exemplo, a ter respeito com seus companheiros, não se misturar com paisanos, evitar barulho no acampamento, não andar em estradas, ser desconfiado, conhecer os códigos de comunicação e modos de luta, saber se comportar em campo de batalha e estar permanentemente em um estado de alerta. Todo este conjunto de conhecimentos e atitudes preparava o iniciado para o exercício do ofício e era desenvolvido por meio da interação social. Ou seja, a socialização profissional não é exclusiva a algumas atividades de prestígio que recebem o nome de “profissão” (DUBAR, 2012, p. 364).

Esse complexo de conhecimentos e atitudes era apreendido durante uma carreira que se desenvolvia em etapas. Logo, era imprescindível que cangaceiros dominassem sua cultura profissional para a manutenção e ascensão a postos de chefia. Isso implicava em um permanente aperfeiçoamento e refinamento dos seus conhecimentos. Visto que, como afirma Dubar (2012, p. 364), o processo de aprendizagem das competências de uma atividade profissional dura a vida toda.

No exame da carreira buscamos refletir o papel das contingências e compreender também os critérios de entrada, como a exigência por indivíduos corajosos, valentes, saudáveis e com um excelente preparo físico. Mas que também precisavam ser prudentes e inteligentes para continuar no cangaço.

Entretanto, vale pontuar a importância de fatores externos na manutenção da atividade do bando por quase 20 anos. Como a extensa rede de coiteiros entre os mais diversos estratos sociais, mas ressaltando principalmente os nexos com a elite política local. Como aponta o oficial João Bezerra (1940), as volantes sempre encontram extrema dificuldade criada por chefes políticos locais. Qualquer investigação em busca de cangaceiros no domínio de um chefe político levantava incômodos, fazendo com que alguns coronéis se esforçassem para transferir os chefes de volantes de lugar. Por isso, Gustavo Barroso (1930) afirmava que o cangaceiro existia em função do coronel e, por sua vez, o coronel dominava em função do cangaceiro. Consequentemente, se combatessem o coronelismo estariam trabalhando para o desaparecimento do cangaço (BARROSO, 1930, p. 31). O próprio Lampião evidencia esses elos, em uma entrevista concedida em Juazeiro, Ceará, ele afirmou que prestou “os mais vantajosos favores de nossa **profissão**” ao influente chefe político de Princesa, na Paraíba, José Pereira Lima (JASMIN, 2016, p. 111-112, grifo nosso). Linda Lewin (1993), ao estudar as oligarquias paraibanas, notou a presença desses nexos. Segundo ela, os grupos de base familiar exerciam um controle precário de dominação, o que estimulava as lutas de famílias. E, durante esses confrontos, era comum que coronéis recrutassem parentes, capangas e por vezes cangaceiros para comporem seus “exércitos privados”.

Assim, essas alianças constituíam-se vantagens para os dois grupos. Para os coronéis esse elo era útil porque os cangaceiros respeitavam suas propriedades e intercederiam em seu favor numa questão que exigisse a força das armas. Já os

cangaceiros sabiam que era proveitoso coligar-se com os coronéis, pois esses poderiam oferecer coito, armas, munição e informações sobre a localização da polícia.

Por fim, é preciso esclarecer que muitos cangaceiros foram condenados ao anonimato. Inúmeros foram os homens que passaram pelo bando de Lampião e tiveram uma vida tão breve no cangaço que sequer deixaram registros em jornais, inquéritos policiais e na memória dos companheiros sobreviventes. Muitos ex-cangaceiros também nunca quiseram falar de sua vida pregressa. Entretanto, mesmo nesses casos, acreditamos que as considerações discutidas aqui também se aplicam a eles.

E se alguns cangaceiros nunca foram conhecidos ou não quiseram dar seus testemunhos, outros, porém, concederam inúmeras entrevistas e com isso forneceram diversos dados. Nesse último caso, destacamos Labareda, Volta Seca e as cangaceiras Sila e Dadá como exemplos. Todos ocuparam posições diferentes dentro do bando. Por esta razão, ao darmos voz a esses indivíduos em nossa análise julgamos que não cometemos o equívoco que Howard Becker denomina de “hierarquia da credibilidade”, que é quando o pesquisador só aceita as informações provenientes de membros mais elevados de grupos hierarquizados (BECKER, 2007, p. 123-124). Consequentemente, mesmo com algumas limitações, buscamos sempre as informações de membros das diversas posições hierárquicas do bando.

REFERÊNCIAS

A TARDE, Salvador, 21 de fevereiro de 1932. p. 21.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta**: Lampião e os nazarenos guerreando no sertão. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

BARROSO, Gustavo. **Almas de lama e aço**: Lampeão e outros cangaceiros. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1930.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BECKER, Howard. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEZERRA, Alcides. O banditismo (suas causas biopsíquicas). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, v. 4, p. 9-29. 1912.

BEZERRA, João. **Como dei cabo de Lampeão**. Edição do Autor: Rio de Janeiro, 1940.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 1. p. 271-301, 2006.

CANGAÇO. *In*: CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 104.

CARNEIRO, Gabriel de Campos. **No rastro dos cangaceiros**: em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UnB, Brasília, 2010.

CHANDLER, Billy Jaynes. Dos bandidos e sua significação social: um ensaio transcultural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 14-15, n. 112, p. 65-82, 1983/1984.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**: o rei do cangaço. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 26-27 de outubro de 1969. p. 7.

DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1932. p. 3-5.

DIÁRIO DA NOITE, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1969. p. 2.

DOMINGUES, Petrônio. O “Corisco preto”: cangaço, raça e banditismo no Nordeste brasileiro. p. 1-37. **Revista de História**, n. 176, São Paulo, 2017.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42 n. 146, p. 351-367, maio/ago. 2012.

ESTÉTICA do cangaço. Direção: Marcelo Peixoto. Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2000 (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zt6LlzfgXX4>. Acesso em: 9 jan. 2021.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. **De Virgolino a Lampião**. 2. ed. Aracaju, 2009.

FREITAS, Nonato. Casal de ex-cangaceiros de Lampião conta como era a vida no cangaço. **Senatus**, Brasília, maio 2008. v. 6, n. 1, p. 45-49.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: II – O destino vai me empurrando. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1958e. p. 1-2.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: III – Meu primeiro combate. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1958b. p. 1-2.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: IV – O amor de Lampião. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1958a. p. 1-2.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: V – A fera humana. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1958h. p. 5.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: VI – A justiça de Lampião. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1958d. p. 1.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: IX – O bando sabia admirar os corajosos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1958c. p. 1

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: X – Lampião, o “justiceiro”. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958k. p. 6-7.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XI – O diabo louro. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1958j. p. 6-7.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XII – A lei do Nordeste. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1958f. p. 1.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XIII – O feroz José Baiano. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1958i. p. 1.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XV – tipos de cangaço. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1958m. p. 1.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XVI – Um “cabra” covarde. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1958g. p. 1.

GOMES, Bruno. Como se forja um cangaceiro: XVIII – Fuga de Virgulino para as garras da polícia. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1958l. p. 1-2.

GUEIROS, Optato. **Lampeão**: memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes. 4. ed. Edição Progresso: Salvador, 1956.

GURGEL, Antônio. **Nas garras de Lampião**. Org. Raimundo Soares de Brito. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 2015.

HUGHES, Everett C. Ciclos, pontos de inflexão e carreira. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 1, n. 46, p. 163-173, janeiro, 2005.

JASMIN, Élise. **Lampião**: senhor do sertão. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2016.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1962. p. 18.

JÚNIOR, Berliet. Lampeão chorou copiosamente a morte do padre Cícero. **Diário da noite**, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1950. p. 12.

JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. Editora Brasiliense: São Paulo, 2006.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.

LIMA, Estácio de. **O mundo estranho dos cangaceiros**. Editorial Itapoã: Salvador, 1965.

LOURENÇO, Luiz Carlos. Que fim levou: Antônio dos Santos, lugar tenente de Lampião. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1995. p. 17.

LUNA, Luiz. **Lampião e seus cabras**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1963.

MACEDO, Nertan. **Lampião**: capitão Virgulino Ferreira. Editora Rennes: Rio de Janeiro, 1975.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (I). **Revista de História**, n. 93, São Paulo, p. 139-175, 1973.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (II). **Revista de História**, n. 95, São Paulo, p. 177-212, 1973.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (III). **Revista de História**, n. 96, São Paulo, p. 473-489, 1973.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (IV). **Revista de História**, n. 97, São Paulo, p. 161-200, 1974.

MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro (V). **Revista de História**, n. 99, São Paulo, p. 145-174, 1974.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião**: vida e morte do rei do cangaço. São Paulo: Global, 2018.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MEMÓRIAS de Balão, um velho cangaceiro. **Revista Realidade**, São Paulo, novembro de 1973, n. 92, p. 45.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita**: sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

O FAMOSO “Volta Seca”, caçula do bando de Lampeão, obtém a liberdade e jura não cometer mais crimes. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de março de 1952, p. 1.

O FEMININO no cangaço. Direção: Lucas Viana e Manuel Neto. Salvador/BA: Centro de Estudos Euclides da Cunha, 2016 (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wsTCQ7LOeds>. Acesso em: 9 jan. 2021.

OLIVEIRA, Aglae Lima de. **Lampião, cangaço e Nordeste**. 2. ed. Edições Cruzeiro: Rio de Janeiro, 1970.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **Cangaceiros de Lampião**: de A a Z. Campina Grande, 2012.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. "A Arte de Resistir às Palavras": inserção social, engajamento político e militância múltipla. *In*: GRILL, I. G.; SEIDL, E. **A Política como objeto de estudo das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 141-178.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo. Cap. 7, p. 187-214. *In*: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 191-224, Set./Dez. de 2017.

O PASQUIM, Rio de Janeiro, setembro/outubro de 1973. n° 221.

PACOTILHA, São Luiz, MA, 5 de agosto de 1938. p. 2-5.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PETRARCA, Fernanda Rios. Pesquisando grupos profissionais: dilemas clássicos e contribuições recentes. *In*: PERSSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, Cap. 6, p. 151-181, 2015.

PRATA, Ranulfo. **Lampião**. Natal: Sebo Vermelho, 2010 [1934].

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Alfa-Ômega: São Paulo, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Os cangaceiros**. Duas cidades: São Paulo, 1977.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Andes, 1957.

REIS, João José. O levante dos malês: uma interpretação política. *In*: SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 99-122.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95 p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado por demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Companhia das letras: São Paulo, 2000.

SANTO, Victor Espírito. Lampeão: o terror dos sertões nordestinos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12 de março de 1932b. p. 15-19 e 40.

SANTO, Victor Espírito. Lampeão: o terror dos serões nordestinos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 26 de março de 1932c. p. 37-40.

SANTO, Victor do Espírito. Lampeão: o terror dos sertões nordestinos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1932a. p. 37-40.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Sebastião Victor Oliveira Acioli da. **Profissionais desviantes no condado: um estudo sobre carreiras**. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFS, São Cristóvão, 2015.

SILVEIRA, Joel. A mesa redonda do cangaço. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1944.

SOUZA, Amaury. Cangaço e a política da violência no Nordeste brasileiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 10, p. 97-125, 1973.

SOUZA, Ilda Ribeiro de. **Angicos, eu sobrevivi** – confissões de uma guerreira do cangaço. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio, 1997.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. **The professional thief**. Chicago: Chicago Press, 1937.

TAVOLARO, Sérgio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, 2014.

VILLELA, Jorge Mattar. **O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

VOLTA Secca, as suas mentiras e as suas verdades. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1932. p. 1-3.

VOLTA Seca fala sobre o cangaço. **O Radical**, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1938. p. 3.

ANEXOS**Figura 1 – Lampião**

Fonte: Lauro Cabral de Oliveira, março de 1926.

Figura 2 – Maria de Déa junto com os cachorros Ligeiro e Guarani

Fonte: Benjamin Abrahão Botto, 1936.

Figura 3 – Dadá (grávida) e Corisco



Fonte: Benjamin Abrahão Botto, 1936.

Figura 4 – Adília, companheira de Canário II, e Sila, companheira de Zé Sereno



Fonte: Benjamin Abrahão Botto, 1936.

Figura 5 – Cabeças e objetos pessoais de Lampião e seus companheiros após o massacre de Angicos, em Sergipe



Fonte: João Damasceno Lisboa, julho de 1938.

Figura 6 – Volante baiana do sargento Odilon Flor, em Pão de Açúcar, Alagoas (vestes esfarrapadas e semelhantes à dos cangaceiros)



Fonte: João Damasceno Lisboa, abril de 1938.